

CADERNOS DIREITO GV

V. 2, N. 3 Maio 2006

ISSN 1808-6780

Maio 2006

São Paulo – SP

**Publicação Bimestral da Fundação Getulio Vargas
Escola de Direito de São Paulo (DIREITO GV)**

TIRAGEM: 600 EXEMPLARES

**© CDG - Cadernos Direito GV, MAIO 2006 – São Paulo
Ed. Fundação Getulio Vargas
ISSN 1808-6780
BIMESTRAL**

**Revista da Escola de Direito de São Paulo
(DIREITO GV) da Fundação Getulio Vargas**

EDITORES

Maio, 2006, José Rodrigo Rodriguez.

INCLUI BIBLIOGRAFIA

1. DIREITO – PERIÓDICOS. I. São Paulo. DIREITO GV
Todos os direitos desta edição são reservados à ED. FGV.

DISTRIBUIÇÃO

Comunidade científica: 600 exemplares

REVISÃO

Ana Mara França Machado (estagiária)
DEG-FGV-EAESP

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Impressão e acabamento: Gráfica FGV
Data da Impressão: Maio/2006
Tiragem: 600

PERIODICIDADE

Bimestral

CORRESPONDÊNCIA

Rua Rocha, 233, 7º andar – Bela Vista
CEP 01331-050 – São Paulo – SP - Brasil
Tel: (11) 3281-3304 / 3310
www.edesp.edu.br
Email: revistadireitogv@fgvsp.br

CADERNO DIREITO GV

V. 2, N. 3 Maio 2006



Em 21 de março de 2005, sob a coordenação da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV) realizou-se no Salão Nobre da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, o evento **“Contando a Justiça: a produção de informação no sistema de justiça brasileiro”**. Este evento teve como objetivo discutir com intelectuais, acadêmicos e operadores do direito a produção de dados pelas instituições do sistema de justiça e a forma pela qual estas informações são aproveitadas na administração destas instituições.

Na mesma oportunidade foi lançado o relatório da pesquisa sobre o mesmo tema, realizada pela DIREITO GV em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, no ano de 2004. Essa pesquisa traçou um levantamento detalhado sobre a produção de informação – dados e estatísticas – pelas instituições do Sistema de Justiça – Poder Judiciário, Ministério Público e Procuradorias do Estado – em cinco estados brasileiros: Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Ceará, Belém.

O evento foi organizado em duas partes: pela manhã, houve a apresentação da pesquisa pelas suas coordenadoras: Sra. Linn Hammergren, consultora do BIRD, Luciana Gross Cunha, professora da DIREITO GV e Carlos Gregório do Instituto Investigation para la Justicia. Em seguida foi realizado um debate sobre as recentes pesquisas a respeito do funcionamento da Justiça, com a participação da Profa. Maria Tereza Sadek (FFLCH/USP), de Armando Castellar (IPEA), Renato Sergio de Lima (Fund. SEADE) e Jacqueline Sinhoretto (FFLCH/USP). Na parte da tarde ocorreu uma mesa redonda sobre organização e utilização das informações estatísticas pelas instituições do sistema de justiça com a participação de juízes, promotores e técnicos judiciários. No final da tarde o Prof. Joaquim Falcão (DIREITO RIO) e o Séc. Sergio Renault da Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça apresentaram um balanço das discussões, encerrando o evento.

De acordo com a pesquisa, é possível afirmar, de forma geral, que apesar de a maioria das instituições utilizar algum tipo de sistema de informática ou de produção de dados estatísticos, poucas são as instituições do sistema de justiça brasileiro que vêm neste instrumento um mecanismo de organização e planejamento de gestão administrativa. Além disso, nenhuma dessas instituições - com exceção da Justiça Federal e da Justiça Trabalhista - dispõe de um sistema integrado. Não existe comunicação de dados dentro dos Tribunais de Justiça, entre a primeira e a segunda instância, com os Ministérios Públicos ou as Procuradorias do Estado. Também não foi possível constatar uniformidade nos critérios adotados para a classificação das ações.

São raras as instituições que possuem departamento de estatística e que, portanto, dispõem de profissionais especializados nessa área. No Estado de São Paulo, por

exemplo, o Tribunal de Justiça não dispõe de sistema de estatística, apenas o que chamam de *Movimento Judiciário*, que não conta com tratamento estatístico especializado e tampouco é utilizado como um diagnóstico de gestão administrativa do Tribunal, pela baixa confiabilidade dos dados.

A maior parte dos Tribunais e outras instituições de Justiça, possuem sistemas informatizados de acompanhamento processual. Porém, esses sistemas não produzem dados, informações ou estatísticas, tendo como finalidade principal acompanhar o andamento do processo e, mais especificamente, a última atividade dentro do processo.

Com relação à classificação dos casos que chegam às instituições de Justiça, a pesquisa constatou que não existe uniformidade na escolha de critérios classificatórios, o que dificulta a definição de índices de produtividade das instituições e a análise ou estudos comparativos das suas atividades. Nos Tribunais de Justiça, por exemplo, são utilizados como critérios de classificação de um processo: o tipo da ação (ex.: ação declaratória, ação civil pública), o tipo de processo (ex.: processo de conhecimento, cautelar ou execução), o tipo de procedimento (ex.: ordinário ou sumário) e o assunto do processo. Somente no Tribunal de Justiça de São Paulo, são aplicadas 1.084 categorias de classificação de processos. Essas categorias são utilizadas simultaneamente por funcionários do Setor de Distribuição de Processos no Tribunal, que são os responsáveis pela criação de novos critérios.

Dando continuidade às discussões que se deram naquele momento a Escola de Direito de São Paulo (DIREITO GV) da Fundação Getúlio Vargas publica agora um volume do Cadernos GV com a íntegra dos debates que se travaram naquela data.

Luciana Gross Cunha
Professora, DIREITO GV

ÍNDICE

CONTANDO A JUSTIÇA: A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO:	
PROGRAMA	6
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	7
PAINEL: A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA	29
MESA REDONDA: OS OPERADORES DA JUSTIÇA E A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO	61
PAINEL: A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO E O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA	90



Contando a Justiça: a produção de informação no sistema de justiça brasileiro.

Organizadores: DIREITO/FGV
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

Apoio: SEADE – Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados
Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo – FFLCH/USP

Dia: 21 de março de 2005

Horário: 8:30hs – 17:30hs.

Local: Salão Nobre da Fundação Getúlio Vargas – SP

Programa

8:30hs – Abertura: Prof. Ary Oswaldo Mattos Filho (DIREITO/FGV)
Sra. Felicia Reicher Madeira (Fund. Seade)
Sra. Linn Hammergren (BIRD)

8:45hs – 10hs Apresentação da pesquisa realizada pelo Banco Mundial e DIREITO/FGV sobre a produção de informação pelas instituições do Sistema de Justiça brasileiro

Mediador: Renato Sergio de Lima – Fund. Seade

Painelistas: Linn Hammergreen - BIRD
Carlos Gregório – Instituto de Investigation para la Justicia
Luciana Gross Cunha – DIREITO/FGV

10hs – 10:15hs Coffee Break

10:15hs – 12:30hs Painel: A produção acadêmica sobre o Sistema de Justiça

Moderador: Paulo Eduardo Alves da Silva – DIREITO/FGV

Painelistas: Maria Tereza Sadek – FFLCH/USP
Armando Castellar - IPEA
Renato Sergio de Lima – Fund. Seade
Jacqueline Sinforeto – FFLCH/USP

12:30hs – 14hs Almoço

14hs – 16hs Mesa Redonda: Os operadores da Justiça e a produção de informação

Moderador: Luciana Gross Cunha – DIREITO/GV

Participantes: Neide Sordi – Conselho da Justiça Federal/CJF
Guaracy Mingardi – MP/SP
Tatiana Bicudo – MP/SP
Maria Zelinda Paschoalik – TJ/SP
Franklin Evrard - TRF 3ª região

15:45hs – 16:00hs Coffee Break

16:00 – 17:30 hs. Painel: A produção de informação e o desempenho das instituições de Justiça

Moderador: Ronaldo Porto Macedo – DIREITO/GV

Painelistas: Sr. Sergio Renault – Sec. Reforma do Judiciário/MJ
Prof. Joaquim Falcão – DIREITO RIO/FGV.

17:30 hs. Encerramento

CONTANDO A JUSTIÇA: A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

Apresentação da Pesquisa

Professor Ary Oswaldo Mattos Filho (Direito GV) — Bom dia! Queria em nome da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, dar as boas-vindas a todos os senhores e mostrar a alegria de não só tê-los aqui, mas como também tê-los aqui dentro do propósito que a Escola se colocou, que é de discutir e analisar os assuntos concretos que afligem ao país. Também essa alegria é maior, na medida que o trabalho que aqui vai ser discutido, coordenado pela professora Luciana Gross Cunha, junto com a Fundação Seade, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), aqui representados pelas Dra. Felicia Reicher Madeira e pela Dra. Linn Hammergren, creio que essa conjunção, soma de três instituições que mostram preocupação com a atuação real dos problemas que afligem ao nosso país, resultou num trabalho, creio, que de grande utilidade, não só para discutir o Poder Judiciário naquilo que significa reforma concreta de percepção de gargalos, não só reforma enquanto estrutura de poder. Por tudo isso, queria, em nome da fundação, cumprimentar a professora Luciana Gross Cunha, que trabalhou muito nesse projeto, queria cumprimentar a Fundação Seade e a Sra. Linn Hammergren, representante aqui do Banco Mundial, que também é outra instituição preocupada com os problemas de um poder extremamente relevante no nosso país e em outros países. Sem mais delongas, passo a palavra à Profa. Felicia Madeira e depois para a Linn Hammergren.

Dra. Felicia Madeira (Fundação Seade) — Bom dia! Eu queria agradecer muito o convite para participar dessa discussão. Para a Fundação Seade é muito importante isso, porque nós também da instituição estamos desenvolvendo um esforço para incorporar no conjunto das estatísticas que nós trabalhamos, estatísticas de justiça. Eu acho que isso vai bem ao encontro do que o Seade vem fazendo, no sentido de colocar na sua agenda de organização de estatísticas, temas que são importantes e que estão muito vinculados com o objetivo e o desafio de enfrentar a questão do desenvolvimento social. A gente acha que a questão das estatísticas está muito vinculada a esse processo. Então, há entre nós um esforço de trabalhar com esse tipo de informação, que, aliás, faz parte da tradição do Seade, como, provavelmente, o Renato, que é o nosso técnico especialista, vai tratar.

Eu queria um pouco aproveitar a oportunidade de dizer o que é o Seade, o que é o Seade em geral, e o que é o Seade hoje. O Seade é um órgão ligado à Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, que levanta, organiza e dissemina informações sociais e informações oficiais. O Seade já é um órgão bastante antigo, tem mais de 100 anos e, como fundação tem 25 anos. Recentemente nós fizemos um livro sobre a Fundação Seade, que é muito interessante, porque ele vai mostrando como as estatísticas, a organização das estatísticas, está estreitamente ligada com mais ou menos, quando predomina a questão do planejamento e quando uma outra instituição está mais voltada para estatística. Então, ao longo do tempo, as pessoas sempre me perguntam o que é o Seade hoje, se ele é o IPEA, se ele é o IBGE, se ele é uma mistura dos dois. Quando a gente olha essa história, a história do Seade, ele já foi muito mais um IBGE, mais coletor e organizador de dados, já foi o IPEA quando a sociedade, um pouco, exigia análises mais profundas, mas hoje a gente brinca lá no Seade que a gente é uma terceira via, não é nem o IBGE e não é nem o IPEA, nós estamos muito voltados hoje para uma demanda muito grande que tem na sociedade e que nós, na verdade, estamos muito contentes com ela, porque todos nós que mexemos e que lidamos com estatísticas sociais, o nosso sonho era que sempre as grandes decisões fossem baseadas em estatísticas sociais.

Sempre foi e agora há, realmente, uma demanda na sociedade extremamente grande de estatística, de tomar decisões em cima de referências bastante claras e a grande coqueluche do momento, lá no Seade são os indicadores. As pessoas, definitivamente, levam os indicadores a sério. O Seade acabou de gerar um IDH, vamos dizer assim, um IDH paulista que é um índice paulista de responsabilidade social, que se distingue do IDH porque ele é um indicador que pode ser calculado a cada dois anos, ele não está vinculado ao Censo, ele está vinculado aos registros administrativos e eu acho que as estatísticas então, há esse esforço de trabalhar muito com as estatísticas administrativas, que são exatamente o caso das estatísticas dos tribunais. Mas, eu só queria contar da importância que tem hoje os indicadores da nossa experiência com o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que é o seguinte: é um indicador, enfim, tomado a cada dois anos, baseado em dados administrativos. Mas o fato que eu queria ligar, dizer, que eu queria me deter, é a importância que ele está tendo hoje, como a sociedade e a mídia trabalham a questão do indicador. Lá no Seade a gente brinca que quando sai o IPRS os gestores municipais reagem como se eles tivessem o resultado do colesterol, só que é ao contrário, é assim: quem tem o IPRS alto fica muito tranquilo, mas quem tem o IPRS baixo vai até o Seade, pede para abrir o indicador, para entender o que está acontecendo e procurar ser saudável, com relação aos indicadores sociais. Então eu acho que os indicadores hoje, a estatística hoje, a forma como a mídia mexe com a questão, eu acho que realmente é um fator que contribui para um desenvolvimento sustentável da forma que a gente quer,

enfrentando a questão da injustiça. E a gente sente que, por exemplo, você coloca dentro do indicador o que você considera importante, que foi o que nós fizemos, enquanto os gestores municipais voltam até o Seade, eles vão estar aplicando exatamente no que nós decidimos que era importante, no caso educação de jovens, que a gente considerou a questão da universalização do ensino médio como meta, a questão da saúde, nas áreas onde efetivamente poderiam ser, os gestores municipais podem efetivamente atuar. Então, o Seade hoje, está respondendo a uma demanda muito grande da sociedade, que é usar as estatísticas para monitoramento das suas ações. É claro que o que o Seade fez a vida toda foi a questão do monitoramento porque, no fundo o índice de desemprego, taxas de mortalidade e crescimento, progressão de população, são indicadores de monitoramento, digamos assim, das políticas sociais universais. Agora, nós estamos nos dedicando a gerar indicadores de monitoramento das políticas compensatórias, das políticas de transferência de renda. São três áreas que a gente está se dedicando bastante: geração de indicadores, (o que é a geração de indicadores?), na verdade, indicador é um resumo de um conjunto de estatísticas, todos os estatísticos, e nós também lá, temos muita resistência com indicador que, no fundo, é um conjunto de informação que você joga no liquidificador. Mas nossa experiência é que ele efetivamente cai na sociedade de um jeito, que ela o toma como referência. Outro trabalho que nós estamos realizando e que mostra muito bem a demanda da sociedade é como organizar bancos de dados junto com materiais customizados. Então as pessoas da área que fazem o planejamento na área de habitação nos pede um banco de dados, com um sistema de recuperação que a gente faz. Fizemos isso para muitas instituições e agora estamos fazendo isso para o Ministério Público, que a gente está entrando muito nessa área, fazendo um trabalho com a Secretaria de Segurança, (só para entrar na área aqui) então este é um trabalho muito importante que a gente está fazendo. Em terceiro lugar, nós estamos fazendo esse trabalho, que é um trabalho de gerar estatística, de forma bastante sofisticada, via web, com órgão que estão empenhados nas políticas públicas de caráter compensatório. Uma das coisas que eu tenho destacado é que é função do Seade gerar as informações e treinar pessoas para que as informações sejam levantadas de forma correta. Nós fazemos isso com várias instituições que levantam dados administrativos, porque os dados administrativos não foram feitos para a função que nós queremos que eles tenham. Então, uma tarefa importante que a gente faz é o treinamento. Inclusive agora, tem um treinamento que a gente eventualmente vai fazer com a Secretaria de Segurança, mostrando que não existe dado bom, se ele não for bem coletado. É um trabalho meio missionário que a gente está fazendo nessa área, mas a gente está se colocando como um órgão que é responsável por levantar informações para monitoramento e não avaliação. Eu acho que a avaliação fica para a sociedade, a avaliação fica para a universidade. Eu acho que a avaliação tem que ter as diferentes formas, ela tem que ser

diversificada para a gente conhecer as diferentes óticas, as diferentes perspectivas, eu acho que é assim que a gente cresce, mas não existe, nenhum outro órgão que seja capaz, pelo menos no estado de São Paulo, de estar levantando as informações de forma legítima, de forma correta, de forma confiável, para que a gente possa efetivamente evoluir. Na área da justiça nós consideramos que isso é da maior importância, temos feito um esforço nessa área. Não vou citar todos os nossos trabalhos nessa área, talvez o Renato faça isso por mim, mas eu queria cumprimentar então vocês, por esse seminário e realmente estou muito feliz de estar aqui participando desse esforço. Muito obrigada!

Prof. Ary Oswaldo Mattos Filho (Direito GV) — Muito obrigado. As palmas são também para a chegada do professor Joaquim. Agora, eu passaria a palavra para a Sra. Linn Hammergren para uma breve apresentação, já que ela é co-mãe desse projeto e depois passarmos então efetivamente aos trabalhos.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Bom dia! Não vou falar muito porque acho que sou a primeira a falar na próxima seção. Queria somente de agradecê-los a assistência ao evento e trazer os desejos do diretor do Banco Mundial no Brasil, Alvino Thomas que seja um evento muito produtivo para todos. Infelizmente Alvino não pôde assistir hoje, mas mandou dizer que reconhecemos a importância de ter tal fórum para que juízes e acadêmicos troquem idéias sobre como medir e como avaliar o desempenho do sistema judicial e não somente judiciário. Temos muito interesse em ver como são as conclusões disso, temos participado em algumas pesquisas com parceiros brasileiros, como temos feito em outros países. Eu vou apresentar com os meus colegas algumas idéias que temos desenvolvido das pesquisas, realmente o propósito do evento é ter umas conversações muito amplas entre os pesquisadores e os outros que podem ter interesse em fazer mais investigações. Vamos ver o que acontece, acho que vai ser um dia muito interessante para todos, sobretudo para o Banco. Obrigada!

Prof. Ary Oswaldo Mattos Filho (Direito GV) — Muito obrigado. Bom, vamos direto aos trabalhos então. Eu passaria a mediação dos trabalhos para o Renato Sérgio de Lima, da Fundação Seade.

Sr. Renato Sérgio de Lima (Fundação Seade) — Então, indo imediatamente para o primeiro painel, queria pedir que a Sra. Linn Hammergren fizesse a apresentação inicial da pesquisa que o BIRD e a EDESP-FGV fizeram juntos.

Sra. Linn Hamnergren (BIRD) — Obrigada! Bom, como disse, não ia ter muito descanso entre as duas palestras. A pesquisa que vamos falar hoje é uma pesquisa que faz parte de uma série de investigações que o Banco tem financiado na América Latina. Na realidade, temos em especial duas pesquisas, que eu vou falar um pouco da primeira também, como a Maria Tereza Sadek foi a contraparte com CBEPEJ — Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais — nessa pesquisa, mas entendo que ela não vai falar muito desse trabalho. A primeira pesquisa foi feita em São Paulo e foi a primeira coisa, realmente, que o Banco tem feito com justiça no Brasil. Tenho que dizer aqui e dizer na apresentação que o Banco não tem projetos com justiça no Brasil e não temos planos para ter alguns. Tudo depende. Mas estamos fazendo investigação à parte, porque queremos entender um pouco mais os problemas dos quais todo mundo fala, temos muita experiência em países de outra parte do continente, mas o sistema brasileiro é muito diferente. O fato de fazer pesquisas sobre justiça também foi novo para o Banco. Começamos na América Latina com uma série de pesquisas, usos e usuários da justiça. O Banco fez pesquisas antes, mas foram de dois tipos: primeiro o que chamamos de diagnósticos dos países, que foram feitos como preparações para fazer um projeto. Estes diagnósticos, eu tenho que dizer que representam a sorte de achismo muito sofisticada, uma metodologia de simplesmente ir ao país e falar com os especialistas para ter as apreciações sobre a justiça. Depois o Banco escreve tudo isso como relatório, às vezes os entrevistados que têm perguntado mais: isso que é? São nossas idéias. Mas está bem porque para fazer um projeto num país, talvez o lugar para começar é simplesmente perguntar para as pessoas como são os problemas e vocês que achem, que achem, que devem ser os remédios. O outro tipo de pesquisa foram as pesquisas macro-econômicas, que talvez, vocês têm visto, onde a gente tem produzidos indicadores de 180 países sobre a qualidade da justiça, comparado, talvez, com a taxa de crescimento, ou talvez a pobreza, talvez outra coisa importante. Agora, esses dois tipos de pesquisas têm servido, mas realmente não ajudam muito a fazer projetos. O estudo macro-econômico está muito bem para justificar o esforço, estou muito agradecida aos economistas que têm feito isto, porque quando apresentar o projeto ao Banco, tenho que explicar porque quero fazer isso, porque eles sabem que a justiça é importante, mas o problema é que uma vez que sabemos que a justiça é importante estes estudos não dizem nada sobre como devemos fazer para trabalhar com problemas. É como tem dito, o outro tipo de pesquisa de diagnóstico, realmente trabalha muito com o que todo mundo sabe, uma coisa que temos notado nos doze anos que o Banco tem trabalhado com a justiça, ao nível mundial, é que muitas vezes, o que todo mundo sabe não é correto, é dizer que o que todo mundo sabe não existe. Temos visto, por exemplo, falando somente dos outros países do continente, que as demoras judiciais muitas vezes não são tanto, como dizem, porque muitas vezes falam de um exemplo

terrível de um caso que tem durado três gerações, ou uma coisa assim, mas na maioria dos casos é muito mais rápido. Temos notado também que tem outros problemas que ninguém tem comentado, por exemplo, que na maioria dos casos, de muitos países, simplesmente não chegam à sentença, o problema não é demora, é a não resolução do conflito. Outro problema que ninguém tinha falado antes é que ainda com sentença, muitas vezes, se a parte que perde tem que pagar uma coisa, não paga, o que dizem: “ganhei, mas não levei”, é certo para muitos países. Também temos visto que os juízes muitas vezes têm muito menos trabalho do que dizem, temos visto que os salários e os orçamentos judiciários, em muitos países, devem ser adequados, mas também temos notado os abusos dos usuários. Por isso temos falado em usos e usuários, a gente que utiliza a justiça para evitar a justiça e finalmente, temos notado que muitos dos problemas judiciais tem outra fonte; não são os juízes, não são os tribunais, são outros autores, que podem ser instituições fora do setor, por exemplo, registros, e dizer que tem muita coisa passando dentro, o que todo mundo sabe não menciona. Por isso o Banco decidiu, há cinco anos, começar com essa série de pesquisas na América Latina, para entender um pouco melhor o que estávamos tratando de ajudar a resolver, para evitar o que eu tenho descrito várias vezes; como resolver problemas de menos importância, ou talvez não existentes, ou existentes com medidas ineficientes. É preciso entender um pouco mais. Agora, a primeira pesquisa no Brasil, fez parte dessa série que se chama *Usos e Usuários*, foi feito com CEBEPEJ de São Paulo, Maria Tereza Sadek talvez possa explicar um pouco mais, se tiverem interesse. Os outros países são Argentina, México, Peru e Equador e a metodologia para todos foi tirar uma amostragem de casos judiciais reais e seguir a trajetória do caso, durante toda vida, até uma decisão final, coisa julgada, incluindo os recursos, se tiveram, etc. O caso do México foi importante. Fizemos primeiro na Argentina, o México foi o segundo. Mas o México foi importante porque lá aconteceu uma coisa que ocorre aqui e ocorre em outros países: os bancos estavam queixando-se muito do desempenho judiciário, dizendo que a falta de crédito no país — isso deve soar como familiar — a falta de crédito no país era porque os juízes eram muito lentos e tinham preconceitos contra os bancos. Assim, o pedido, que veio do Ministério da Fazenda, foi fazer um estudo para comprovar que os juízes estavam criando a falta do crédito no país. Decidimos fazer um pouco diferente, porque a pergunta foi mal formulada, fizemos um estudo de amostragem somente de ações de execução e o que encontramos foi que tem problemas no México, mas os problemas não afetam tanto os bancos. Os bancos e os outros autores ganham todos os seus casos. Sim, têm demoras, mas a maioria dos casos no México, 80%, não chega à sentença e não chega à sentença porque o autor não pode identificar bens para a penhora, ou simplesmente porque se dá conta que o réu não tem e, na maioria dos casos, o réu nem aparece no Tribunal. Assim, essa história de que o réu é muito conflitivo e que é o responsável pela demora não foi certo. Outra coisa foi que os juízes,

apesar de receber mais do que mil casos anuais cada um, realmente tem muito menos trabalho, porque isso quer dizer que 800, 80%, não representa muito trabalho. O juiz admite o caso e lá fica até caducar, assim que os resultados da pesquisa, não gostam muito os bancários, mas também os juizes têm alguns problemas com ele, mas simplesmente mostrou que a situação foi muito diferente do que todo mundo sabia, com base disso decidimos usar sempre ações de execução em outras pesquisas, porque é um processo muito parecido em todos os países, em uma base de comparação. No Brasil o processo é um pouco diferente como o pessoal do CEBEPEJ finalmente me convenceu. As ações de execução não têm que ir à sentença. Nos outros países, nos outros quatro, se quer a sentença para o autor cobrar, mas aqui não, só se o réu protestar. Mas todo mundo tem problemas parecidos, entre eles tenho encontrado a porcentagem dos casos que chegam a pagamento, realmente é ponto, não é sentença, é ponto, deve ser no máximo 30%, mas dizem que muitos não vão e que o problema não é penhora outra vez. Se é certo que os poucos réus que decidiram criar problemas podem criar muita demora, mas a porcentagem dos casos que vão à sentença é muito pequena, obviamente. No Brasil também fizemos outra coisa, incluímos outro tipo de caso dentro da amostragem e essa foi a razão para fazer a outra pesquisa. Incluímos o mandado de segurança, onde o judiciário decide muito mais rápido, mas como talvez, está sendo muito comentado hoje, é muita apelação por parte do recurso, por parte do governo, quando perder. Agora, vendo os resultados e conversando o sentido disso e porquê, nos demos conta da importância de saber um pouco mais sobre todos os casos, no judiciário e nos perguntamos: e os juízes e os promotores, os procuradores do estado? Eles sim estão vendo os padrões, tem coisas que comentam quando a gente está conversando com os juristas em particular, mas que não estavam entrando, notou a conversa sobre a famosa PEC, a reforma judiciária e nos perguntamos: por que? Por isso decidimos fazer outra pesquisa, pesquisa feita para o Brasil — não temos feito em outro país — sobre a qualidade da estatística que as instituições do setor, não só tribunais, mas também Ministério Público e também os advogados do estado, levem para fazer segmento do desempenho e também para ver os usos, o que fazem com isso e dizer: tem dados e está usando dados. A idéia disso foi que, talvez, toda essa conversa, o que todo mundo sabe sobre a justiça é diferente da realidade, porque algo está passando com a estatística, com o poder das instituições, de realmente ver o que estão fazendo. Essa foi a segunda pesquisa que os colegas vão fazer, em base, temos feito pesquisas muito mais informais em outros países, porque temos visto que o Brasil, talvez seja o país com mais capacidade para recolher estatística, porque tem uma quantidade de automatização aqui que tenho visto em poucos países. Quando descrever isso aos europeus, ficarão com os olhos grandes, porque o judiciário europeu não tem isso e muitos dos judiciários estaduais nos Estados Unidos não têm também, e dizer o Brasil tem informática, se não tem estatística, ou se não utiliza estatística, por outra razão. Foram mais ou

menos essas perguntas com as quais começamos a segunda pesquisa. Agora vou passar a batuta à profa. Luciana Cunha, para que ela explique um pouco mais desta segunda pesquisa.

Professora Luciana Gross Cunha (Direito GV) — Eu vou apresentar um panorama da pesquisa, da parte que a Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas foi responsável. O objetivo da pesquisa foi revelar a existência de coleta de informações sobre as atividades desenvolvidas pelas instituições de justiça e como esses dados são manipulados e qual a sua utilização. Para isso foram visitados as Justiças Estaduais, os Ministérios Públicos e as Procuradorias do Estado, de cinco estados brasileiros: Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Ceará e o estado do Pará. A importância disso é saber se esse tipo de informação está sendo utilizada para monitorar o desempenho da instituição e para planejar os projetos futuros. Cada uma dessas instituições possui peculiaridades e características específicas. O que foi possível constatar é que se produz informação sobre as suas atividades, quer dizer, todas essas instituições produzem informação. Os tribunais, especificamente, possuem um sistema informatizado de acompanhamento processual. Esse sistema, no entanto, não produz dado, informação estatística, tendo como finalidade principal, acompanhar o andamento do processo. Ele não gera variáveis para formação de um diagnóstico estatístico sobre as atividades dos tribunais. Na maior parte dessas instituições visitadas, as informações são produzidas através dos relatórios elaborados mensalmente por juízes, procuradores, promotores e procuradores do estado. No entanto, essas informações são descoladas do processo, ou seja, elas são incapazes de informar a qualidade ou a complexidade dos casos. Tão pouco ela serve como banco de dados para análise dos processos, ou muito menos da jurisprudência, ou da forma como aquele tribunal vem decidindo sobre casos específicos. Além disso, esses sistemas, essas informações não são integradas. Então, nos casos dos tribunais, por exemplo, essas informações não podem ser comparadas com as informações produzidas pelos Ministérios Públicos, ou pelas Procuradorias, os sistemas de informação não se comunicam e eles são gerados de uma forma diferente, cada instituição produz essa informação de uma forma específica, sem comunicação com as outras áreas. Em alguns tribunais, por exemplo, as informações produzidas na primeira instância, ou seja, nas atividades que os juízes de primeira instância exercem são perdidas quando os processos vão para segunda instância. Não existe sequer comunicação entre a primeira e a segunda instância, o que complica identificar, por exemplo, o fluxo do processo. Além disso, os critérios utilizados para produção dessa informação nem sempre são uniformes. Em alguns tribunais são usados como critérios de classificação de um processo o tipo de ação, por exemplo: se for uma ação declaratória ou é uma ação civil pública; o tipo de processo, conhecimento, um processo cautelar ou um processo de execução e o tipo de

procedimento, ordinário ou sumário. Isso sobreposto faz com que em uma única instituição você tenha mais de mil critérios de classificação de processo, o que faz com que a informação seja perdida ou tenha pouca utilidade. Também foi possível identificar, por exemplo, a partir desses relatórios mensais, atividades como: manifestações diversas; comunicações ou pareceres, que dizem muito pouca coisa sobre a atividade que o juiz está exercendo, ou sobre o tipo de informação e o tipo de atividade que está sendo gerada ali. Essas informações não são capazes de determinar, por exemplo, quais são as áreas mais demandadas ou o perfil do cidadão que acessa a justiça, ou mesmo o tipo de empresa ou parte. Esses relatórios, produzidos pelos juízes, não são capazes de gerar essa informação. Dessa forma, como falar em produtividade, como exigir a produtividade se você não consegue identificar, especificamente, que atividade que o juiz está envolvido, ou o promotor, ou o procurador do estado? Além disso, de forma geral, foi possível identificar tanto nos Tribunais de Justiça, quanto nos Ministérios Públicos, ou nas Procuradorias do Estado, que essas informações são muito pouco utilizadas como instrumento para planejamento da sua atividade. Com relação ao número de juízes, por exemplo, não foi possível identificar um critério para criação, extinção de comarca ou de cargo. O critério varia de acordo com o estado e de acordo com a instituição, porém não foi possível que durante a pesquisa fosse identificado qual é esse critério, qual é o critério utilizado. Além disso, as instituições de justiça também não descobriram a importância da produção da informação para o planejamento da sua atividade e como instrumento de melhoria dos seus serviços e, por isso, é necessário discutir que tipo de informação é importante que seja produzida, como ela será utilizada e quem vai ler essa informação, qual o destinatário dessa informação, se é a população, como transparência ou se é a própria instituição como mecanismo de melhoria das suas atividades. Era isso que eu queria falar. Muito obrigada!

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Agora passo a palavra para o Carlos Gregório, que é consultor do Banco Mundial e que foi condutor principal dessa pesquisa.

Sr. Carlos Gregório (Instituto de Investigation para la Justicia) — Eu vou falar um pouco mais, para complementar o que disse Luciana, de um ponto de vista metodológico. Eu quero centrar a análise aqui em algumas conclusões da nossa pesquisa. A primeira conclusão é que tem dados, tem muitos dados básicos e estatísticos disponíveis. Este é um gráfico final da situação dos processos que entram em todo o Brasil. Há vários dados importantes aqui: o primeiro é que tem informações a partir de 1941 e esse é um dado significativo: em muitos países há sérias estatísticas longas. Dispor de informações durante muito tempo é muito importante. Depois, pode-se ver nesse gráfico também, a sobreposição das três grandes áreas do judiciário: trabalhista e federal; e estadual como

um todo somado, para criar a sensação de um crescimento muito importante do número de processos tombados. No seguinte gráfico é muito parecido com o dos processos julgados, isso quer dizer que o sistema está respondendo a esse crescimento muito importante, do ponto de vista dos dados. Esses dados são tomados do poder judiciário. Vindo do Poder Judiciário é um esforço muito significativo que não existe em outros países de caráter federal. Poder contar com uma centralização da informação e poder analisar tudo junto é um avanço significativo. Mas, o que queremos discutir, ou centrar nesse momento, é o problema das fontes de informação. Isso é o que estava falando há pouco. Fontes de informação, as fontes de informação para um sistema estatístico, em tese, são mais ou menos três: você pode trabalhar com relatórios estatísticos, como dizia Luciana, produzidos pelos juízes, pelos assistentes dos juízes; pode-se trabalhar diretamente com os bancos de dados; ou pode-se trabalhar com fontes complementares, como amostras ou pesquisas de opinião. Vou começar pelo final, a pesquisa de opinião e amostras são muito custosas, só se tem razão de ser para começar, para um detalhe, para ajustar uma interpretação, mas não se pode basear um sistema estatístico sobre amostra, sobre pesquisas de opinião, mas se vocês analisam os trabalhos acadêmicos que estão sendo feitos no Brasil sobre o judiciário, muitos deles estão baseados em pesquisas de opinião, isso é sintomático, quero dizer que as universidades, os acadêmicos não têm acesso à informação básica, o que encontram é a informação que está disponível em relatórios ou na Internet, nos mesmos judiciários. Não é suficiente. É importante que o setor acadêmico tenha acesso à informação básica, acho que o problema não é um problema de segredo, de sigilo, de nada, porque há sintomas que as informações estão acessíveis, pode-se entrar na Internet ir a um *site* de consulta processual, pode-se ver que toda a informação está disponível, mas se você pode entrar no *site* do Rio Grande do Sul, do judiciário do Rio Grande do Sul, pode-se olhar que inaugurou um novo sistema de segurança, que requer que os usuários digitem alguns números que aparecem na imagem, isso porquê detectaram, com certeza, um processo automático de roubo de informação, mas provavelmente, quem está roubando a informação do Rio Grande não é uma universidade, é uma instituição de caráter tipo Serasa ou algo assim, que não é para pesquisa, é para outro tipo de uso. Mas, o conceito é de que a informação é valiosa porque a informação está disponível e também é muito importante viabilizar que essa informação seja acessível pelas universidades e que as universidades estejam fazendo também pesquisas e análises das informações estatísticas, disponíveis no poder judiciário, é muito importante. Bem, voltemos agora a fontes tradicionais da informação estatística, da era pré-informática, foram os relatórios estatísticos. Os relatórios estatísticos são muito limitados, como falou Luciana há pouco, é claro que um relatório só pode dar informação sobre o judiciário, nada mais, mas aqui no Brasil, verificamos que a maioria, praticamente todos os judiciários, trabalhista, federal, estadual, todos têm bancos de dados

extremamente completos, com informações extremamente úteis, que somente eles estão utilizando, essa informação para andamento processual e também para produzir relatórios, mas nesse momento, em que o relatório é produzido automaticamente, existe uma grande perda de informação. Essa informação que se transforma em um relatório processado como um sistema convencional, mas os banco de dados não estão sendo processados cuidadosamente e de forma a aproveitar todas as suas possibilidades. Bem, então aqui está, em minha opinião, a crave do salto qualitativo que tem que dar as estatísticas no Brasil, passar do processamento dos relatórios, como está fazendo agora o Poder Judiciário, a um processamento melhor dos bancos de dados. Por exemplo, os relatórios são também o mesmo sistema com o qual se alimenta o Banco Nacional do Poder Judiciário (BNPJ), se vamos ao detalhe, o BNPJ está trabalhando por uma matéria civil, por exemplo, com oito tipos de processos, um deles é o de usucapião. O que quer dizer isso? Que cada um dos judiciários estaduais estão informando o número do processo do usucapião que tem cada mês ou cada trimestre, mas só oito tipos de processos estão sendo informados, isso quer dizer que há um critério de seleção, dizendo que esses oito são os mais importantes, minha pergunta é: se, por exemplo, o usucapião, que é um deles, é um processo realmente importante à tomada de decisões, aos processos de avaliação, à economia nacional? Pensar que só oito processos civis são representativos de todo o sistema civil, é uma pergunta de fundo, por exemplo, os processos de danos, ou responsabilidade médica, responsabilidade de supermercados, coisas que em outros países tem um crescimento vertiginoso, estão sendo informados ou não. Qual é o critério? Eu acho que uma das craves de manejar informação é não ter essa perda de informação que se tem quando se passa dos bancos de dados aos relatórios e a informação básica contém toda essa informação, isso é possível fazer se for analisado cuidadosamente o que se tem nos bancos de dados. Conclusão disso é que o trabalho das tabelas de classificação é um trabalho extremamente importante, as tabelas deveriam ser desenvolvidas, não só como estão trabalhando o Conselho de Justiça Federal com o sistema federal, como também em nível estadual, alguns dos estados têm tabelas muito desenvolvidas, outros estados não têm tabelas, outros, como disse Luciana, têm combinação de processos, de feitos, de leis. Por exemplo, na tabela de AGU — Advocacia Geral da União —, há classes de sal, açúcar e erva mate, isso é inconcebível que seja um critério de classificação de casos, as tabelas devem ser otimizadas, tabelas ótimas são a forma de produzir informação útil. Aqui também há um problema de qualidade, a grande pergunta é: se podem usar os bancos de dados se eles têm qualidade suficiente? Provavelmente a qualidade não seja perfeita, mas sim, é suficiente. Outro exemplo, um sistema de AGU, de andamento processual, tem oito categorias para o valor da causa, a maioria deles está vazia, não tem informação, uma é apreciação do procurador, outra é a demanda, outra é a decisão final, muitos valores da causa são possíveis, a pergunta é: como trabalhar com informação

incompleta? Trabalhar com informação incompleta é possível, é muito útil, isto se diz sobre uma mudança de conceito de como se analisa a informação, as estatísticas, provavelmente, não podem ser incompletas, mas os indicadores podem trabalhar com informação incompleta. O indicador é só um indicador em probabilidade, não é um indicador em certeza, mas isso não quer dizer que não pode ser útil para a tomada de decisões, para o processo de avaliação. Então, esse é outro conceito que penso que é importante, que é trocar o conceito clássico de qualidade da informação, por um conceito mais moderno, um indicador que pode aproveitar dados que não são totalmente completos ou qualidade ótima, mas que podem ser utilizados. Outro ponto que é importante aqui também é o processo de integração de informação, a informação existe, mas não está compartilhada e não está compatível, isso não quer dizer que não se pode trabalhar com ela, mas quer dizer que o processo que segue é um processo que deve tender à integração da informação. Acho que é isso.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Acho que posso adicionar um par de coisas antes de começar com o debate. Temos visto nesta pesquisa os sistemas de informação de três grandes famílias de instituições: judiciário, Ministério Público e advogados do estado. Temos tentado ver, em nível nacional, federal e também nível estadual, existe muita variação dentro do país, mas geralmente, o judiciário tem maiores níveis de automatização e também uma base de estatística que é mais fácil usar para avaliar o desempenho e por isso que os gráficos que o Carlos mostrou são feitos somente com a estatística do judiciário. O Ministério Público está automatizando-se rapidamente, mas lá detectamos certo problema, acho, de conceitualização. O problema dos advogados do estado é que estão, somente agora, começando a se informatizar. Esse é um momento para fazer a coisa bem feita, os outros dois vão ter que mudar um sistema que tenha instalado. Os advogados do estado, se desde o começo se derem conta que a informatização ajuda o andamento processual, mas também, essa é a fonte principal dos dados que vamos usar para utilizar o desempenho da instituição. Assim que temos que pensar, desde o começo, quais dados que necessitamos e de que forma, porque se não fizerem isso agora, vão ter os mesmos problemas que os outros dois. Estou aqui com os relatórios, sempre serão usados os relatórios e as estatísticas agregadas para medir o desempenho. É delicioso poder entrar nas bases de dados diretamente e fazer cruzamentos, não planejados, mas, de qualquer modo, melhorar a qualidade da entrada é importante para qualquer um dos dois. Dizer se vão seguir com estatística agregada a relatórios, a qualidade da entrada é importante se vão trabalhar com as bases de dados diretamente, que vai demorar um pouco, acho, em alguns sistemas. A qualidade é importante também, porque se todo mundo está fazendo uma coisa diferente, os dados que vamos cruzar não vão ter sentido. E, finalmente, a possibilidade de comparar é muito importante, o Carlos mencionou no relatório a quantidade de vezes que nos tem dito somente no

Brasil, mas pode ser somente no Brasil, é muito útil, hoje em dia, poder comparar os resultados brasileiros com os resultados dos outros países. Os europeus estão fazendo um esforço tremendo agora, para unificar o sistema de estatística de 45 países, porque se deram conta que a estatística de um só país é a estatística de um só país, tudo bem que um juiz realiza 400 decisões anuais, que seja, mas se posso comparar com 40 e outros países, começo a me dar conta das possibilidades e posso chegar a uma avaliação com alguma base e não somente o que sempre fizemos. As duas pesquisas que falamos aqui estão sem divulgação, o Banco tem um processo muito complicado para divulgar pesquisas, devem ser aprovadas dentro do Banco, depois devem ir ao governo para a sua aprovação e depois podemos divulgar. No primeiro caso, foi o Ministério da Fazenda, acho que a que não tem muito interesse, e lá ficou durante dois anos, vamos ter que visitar a Fazenda para ver se vão aprovar. O outro tem um problema interno no Banco que não mandamos ao STF — Supremo Tribunal Federal —, mas estou com a esperança que esse ano vamos fazer mais do que falar sobre as pesquisas, porque é um problema para os parceiros, que podem publicar somente uma parte até a pesquisa final poder sair. Bom, com isso, passo para o Renato.

Sr. Renato Sérgio de Lima (Fund. SEADE) — A gente abre para uns 20 minutos de questões. Se alguém quiser fazer, estou abrindo a palavra, eu só vou pedir para se identificar e fazer uma pergunta. Só então, para quebrar um pouco o gelo, eu vou fazer a pergunta para o Carlos Gregório que, na verdade, foi falado aqui, eu acho que algumas pessoas, com certeza tem conhecimento, mas no Brasil é diferente, então eu gostaria de ouvir um pouquinho sobre: além das diferenças, quais as características dos demais países, por que aqui a gente conhece um pouco, então, como a pesquisa só pode ser falada, seria interessante se a gente pudesse conhecer um pouquinho grandes características dos outros modelos que foram investigados em sistemas estatísticos.

Sr. Carlos Gregório (Instituto Investigación para la Justicia) — A grande diferença aqui é que é um país federativo. Outros países federativos na América Latina não tem nada a ver, nem Argentina, nem México, nem Venezuela, não se pode comparar porque não existe estatística fora das grandes cidades da Argentina, México e Venezuela, essa é a primeira coisa que se pode dizer. Depois, em termos estatísticos, não é melhor, eu acho que na América Latina somente Costa Rica tem...

Sra. Linn Hamnergren (BIRD) — Chile e Colômbia, talvez...

Sr. Carlos Gregório (Instituto Investigation para la Justicia) — Sim, mas são muito mais fáceis, países muito mais fáceis, o sistema brasileiro é muito mais complicado, existe Justiça Trabalhista à parte, que tem a sua própria dinâmica, estadual, federal, um federal que não é o mesmo federal argentino, é distinto do federal mexicano, totalmente distinto, nada a ver. É muito difícil comparar, mas acho que o ponto de partida que existe aqui é de vantagem a respeito de outros países federais.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Eu vou dizer algo, eu tenho outro ponto de vista, como eu não sou estatística, eu sou consumidora de estatísticas, tenho outra impressão da Argentina. Eu não sei sobre a qualidade da estatística, mas há muito mais tempo está tentando fazer e divulgar análises em nível federal e o Ministério da Justiça que faz isso, tem emitido estatísticas sobre quantidade de casos por juiz, quantidade de sentenças, juízes por 100 mil habitantes. E utilizam o formato que se utiliza em todo o mundo, que ainda não se utiliza no Brasil. Quero dizer, o país pode ser único, e pode seguir os seus gostos sobre como fazer a estatística, como informar, mas tem certa utilidade usar os formatos que utilizam os outros e dizer quantos juízes por 100 mil habitantes, etc, contar o ano desde janeiro até dezembro, etc, etc. Também os outros países têm feito outra vez, Colômbia, Chile, Costa Rica e até Peru, tem países muito raros que tem feito mais esforços para realizar a estatística, ora, não estou dizendo porque não tenho visto a estatística, nem que a estatística tenha melhor qualidade, mas lembrando-me do que acaba de dizer Carlos, a gente pode trabalhar com estatística imperfeita e é o que estão fazendo e utilizando isso para identificar problemas, por exemplo. Finalmente, depois de anos, o judiciário de Costa Rica se deu conta que metade de seus casos são casos administrativos de trânsito, que não devem entrar no judiciário e dizer: “a gente tem o direito”, mas em Costa Rica a gente tem a responsabilidade de levar cada caso de trânsito ao judiciário, é 60% da carga de trabalho, é muito. Acho que os juízes têm alguma coisa como 23 mil entradas anuais. Pode ser? Um dos mais altos do mundo, mas o problema é que metade é de casos de lixo, mas que sempre ocupam tempo. Acho que os países maiores, Brasil, Argentina, até Colômbia, estão caindo em problemas parecidos, o governo, os usuários, estão encontrando maneiras de usar o judiciário para usos que talvez não sejam prioritários. Mas os outros países estão tentando fazer análises e acho que o Brasil está um pouco atrasado nisso e também na quantidade de pesquisas feitas por acadêmicos, que foi uma de nossas perguntas, terminamos fazendo o estudo em São Paulo, porque aqui tem os maiores pesquisadores, mas a surpresa foi não encontrar muito no resto do país, provavelmente têm outros, que não temos visto, porque é difícil, mas a quantidade dá um nível de desenvolvimento do país, foi uma surpresa a pouca quantidade de pesquisa empírica quantitativa sobre a justiça. Existe mais na Argentina e no Peru, no México também existe pouca, isso também é uma questão lá, talvez por razões diferentes. No México uma razão é que a estatística

é secreta, a gente não tem, os juizados nem publicam as sentenças, porque dizem que isso é entre as partes, é de interesse das partes.

Dra. Tatiana Bicudo (Ministério Público/SP) — Gostaria de perguntar à Luciana: qual o período que foi analisado no Ministério Público e a quais dados ela teve acesso?

Prof^a. Luciana Cunha (Direito GV) — A pesquisa foi realizada em 2004 e os dados que a gente teve acesso e analisou, foram os dados, que na verdade, as instituições disponibilizaram. No caso do Ministério Público de São Paulo, foram disponibilizados dados incompletos, relativos a 2001 e 2003, em nenhum dos anos a gente teve dados completos com relação a todos os meses do ano, a gente sempre tinha falhas em alguns meses, sem nenhuma informação.

Dra. Tatiana Bicudo (Ministério Público/SP) — Só para completar, esses dados disponibilizados, vocês sabem se são da Corregedoria.

Prof^a. Luciana Cunha (Direito GV) — São os dados da Corregedoria, quem disponibilizou foi a própria Corregedoria.

Dra. Neide Sordi (Conselho de Justiça Federal – CJF) — Neide, do Conselho da Justiça Federal. Eu quero perguntar à Dra. Linn. A senhora falou há pouco... Primeiro, dizem que só tem no Brasil e não é jabuticaba, não presta. Entendeu? Então, a gente precisa realmente conhecer esses padrões mundiais, que eu não sei quais são. Viu Carlos? Me conte, para que a gente se adapte. A senhora falou do diagnóstico do ônus que outras instituições do estado acarretam ao judiciário, no caso da Justiça Federal Brasileira nós temos: 1/4 das ações são execuções fiscais, das quais 1/3 são suspensas sobre o estado, por não encontrar o devedor ou o bem; 1/3 o pagamento é feito administrativamente na autarquia, assim que o oficial de justiça bate na porta e apenas 1/3 consegue chegar à sentença. Os juizados especiais federais em poucos anos viraram balcão do INSS, só de ações previdenciárias nós temos mais de 2 milhões em tramitação, também FGTS, Sistema Financeiro de Habitação. O ônus que o executivo coloca em cima do judiciário faz com que o judiciário seja moroso, a gente entende que não interessa ao executivo o rápido funcionamento do judiciário. Se nós, me corrija Renato, se eu estiver enganada, dos 6 milhões de ações em tramitações na Justiça Federal Brasileira, (só no primeiro grau que é isso, mais 2 milhões no segundo), pelo menos 40% em INSS, outros 40% dizem que é de execuções fiscais, se cobrássemos as execuções fiscais, o estado falia e seria o

caos. O que a senhora acha que o judiciário pode fazer? Como é que esse diagnóstico que a senhora falou, que não é só do Brasil, o que eles estão fazendo por aí para mudar esse bocado de coisa?

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Bom, a parte que me cabe descrever, se é jabuticaba, e talvez, se é só o Brasil ou se é mais exagerado no Brasil. Temos visto coisas parecidas em outros países, agora eu estou utilizando o Brasil como exemplo do que não deve e digo: se deixarem crescer esse tipo de prática governamental, vão entrar nos mesmos problemas do Brasil. O Brasil tem, temos visto na pesquisa, comparando com dados dos outros países, tem a carga de trabalho, talvez com exceção de Costa Rica, mais alta dos países latino-americanos e talvez mais altos do mundo, mas se a gente se aprofundar para ver qual tipo de caso é, se dá conta de que muito disso são casos que nos outros países não chegam no judiciário, porque têm outra maneira de resolver. Agora, quando estava falando de padrões de outros países, é simplesmente a maneira de apresentar os dados. Uma coisa que temos notado é que, no judiciário ainda, que possivelmente... eu não duvido que as cargas de trabalho sejam muito altas no judiciário, mas acho que estão um pouco inflados, porque registram despachos, não registram necessariamente casos. Eu exercitei uma medida cautelar, temos visto isso, sobretudo nos estados, se tem uma medida cautelar vinculada a um caso, a medida cautelar conta como outra coisa, talvez é uma medida que aparece mais como 1.300, realmente 1.100, mas sempre um número alto. A coisa aqui é que o Brasil pode fazer o que quiser, mas se quer tirar o valor real da estatística, é melhor ver como maioria dos países entram na estatística e como usaram as mesmas formas, assim vão poder mais facilmente chegar à identificação das jabuticabas reais, que são esses exemplos que tem dado. Agora, a outra surpresa para nós é que durante toda a conversa sobre a reforma do judiciário, as referências para essas coisas, que a senhora acaba de mencionar, não foram feitos, eu digo, esse é o problema do judiciário, acho.

Dra. Neide Sordi (Conselho de Justiça Federal – CJF) — Nem a súmula vinculante resolve o que a salve, é uma matéria constitucional.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Bom, vai resolver ao menos, por pior... Agora todo mundo sabe que o juiz que utilizar muito vai quebrar o estado. Existe um problema, eu não sei como vai resolver, mas há um problema. Mas a ênfase foi somente usar a maneira de entrar na estatística, os problemas podem ser diferentes, mas vão perceber isso mais facilmente se a estatística seguir as mesmas formas.

Sr. Renato Sérgio de Lima (Fundação SEADE) — Mais alguma pergunta?

Sr. Matthew Taylor (FFLCH – USP) — Meu nome é Matthew, Taylor, eu sou cientista político, a minha dúvida é prática, eu acho. A Luciana mencionou o problema da dificuldade da unificação das estatísticas, mesmo dentro do mesmo sistema judicial, por exemplo, dentro do próprio estado. Qual o problema administrativo? Por que as duas instâncias não se falam estatisticamente? A segunda pergunta seria: Por que não se falam entre si os sistemas do Ministério Público, do judiciário e dos advogados do estado.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — A segunda pergunta é retórica. Não?

Dra. Neide Sordi (Conselho de Justiça Federal – CJF) — Posso falar só uma coisinha? A AGU, Advocacia Geral da União está implementando o seu sistema de secal e eles vão utilizar nossa tabela de classes processuais, nossa tabela de assunto e de entidade.

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — Matthew, com relação aos tribunais, o que foi possível verificar é que, na verdade, existem departamentos diferentes nos tribunais. Um departamento que cuida dos relatórios e dados relativos à primeira instância e um outro departamento que cuida das ações quando elas entram para segunda instância e isso não tem nenhuma comunicação, quer dizer, vem de uma estrutura mais antiga, quando os dados não eram valorizados e a questão da produção de informação não era uma estratégia importante da instituição, isso ainda não foi uniformizado e reformado. Então, eu acho que isso tem a ver, inclusive, com a baixa importância que é dada para esse tipo de informação. Com relação às instituições, na verdade o que foi possível identificar é que cada uma das instituições desenvolve sistemas diferentes sem sequer se reportar às outras. Não existe comunicação nem quanto ao tipo de sistema que cada uma delas está desenvolvido, como se não houvesse preocupação em uniformizar os dados, em alguns locais as instituições não acham que isso é importante, que a comunicação entre elas, Ministério Público, Procuradoria do Estado e tribunais é importante na produção da informação.

Sr. Matthew Taylor (FFLCH-USP) — Existe algum estado, alguma coisa parecida?

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — No Rio Grande do Sul eles estão criando um sistema, não é o mesmo sistema para todas as instituições, mas é um sistema que é possível haver comunicação, ou seja, os sistemas utilizados vão ter uma interface comunicável entre Tribunal da Justiça, Ministério Público e a Procuradoria do Estado, que está começando a implementar um sistema de

produção da informação, vai utilizar o mesmo sistema, quer dizer, um sistema que possa comunicar com as outras duas instituições.

Dra. Tatiana Bicudo (Ministério Público – SP) – Renato, posso completar um pouco, da visão do Ministério Público? Essa questão da não comunicação é uma questão que realmente se percebe de anos e de cultura, ou seja, o judiciário tem uma cultura própria dele, que não se importa muito com a cultura do Ministério Público e vice e versa. Mas, assim, há sete anos, vem sendo criado, por isso que eu perguntei quais dados você teve acesso, há sete anos vem sendo criado e o teste piloto foi na capital, crime da capital, o que se chama de sistema de movimentação de autos. Esse sistema é falho, a gente está repensando o sistema para completá-lo e melhorá-lo, mas esse sistema, exatamente tinha uma preocupação em recuperar os dados do judiciário. Como estamos hoje? Como nós estamos tentando melhorá-lo há toda uma preocupação com a gestão administrativa de se negociar com o Tribunal de Justiça que nós tenhamos acesso aos dados que eles inserem no sistema deles e que nós recuperemos esses dados, agora a gente insere os nossos dados, que também passaríamos a ele, uma questão de democratização dos dados. Então, acho que a partir de 2004 há uma negociação nesse sentido e por isso que eu perguntei da Corregedoria. Também no Ministério Público a gente tem dois sistemas, o da Corregedoria e esses outros tantos sistemas, quer dizer, a Promotoria da Cidadania recupera os dados de uma forma, a Criminal de uma outra forma. É um problema que nós estamos tentando solucionar. Eu acho que a preocupação com a comunicação, tanto interna dos órgãos, das diversas áreas de atuação, como também externa. Hoje o grande problema que se tem na área criminal é não ter acesso aos dados da Secretaria de Segurança. Então, se a gente quer consultar um Boletim de Ocorrência a gente nem tem acesso aos B.O.s ainda, então isso para a gente é inconcebível, é uma questão de gestão política também, de ter acesso aos dados das outras secretarias. Eu acho que, a partir de 2004, a gestão do Ministério Público, penso que também do Judiciário e dos outros órgãos da administração paulista têm se preocupado com isso e estão buscando uma forma de integração. Claro, que aí vão ter os problemas de comunicação entre eles, mas eu acho que já é um caminhar nesse sentido. Só queria completar porque eu acho que, talvez, o ano de 2004 seja um marco nesse sentido.

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — Durante a pesquisa a gente teve contato com esses outros sistemas que estavam em funcionamento, mas como a gente estava fixado num sistema que era utilizado como um sistema de coleta e informação pública da atividade da instituição, a gente se concentrou nos dados da Corregedoria e, além disso, tinha uma certa resistência da parte do

Ministério Público em publicar os dados que a partir desse sistema de coleta de dados da movimentação dos processos.

Sr. Renato Sérgio de Lima (Fundação SEADE) — Queria então, fazer uma pergunta antes de passar. Acho que até para refletir um pouquinho, eu queria pedir para que vocês falassem um pouco sobre o rebatimento disso no funcionamento do modelo de justiça mesmo, porque a gente percebe uma, digamos, uma mudança de enfoque, aonde a informação estatística passa a ter algum valor, na verdade, não é que ela passa a ter algum valor, eu acho que ela sempre teve algum valor, diluídos em alguns processos administrativos, burocráticos e faz um pouco parte da história do poder judiciário no Brasil, do sistema de justiça. Mas, na verdade, o que significa essa imensidão de dados na opinião de vocês e, aí pensando mais em termos conceituais, o que significa essa grande quantidade de informações aqui no Brasil, de forma desagregada, desarticulada e, ao mesmo tempo, então, para o Carlos a pergunta: Será que isso não seria um sinal de segredo sim, só que, na verdade, quando você tem muita informação, você não tem nenhuma informação? Então, eu gostaria de já desdobrar um pouco, refletindo isso.

Sr. Richard Strasses — Bom dia. O meu nome é Richard Strasses, eu sou consultor, minha dúvida é seguinte: Mesmo que as estatísticas não sejam as ideais, não sejam padronizadas, vocês perceberam que algumas instituições estão utilizando essas estatísticas para impor metas de desempenho dentro das instituições? Por exemplo, nos Estados Unidos, a justiça estadual, em Nova York, tem metas de prazo para várias classes de ações, por exemplo, familiar, execução, esse tipo de coisa, prazos gerais, por exemplo: “até que o processo chegue no júri X meses, prazo total Y meses”. Vocês perceberam isso em alguns dos estados, algumas esferas?

Dra. Flávia — Eu sou a Flávia, procuradora do estado, aqui em São Paulo, eu gostaria de saber a razão da não inclusão das defensorias públicas na pesquisa.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Simplesmente falta de verba. O banco não financia muito bem esses estudos, ainda mais por um tempo realmente ridículo, porque qualquer pesquisa deve ser feita em um ano, creio que evitamos o tempo, mas não conseguimos mais verba. Enquanto, se posso começar a responder, o Judiciário, todos os três, sempre têm utilizado, há muito tempo tem utilizado estatística para avaliar os atores, em primeiro lugar, as Corregedorias fazem isso, essa é uma maneira de avaliação. A nossa preocupação é que se a avaliação ficar lá, dá a impressão que todo o desempenho da instituição é simplesmente o agregado do que faz cada pessoa. Um sistema que

talvez tenha problemas mais estruturais precisa fazer outro tipo de análise e não temos visto esse tipo de análise, ir mais além do que simplesmente perguntar se o juiz tal está completando o número de sentenças. É uma maneira, mas acho que muito perigoso ficar lá, porque acho que todos os sistemas, isto está acontecendo na Europa também, esse esforço para padronizar o uso da estatística e para investigar perguntas muito mais importantes, por exemplo: se vamos mudar o sistema básico; que tipo de casos estamos processando, devemos estar processando esses casos; que grupos estão excluídos. Querem fazer isso ao nível europeu, não somente país por país, por isso estão começando com a instalação da estatística, mas a meta, o objetivo é muito mais ambicioso. Temos visto poucos países latino-americanos que tem entrado nesse tipo de análise e os que têm, tem feito muito pouco.

Sr. Carlos Gregório (Instituto de Investigation para la Justicia) — A pergunta do Renato. Efetivamente, o nível de disponibilidade de informação, ainda na Internet, comparativamente com outros países, é muito alto. É difícil identificar um país que tenha a jurisprudência que está sendo disponibilizada no Brasil, o nível é altíssimo. Acesso à informação processual, quer dizer, andamento processual na Internet não tem comparação com outros países. Isso, efetivamente produz um efeito de segredo, mas pode-se dizer que o sistema é altamente transparente, porque a informação está disponível, mas uma pesquisa, uma busca no sistema de Internet produz um milhão de respostas. O trabalho de analisar essas respostas é altíssimo. Então, a consequência poderia ser que, se não se tem ferramentas de análises para essa informação o produto final será um segredo prático. Mas eu acho que esse desequilíbrio é consequência não de uma política de segredo, é consequência de uma política de não uso, não análise e não demanda. Mas aqui também, o setor privado não tem demanda para a informação, na Argentina, por exemplo, o setor de seguros tem uma demanda fortíssima ao Judiciário, eles querem ter diretamente todos os números de indenizações, e disponibilizar isso na Argentina, as indenizações por danos estão disponíveis na Internet, diariamente, com os números e com todos os dados para que o setor de seguros possa fazer seus cálculos. Eles têm sistemas pontuais, assim penso que também na resposta anterior do porquê do link entre Brasil, Peru, Colômbia, Argentina, são desenvolvimentos pontuais. Alguns temas em desenvolvimento, setor de seguros na Argentina, por exemplo, setor comercial, provavelmente em outros países. Acho que nessa altura que vocês têm um desnível tão grande, tantos dados e tão poucas análises. É impossível que o Judiciário possa desenvolver uma unidade de análises, porque senão estaria falando de civil, de família, de estado, seria impossível. Acho que nesse momento, é necessária a colaboração do setor privado e do setor acadêmico, também dos setores da economia, as Câmaras Empresariais podem também julgar um papel importante nesse processo de análise.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — E também do governo, porque quando penso nos casos que vêm do governo...Bom, isso acontece em todos os países latino-americanos, simplesmente, como disse um consultor chileno vendo o sistema colombiano: “nos Estados Unidos o governo sabe o que estão pleiteando e sabem quais são os custos”, mas nenhum país latino-americano presta atenção em seus advogados, assim, de vez em quando, talvez com mais frequência no Brasil, o estado se dá conta de que está vindo uma fatura enorme como uma surpresa, mas os dados existem para fazer uma análise, mas o organismo que menos possibilidade tem de analisar são os advogados do estado, parece que nem a Fazenda está fazendo.

Sr. Carlos Gregório (Instituto de Investigation para la Justicia) — Mais uma coisa, o único Judiciário Estadual no Brasil que tem uma política de sigilo é São Paulo. Se você entra no andamento processual de São Paulo vai ter uma proporção importante de casos sobre sigilo, mas a explicação que tivemos para isso é que os advogados têm por política, quando atendem a uma demanda, pedem o sigilo do processo. Então, o Judiciário, em resposta a essa petição, coloca o caso em sigilo. Você pode verificar isso, porque se você entra pelo número de ordem do advogado, pode ver todos os casos de um advogado, vai encontrar que um advogado tem, praticamente, todos em sigilo e tem isso por política, não é uma política do Judiciário, é uma política dos advogados de São Paulo.

Dra. Felícia Reicher Madeira (Fundação SEADE) — Eu só queria fazer algumas considerações gerais porque aqui nós estamos tratando de dados de justiça e nós estamos dizendo que existe uma enormidade de informações, mas elas não são organizadas, não produzem relatórios, não são devolvidas a quem efetivamente interessa e que é surpreendente que tenha tanta informação. Como eu trabalho em outras áreas, que não na justiça, eu queria dizer que isso se repete em outras áreas também, não é uma especificidade da questão da justiça. Eu acho que o problema que a gente vive hoje no Brasil é exatamente, primeiro: existe uma enormidade de informações, mas sem pessoas capazes de organizar essas informações e transformar essas informações em objeto de monitoramento e de pesquisa. Isso existe em várias outras áreas. Quanto a suspeita de que o início das informações e elas serem tão antigas e não serem usadas, também, como já estou muito tempo nesse sistema...Por exemplo, logo quando eu comecei a trabalhar no Seade, ainda nos anos 60, eu sempre fiquei com a impressão de que o grande número de pessoas envolvidas na captação do dado, tinha a ver com o dar emprego para as pessoas, mesmo. Esses dados eram levantados muito sem um objetivo muito claro, você tinha o dado, mas ele...O que eu acho dos dados administrativos é que eles existem, eles são de uma riqueza extremamente grande, mas eles não foram criados para o

objetivo que a gente quer, nenhum deles. Então, a gente precisa transformar isso e eu acho que há, digamos, na sociedade, um interesse nisso daqui, o que precisa é fazer isso mais explícito. Nós tivemos um exemplo com a Assembléia Legislativa muito interessante, por aí. Parte disso acontece porque as universidades não sabem trabalhar com dados empíricos, não trabalham os seus alunos para trabalharem com dados empíricos, sobretudo nas áreas humanas, tem a ver com a nossa formação. Eu, por exemplo, que fui formada, tinha uma vertente de tradição mais dedutiva, digamos, de mais tradição marxista e tal, de resistência mesmo ao dado empírico. Eu acho que é geral, em todas as áreas, por exemplo, na área de saúde, a disponibilidade imensa de dados e a incapacidade de pessoas de estar organizando minimamente esses dados e informação e eu acho que a tradição nossa, universitária, tem muito a ver com essa questão. Também a idéia que você levantou de que dado bom, é dado primário, é dado levantado com pesquisa, tal, é muito forte. Então, há uma pressão muito grande de fazer pesquisas de campo, que são, como você disse, extremamente caras, nada garante que seriam melhores do que as outras. Só queria dizer que isso daqui não é um problema específico da justiça, mas eu acho que é um tema muito interessante para ser tratado aqui no Brasil. Obrigada!

Dra. Neide Sordi (Conselho de Justiça Federal – CJF) — Não é uma pergunta, é um comentário. É o seguinte, a justiça, como foi dito aqui, está muito informatizada, só que a análise de informações para avaliação de desempenho, o uso da informação para fins gerenciais, é novo na justiça, não existe isso, no máximo, o que a Dra. Linn falou, avaliação de desempenho da produtividade do juiz de primeiro grau, é nova essa questão de a gente analisar, gerar indicadores para definir planejamento, mas também, por outro lado, é muito difícil existir gente interessada em pesquisar a justiça, normalmente, as pessoas da área jurídica, pesquisam institutos jurídicos isolados, eles pesquisam o Direito e não a justiça e os observadores externos, a gente pode contar, todo mundo conhece uma dúzia de pesquisadores no Brasil, eles pesquisam, normalmente, utilizando como metodologia, pesquisa de opinião, como disse o Carlos. O judiciário é ruim de números, mas também não existe demanda.

Sr. Renato Sérgio de Lima (Fundação SEADE) — Eu queria agradecer a exposição da pesquisa e anunciar, eu acho que durante o dia, hoje, a idéia é ir desdobrando essa discussão, motivadas um pouco pelas questões levantadas aqui. Eu acho que o próximo painel vai refletir exatamente como essa relação da academia e de outras instituições de pesquisas, com relação às estatísticas de justiça e à tarde com os operadores numa discussão mais aberta, acho que com isso a gente finaliza o dia com uma boa reflexão. Obrigado.

Painel: A Produção acadêmica sobre o sistema de justiça

Profa. Maria Tereza Sadek (FFLCH/USP) — Eu gostaria de dizer que é um prazer estar aqui novamente na Fundação Getulio Vargas. Eu vou começar contando uma coisa que se dizia na antiga União Soviética, se dizia assim: “há três tipos de mentiras, as pequenas, as grandes e as estatísticas oficiais”. Eu acho que no caso brasileiro nós temos as pequenas e as grandes mentiras e a questão das estatísticas é sobre ela que eu gostaria de debruçar um pouquinho na seguinte direção: as estatísticas nunca são neutras, quer dizer, estatística mostra o que interessa valorizar, já que você põe o foco, quê pergunta você faz, que informação você coleta. Por ocasião dos 100 anos do IBGE, eu fui convidada para fazer uma reflexão sobre as estatísticas colhidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos últimos 100 anos. Eu tive uma surpresa extremamente agradável, o primeiro censo publicado no Brasil, no começo do século XX, tinha o capítulo dedicado à justiça com muitos detalhes, muitos detalhes, ou seja, esse censo é mais antigo do que aquele que foi projetado, ele é de 1908, para começar a conversa, as legendas eram bilíngües, português e francês, eu costumo brincar, qual era o Brasil para o francês ver, não para o inglês ver, na época era para o francês ver. O que o francês podia saber a respeito do Brasil se nós imaginarmos que as estatísticas são retratos que se fazem e que se deseja valorizar, ou seja, qual é o foco, qual é o detalhe que se quer valorizar? No que se refere à justiça eu devo dizer que a riqueza de detalhes era imensa, havia separação entre dados da justiça civil e da justiça criminal, dados sobre a justiça federal, sobre os custos judiciários, sobre a movimentação de processos e mais do que isso, os delitos apareciam com uma riqueza de detalhes também impressionante, tinham todas as informações que os senhores podem imaginar a respeito daqueles que praticavam delito, religião, sexo, filiação, escolaridade, só uma informação não constava, a cor, ou seja, qual era a cor daquele que cometeu o delito. Eu de novo vou afirmar, isso não era por acaso. Se nós formos para o segundo anuário que foi publicado, que foi nos anos 30, isso vai valer para os anuários até 1940, eles são muito diferentes daquele primeiro anuário brasileiro, eles deixam de ser bilíngües e, mais importante ainda para nós, os tribunais perdem inteiramente a importância. Nós temos dados, aí sim, muito copiosos sobre a questão da criminalidade e da repressão, todos os dados, movimentação de presos, quais são as características demográficas dos presos, a escolaridade, se é preso primário, se não é, onde nasceu, ou se migrou e daí por diante. Mas o pedaço da justiça que nos interessa, que é a movimentação processual, os tribunais, etc e tal, isso é uma ausência total e absoluta, não há nenhuma informação a respeito. Em 1945, tem a redemocratização do país, mas nós temos que imaginar que a coleta de informações é anterior a 45, o Supremo é o único órgão que consta desse anuário estatístico. Em 1950, mais uma vez nós também temos todas as informações a respeito do Judiciário, concentradas

no Supremo, ou seja, os demais tribunais desaparecem, enfim, não há nenhuma menção à justiça dos estados, as comarcas, nada disso. Durante o período militar, vejam como as estatísticas não são neutras, a justiça deixa de merecer um capítulo à parte, em todos os anuários as informações eram ricas, ou pobres, a justiça tinha um capítulo, durante o período militar, inaugurado em 1964, esse capítulo desaparece, a justiça aparece junto com as questões ligadas à criminalidade, com ênfase maior na criminalidade. Com a redemocratização do país, o judiciário conquista espaço e, mais do que isso, um espaço cada vez maior. A partir de 1997, os anuários trazem informações sobre os demais, além do supremo, sobre os demais tribunais, sobre a justiça federal e dos estados, informações sobre despesas. Aí eu vou voltar e dar só um exemplo para os senhores perceberem como as estatísticas refletem quando elas vão estabelecer critérios, qual é a cultural geral como os preconceitos, como as percepções a respeito do temas, tem influência. Se os senhores acompanharem a questão, por exemplo, dos desquites, essa me chamou muito a atenção quando eu estava olhando os anuários, a primeira vez que os desquites aparecem, em 1950, os senhores sabem onde é que eles foram classificados? Junto a outros aspectos culturais, ou seja, do lado de bibliotecas, museus, cultura física, desquites. Muito bem, mas não pensem que isso iria permanecer assim. Em 1962, o anuário coloca os desquites entre os aspectos negativos ou patológicos, ou seja, do lado de suicídios. Foi apenas nos anos 70 que os desquites começaram a aparecer aonde faz mais sentido que apareçam, ou seja, ao lado de casamentos. Então, casamentos, desquites, ou seja, junto da movimentação civil, quais são os nascimentos, qual é o casamento, qual é o desquite, qual é a mortalidade. Eu estou falando isso, exatamente para chamar atenção a respeito dessa questão das estatísticas, porque às vezes nós temos dados, nós temos que olhar esses dados como é que eles estão classificados, porque as classificações não são neutras, não são ingênuas, elas significam alguma coisa. Então, eu vou fazer duas afirmações aparentemente contraditórias, no Brasil nós temos muitas informações sobre a justiça hoje, mas muitas informações com classificações questionáveis e, mais do que isso, muitas classificações que não servem para nada. Então, se nós quisermos saber, por exemplo, quais são as partes que mais recorrem à justiça, seja na posição de réu, ou seja, na posição de ator, nós não sabemos porque não há esse tipo de informação. Assim sendo, nós deixamos uma margem muito ampla para aquilo que se convencionou de se chamar de achismo, cada um acha o que quiser. Se nós formos para as outras instituições de justiça, além do poder judiciário é ainda pior, a respeito do Ministério Público não há informações, nem na própria instituição, nem nas Corregedorias, nem nas Procuradorias. Um aluno meu agora queria fazer uma comparação entre os Ministérios Públicos da Bahia e de São Paulo e encontrou mais dados na Bahia do que aqui em São Paulo. Bom, mas agora eu vou parar essa questão da estatística e vou voltar um pouco, como é que as ciências sociais, como é que a academia desenvolveu os seus estudos sobre a

justiça e aqui também eu quero fazer uma comparação e não me fixar apenas no Brasil. Eu devo dizer que o Brasil, no aspecto de se voltar para o campo do sistema de justiça, não difere dos demais países, o judiciário foi o último, dentre os três poderes a ser estudado e a ser valorizado, o executivo e o legislativo mereceram número muito maior de estudos do que o judiciário. Eu gostaria de lembrar que o primeiro grande cientista, ou o primeiro grande analista, ligados a ciências sociais, a fazer um estudo sobre o judiciário foi um francês aristocrata que foi fazer uma viagem, foi para os Estados Unidos e aí ficou admiradíssimo com o que acontecia com o judiciário nos Estados Unidos, que foi Tocqueville, esse fez a primeira análise sobre o judiciário. Por que? Porque, diferente do que acontecia no continente europeu, nos Estados Unidos o judiciário tinha muita importância, tanta importância que nós podemos dizer que um dos motivos da discussão, da briga entre os federalistas e os democratas foi exatamente: que papel dar ao judiciário? Obviamente, ganharam os federalistas que deram uma força enorme para o poder judiciário, que transformou a instituição, ou que o judiciário se quisser num poder de fato, e daí sendo objeto de atenção e dos mais variados estudos. Eu dizia, no Brasil, esse aspecto não difere, também o judiciário chega tardiamente aos cursos de ciências sociais. No entanto, no Brasil nós temos um paradoxo, as ciências sociais começam no Brasil com a ótica do Direito, nós temos as primeiras análises sociológicas feitas aqui no Brasil por juristas, por eminentes juristas, talvez a percepção do país, o diagnóstico a respeito do país, a necessidade de que algumas alterações fossem feitas, são todas elas capitaneadas por juristas, então temos o Francisco Campo, o Oliveira Vianna, o Azevedo Amaral, todos eles nesta ótica, mas é curioso notar que embora nós tenhamos esta percepção sociológica a respeito do Brasil, liderada por juristas, essa percepção se desenvolve muito tardiamente entre nós depois. É como se a gente tivesse uma ruptura. Isso só é retomado depois nos anos 70 e talvez uma das pessoas mais importantes para essa retomada tenha sido o professor Joaquim Falcão, que está aqui, na Universidade Federal de Pernambuco, quando ele conduz uma série de estudos e inaugura, de fato, a disciplina Sociologia do Direito entre nós. Eu aqui presto a minha homenagem ao professor Joaquim Falcão e digo que nós devemos a ele o desenvolvimento dessa percepção a respeito do sistema de justiça como um todo. Aliás, tem até um dado muito curioso porque ali se desenvolve uma série de pesquisas tendo por preocupação central a questão do acesso à justiça. Anos depois, nós temos um famoso estudo internacional do Mauro Cappelletti que não inclui o Brasil dentre os países a serem analisados no que se refere ao acesso à justiça, muito embora outros países latino-americanos tivessem sido incluídos. Mas essa tradição então se desenvolve, eu acho que é uma tradição importantíssima e que um dos pais fundadores é de fato o professor Joaquim Falcão. Talvez um outro marco importante que nós tenhamos aqui no Brasil seja um marco dado pela própria estatística, que foi em 1988, um estudo do PNUD a respeito de violência. Existia uma

pergunta clara nesse estudo que era o seguinte: “o senhor já se envolveu com algum tipo de conflito, ou se envolveu no ano anterior com algum tipo de conflito? Caso sim, o senhor procurou ou não procurou as instituições do sistema de justiça?”. Importa menos qual era o resultado, mas o que importa salientar é que houve a pergunta, ao haver a pergunta, quando há a pergunta, significa que isso é uma área de interesse que importa estudar. No entanto, nos cursos de Ciências Sociais propriamente ditos e não nas faculdades de Direito que desenvolveram a disciplina Sociologia do Direito, a preocupação com o sistema de justiça só se inicia nos anos 90. Então, eu devo dizer que nós, cientistas sociais, devemos um tributo aos juristas, muito embora depois tenhamos caminhado por trilhas diferentes, caminhamos por trilhas diferentes e iniciamos nos anos 90 as primeiras pesquisas sobre o poder judiciário aqui no Brasil. A primeira pesquisa a ser desenvolvida foi no IDESP – Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo – e devo dizer que essa pesquisa foi muito difícil de ser realizada. Era muito difícil conversar com o juiz, era muito difícil conseguir dados, era muito difícil conseguir informações, que quando nós fazemos uma comparação de 1993 com 2000, ou seja, dez anos, o universo virou de ponta-cabeça, ou seja, hoje nós temos uma outra situação; é fácil ter acesso aos juízes, quer dizer, é fácil...mas não é impossível ter acesso a membros do poder judiciário, é possível se colher algumas informações. O que não significa dizer que nós tenhamos as informações, ao contrário, existe uma carência de informações muito grandes e, talvez, nós devamos isso a alguma variáveis: em primeiro lugar, ao federalismo, o federalismo no que se refere ao poder judiciário é levado às suas últimas conseqüências, ou seja, não existe, neste país, nenhuma outra instituição tão descentralizada e autônoma quanto o poder judiciário, o que significa dizer que não há possibilidade de nenhuma ordem que venha de um tribunal superior ser obedecida por todos os tribunais nos estados. Isso é um preço que se tem que pagar e que, talvez, num médio, num longo prazo, isso tenha uma solução que é essa atividade ser desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça, que ficou aí conhecido popularmente como controle externo, ele venha resolver isso e se tenha dados mais unificados, mais uniformizados, dados que se possa trabalhar e se fazer um diagnóstico preciso a respeito do poder judiciário. Eu devo lembrar que a autonomia das justiças estaduais é consagrada pela Constituição, o que significa dizer que é muito difícil que algum critério seja estabelecido de forma uniforme, em todas as unidades da federação. Por outro lado, tem uma outra variável que se tem que levar em conta, que é a seguinte: a formação dos nossos juizes, dos nossos operadores em Direito, em geral, e aqui de novo, o professor Joaquim Falcão tem um belo estudo sobre as faculdades de Direito e ele pode desenvolver isso muito melhor do que eu, mas o que eu quero dizer é que a formação dos operadores do Direito não é voltada para estatística. Então, não se trata de se esconder dados, mas se trata de um aspecto que não é valorizado nesta formação, os senhores podem ir para todas as faculdades de Direito conhecidas,

talvez, esta aqui agora inaugure uma nova forma de formar e desenvolver um operador de Direito, elas não são voltadas para estatística e não são voltadas para pesquisa. Durante anos eu trabalhei na CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior —, a gente, quando examinava a agenda de pesquisas nas faculdades de Direito não tinha nada que se assemelhasse a alguma coisa, como foi descrita na primeira seção aqui, nada que se assemelhasse. Há pesquisa de jurisprudência, há pesquisa muito mais na literatura, mas a questão dos processos não aparece na agenda de pesquisa das faculdades de Direito neste país. Então, eu diria, se nós somarmos o tipo de federalismo deste país, a autonomia das instituições de justiça, à mentalidade ou ao tipo de formação dos operadores de Direito, a nossa situação não é de se estranhar, ao contrário, nós temos mais do que se poderia esperar porque ninguém é formado para fazer isso, eu não posso imaginar que alguém que fez um curso de Direito até o final, fez concursos e se transformou em juiz, ou fez concurso e se transformou em promotor público, ou fez concurso e se transformou em defensor público, tenha isso como foco, tenha isso como uma questão relevante. Ele não foi treinado para fazer isso, não foi sensibilizado para fazer isso e isso é uma questão de sensibilização, cada um olha aquilo que tem interesse, aliás, é uma coisa não apenas do interesse, mas também da cultura. Por exemplo, os senhores podem pegar qualquer estatística na França, os senhores não vão encontrar dados sobre religião, não tem. Por que? Porque não é uma coisa que deve ser perguntada, porque isso fere o princípio da cidadania, é uma informação que não deve ser dada. Aqui também é a mesma coisa, quer dizer, eu não treinei nenhum juiz, nenhum operador do Direito a produzir estatísticas, então, talvez, nós devêssemos pensar num sistema mais acoplado, ou seja, de administração judiciária, com judiciário junto e retirar da figura do juiz a obrigação de fazer esse tipo de coisa. Então, se eu voltar agora para a questão das pesquisas acadêmicas eu diria, dos anos 90 para cá nós fizemos um progresso bastante significativo, mas apesar desse progresso muito significativo, nós não temos, até hoje, informações consistentes a respeito do poder judiciário, consistentes que eu me refiro são informações capazes de fazer com que eu fundamente um diagnóstico completo a respeito do poder judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e a partir dessas informações que me permitem balizar um diagnóstico, fazer uma proposta de alteração das situações. Com isso eu termino e agradeço a atenção.

Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva (Direito GV) — Passo então a palavra ao Renato Sérgio de Lima da Fundação Seade, já foi apresentado aqui.

Sr. Renato Sérgio de Lima (Fundação SEADE) — É sempre difícil falar depois da professora Maria Tereza Sadek, mas acho que eu vou tentar puxar um papel, uma questão dela para chamar a

atenção. A questão que ela disse que a estatística não é isenta, eu concordo e até trazendo o próprio exemplo dela, eu fico pensando por quê não existia cor no primeiro censo. Se a gente voltar mais no tempo à gente vai lembrar de uma revolta, chamada a *Revolta dos Marimbondos*, que em 1851, contra a lei do censo, primeira lei do censo no Brasil que vai dizer exatamente do medo da população não branca em ser reescravizada, em razão disso, não se podia pensar em fazer censo ou fazer o registro civil, então a gente tem uma dificuldade muito grande até de entender o levantamento estatístico como algo que não seja usado para o controle social, então eu acho que o exemplo é muito interessante para que a gente pense um pouco o papel da estatística na operação de sistema de justiça. Por uma dupla inserção, da minha dupla inserção de um profissional de estatística, como Fundação Seade e ao mesmo tempo, refletindo um pouco sobre as origens da questão da justiça criminal, nos meus exemplos eu vou ficar aqui na questão específica do sistema de justiça criminal e faço também um destaque, porque vou incluir aqui polícia, porque eu quero falar um pouquinho também da polícia. Se a gente pensar, uma questão bastante interessante, a primeira vez que a gente fala de estatísticas criminais, que é o meu exemplo, vai ser em 1871, onde em paralelo, tanto o Ministério do Interior, dos negócios do interior, como o Ministério da Justiça, vão publicar decretos separados e completamente independentes, determinando a produção de dados estatísticos, eu acho que esse é ponto importante que a gente tem que começar, que eu acho que daí dispara dois processos paralelos, um que vem vindo, que deu origem aos trabalhos do IBGE e até os trabalhos da Fundação Seade, um exemplo de São Paulo e depois uns que dão origem a um modelo de reprodução burocrática que faz com que a gente tenha essa quantidade muito grande de informações, mas também como disse a professora Sadek, a gente não sabe muito bem porquê a gente está produzindo essas informações. Agora, algumas questões, só de termos analíticos, essa mesma lei, no caso os dois decretos, eles só vão ser regulamentados cerca de sete anos depois, a lei que cria o inquérito policial diz da produção das estatísticas criminais, se a gente pensar é a lei de 1871, a estatística vai ser regulamentada, como está previsto neste decreto, em 1878, e vai dizer que você vai ter que produzir estatística em mais de 80 modelos determinados pela Legislação, o decreto chega a estipular cada um dos modelos usados. É interessante até se a gente pensar um pouco atualizadamente, nós temos a Internet, numa série de toda a Legislação, por exemplo, você vai procurar esse decreto específico, é o único que não está na base de Legislação do Império da Câmara Federal, você tem que buscar na biblioteca do Supremo que é o único local que ela está disponível, então a gente reflete um pouco também sobre essa questão. Mas o que eu estou querendo dizer? Que a gente teve um ponto de partida, a gente teve uma bifurcação na produção de dados, de um lado uma preocupação, que eu chamo de mais estrutural, ou seja, a preocupação com os movimentos mais demorados, em termos de como é que o estado vai pensar o controle social,

lembrando que o meu exemplo é justiça criminal, como é que você vai pensar o controle social ao longo do tempo e, de outro lado, você inaugura uma produção sistemática de dados muito focada na figura do chefe de polícia, mas também com um pequeno paradoxo, nesse momento, o local, o espaço de produção de estatísticas é o judiciário, quase sempre iniciado pelas estatísticas de prisão, mas quase sempre o dado que pode ser classificado como criminal, é o dado produzido pela justiça. Com a república isso vai mudar e vai mudar para polícia, ou seja, o espaço se desloca e passa então a discutir sobre, a polícia passa a ser o local de você monitorar estatísticas criminais. Esse movimento não é gratuito, de fato você tem toda uma questão de porquê e de onde contar. Do meu ponto de vista esse movimento significa o quê? A polícia se apodera, principalmente a figura do chefe de polícia se apodera dessa função e determina muito dos conteúdos e das práticas. Um exemplo prático é que até 1909, mais ou menos, todos os delitos contra os patrimônios estavam classificados como gatunagem e depois passam a ser furto e roubo. Num momento que a gente vê a linguagem jurídica colonizando todo esse espaço e depois a gente tem uma discussão muito interessante, ou seja, o judiciário se esvazia da responsabilidade de produção de dados estatísticos na área criminal. Em paralelo, o IBGE, o departamento de estatística, que ainda não existia o IBGE, continua produzindo aquele dado original, lá de 1871, e continua produzindo através de envio de questionários para os estados. Ali começa toda uma discussão. O Brasil, ao contrário do que a gente imagina, se manteve sempre atualizado com a discussão internacional da produção de dados. As estatísticas especificamente criminais elas não estão atrasadas em relação ao debate internacional. O Brasil acompanhava os debates que se davam nas conferências internacionais de estatísticas e adota um modelo misto, que vem muito tributário da França com Portugal. O que a gente vai discutir, que vai perceber então? Essa bifurcação inicial está se fazendo presente nesse momento, nos anos 30, 40. Existe uma primeira tentativa prática, fora as várias outras que foram de discussão que é com o Código de Processo Penal, a criação do boletim individual, o artigo 809 do Código de Processo Penal, que é quase desconhecido até pelos operadores do Direito, muito provavelmente. O que é esse boletim? Na verdade é um boletim que pensa movimento, ele desloca o contar da figura do crime para a figura do criminoso e passa a tentar focar o indivíduo, numa tentativa de compatibilizar com o universo do Direito que tem em foco o caso, a questão particular. Esse movimento também é uma tentativa de eliminar essa bifurcação, é de tentar gerar, criar uma questão de aproveitar a experiência dos departamentos estatísticos, na tentativa de criar um conceito chamado de *centros de cálculo* e, na verdade, não é uma originalidade brasileira, não é uma jabuticaba, é um modelo que vem de uma discussão da França, de 1904. O que é a discussão que eu estou fazendo? Você já tem, de lá para cá, de 1940 para cá, a gente tem uma permanente tensão que hora dá ênfase à associação de agentes externos de produção de dados, como o IBGE, e se a gente

fizer a história das estatísticas criminais a gente vai perceber o IBGE e aqui em São Paulo a Fundação Seade entrando e produzindo as informações que são disponibilizadas, segundo os critérios estatísticos que são convencionados como, em conferência, enfim, na Legislação, e ao mesmo tempo, uma ênfase na gestão e na gestão burocrática, ou seja, na reprodução de modelos. Um exemplo, voltando um pouquinho na reprodução de modelos, é que no Império se determinava que o chefe de polícia tinha que fazer um relatório com base estatística para descrever o estado de cada chefatura, mesmo com o final do império, esse mesmo relatório continuou sendo produzido até mais ou menos 1929, 1930. Da mesma forma como ele, a gente percebe que vários outros documentos vão se produzindo e vão se construindo e ninguém sabe direito porquê ele começou e nem quando ele vai parar. Trazendo para agora, um estudo da Secretaria de Segurança de 2000 identificou nas delegacias, nos distritos policiais, que os escrivões tinham que preencher 11 modelos diferentes de estatísticas sobre os seus trabalhos, quase todos, pelo menos cinco, repetiam informações entre si. Se você discute um pouco porquê tem 11 modelos, provavelmente você vai descobrir que eles eram determinados por um delegado que assumiu a função e queria um certo olhar e determinou um certo padrão, só que quando ele foi embora ninguém falou: “então continua produzindo é oficial e começa a discutir”, ou seja, você não tem a discussão em relação à padronização, à classificação e como é que você discute sobre categorias. Na verdade, você tem dos anos 80 para cá, do meu ponto de vista, de fato o que foi falado no primeiro painel, uma quantidade muito grande de informações sendo geradas graças ao efeito secundário da tecnologia, mas ao mesmo tempo você tem os padrões que já estavam dados há muito tempo e que eles rebatem nessa discussão que eu localizo lá nos anos de 1800, como padrões que ficam em um permanente embate. O que isso significa no meu ponto de vista? Você tem, de um lado, você não consegue constituir espaços de discussão técnica como em alguns momentos a gente está tentando fazer agora, que eu chamei de centros de cálculo que, por exemplo, são os órgãos dentro das instituições e externos também, que possam estar discutindo parâmetros, classificações, categorias. Você, em geral, e o meu exemplo sempre na justiça criminal, o que acontece? Quem vai para essas áreas dentro das instituições é para “pagar castigo” como dizem os policiais. São os adversários dos dirigentes do momento que vão lá produzir dado, na verdade, quem vai determinar categoria de como você vai contar crimes e criminosos, isso vem mudando, mas vem mudando num tempo e assim, você começa a discutir sobre a produção da estatística. Por que? Como até foi falado aqui, de manhã, a ênfase sempre foi dada no uso da estatística. Quando a gente faz uma diferenciação até de tempos, o tempo da produção e o tempo do uso, a gente tem isso, um pesquisador do IBGE que faz uma discussão muita bem feita, que é o Nelson Senrarr, ele vai mostrar exatamente que a gente tem enfoques diferentes, porque o tempo do uso a gente quer todos os dados possíveis, na verdade, a

gente quer o acesso a mais ampla gama de estatísticas e a questão da produção vai discutir exatamente de que forma você traduz essa demanda em algo factível de ser utilizado. Eu acho que nos nossos sistemas de justiça, extrapolando um pouco, não só para a esfera criminal, a gente vai mostrar que, de um lado, as experiências vindas das instituições de estatísticas, IBGE, Seade, param nos anos 80, também um exemplo que a professora Sadek deu, nos anos 60 a justiça deixou de ser contada e passou a ser contada junto com a questão criminal, mas é até um pouquinho anterior: mais ou menos em 1950, o IBGE passa a criar uma campanha estatística e enviar questionários e, a partir daí, muda a sua forma, ou seja, o próprio instituto opta por mudar e esvaziar o conteúdo de justiça e deslocar para a questão do crime. Nesse mesmo movimento, questão criminal não é mais na justiça e sim é na polícia. Então a gente começa a identificar um deslocamento de local, aonde como construir, como contar. Na verdade, o que eu coloquei no primeiro painel, nas duas questões, era uma questão importante, a gente tem, de um lado, uma concepção de forma de operação de um sistema de justiça que dá ênfase de um lado à gestão e, por outro lado, essa gestão não é uma gestão formada pelo pensamento estatístico, ela é formada pelo pensamento do Direito, como também se destacou. Ao fazer isso, eu vejo que se nós temos, na verdade, um grande debate, hoje, sobre uso de dados, estamos incentivando essa discussão, porque a gente percebe a necessidade para fazer planejamento. Por outro lado, eu vejo um grande desafio aqui, que é fazer esse debate que nós estamos fazendo hoje, rebater para dentro das práticas cotidianas. Porque, provavelmente, Neide e outros operadores aqui, têm uma dificuldade muito grande no cotidiano de se fazer valer o discurso e conseguirem determinar até como você produz uma informação. Ou seja, o contar, o meu exemplo crimes e criminosos não se constitui como algo ainda totalmente legítimo, acho que a discussão está na legitimidade, ele já é legítimo de ser assumido como um discurso de gestão, de inovação, de algo que você precisa ter um debate com ele, mas ele não mudou ainda completamente as práticas. Eu não sou pessimista a ponto de dizer que isso é um problema, eu acho que isso talvez seja uma vantagem, até porque você percebe no processo que as coisas estão avançando, nós conseguimos chegar numa discussão como essa, hoje, que é dentro do sistema de justiça, que é uma das últimas áreas aonde esse discurso tem uma força, mas, para encerrar, uma das minhas grandes preocupações, inclusive nas conversas que eu tive com Linn eu sempre falei isso, é que a gente, às vezes, se fia numa certa automatização da forma, no caso específico da tecnologia. A gente assume que a tecnologia é a grande panacéia da discussão, como se a gente não conseguir deslocar uma discussão, que antes da tecnologia, a gente precisa discutir quais categorias a gente está trabalhando, porque do contrário, a gente vai cair num discurso sobre linguagem de informática. Eu acho que o Brasil é, realmente, um dos países mais informatizados, só que a gente pode gastar muito tempo e recursos na discussão de como a informática pode dar esse dado, sem discutir se esse

dado realmente é importante, ou ele pode ser derivado de análises e aí, se a gente faz essa discussão se ele pode ser derivado de análise, a gente lembra que precisa então constituir esses centros de cálculo. Ou seja, talvez, quebrar novamente essa bifurcação, associando instituições que possam estar produzindo essas análises e esses monitoramentos e, ao mesmo tempo, de uma forma que não sejam só externas. Se a gente pegar os exemplos dos Estados Unidos, da França, são agências externas, mas talvez outra solução possa ser dada, são agências internas, como o Conselho, como estava sendo pensado também. Então, o debate que eu coloco é: a quantidade muito grande de informação, de um lado, na minha opinião, ela ainda não foi incorporada, o contar não foi completamente incorporado como uma ferramenta de planejamento de gestão do sistema de justiça. Um movimento histórico bastante determinado que mostra que a gente deslocou, no caso da justiça criminal, da justiça para a polícia, fez com que a justiça deixasse de ser discutida, porque afinal de contas você tinha o dado, mas o melhor dado não estaria ali e se tem essa discussão, ou seja, de que forma a gente pode novamente construir modelos de tratamento da informação. Ao fazer isso, eu acho que a gente abre um outro cenário, uma outra discussão, porque do contrário a gente poderia chegar, eu poderia chegar aqui e falar: “não, não funciona, não, não tem...” e não seria verdade. Eu acho que a grande questão é assumir o valor da transparência como um valor que vai realmente, em processo, conseguir alterar um quadro, mas é um quadro que, e uma afirmação forte, estatística tal como foi construída no Brasil, ela não está associada à transparência e democracia, está associada com outros mecanismos. Essa associação é uma associação política, que nós podemos fazer agora, ou estamos fazendo em processo, precisamos nos mobilizar para isso, do contrário, estatística vai acabar sendo usada para múltiplas funções e propósitos e com isso, até gerando duplicações e retrabalhos. Eu acho que esse é um papel que a gente tem que ver, ou seja, a existência de dado, ela não necessariamente significa informação, a gente vai acabar caindo em discussões que vão reificando modelos. Eu queria só fechar então. Muito obrigado.

Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva (Direito GV) — Eu passo então a palavra à Jaqueline Sinhareto, que é do Departamento de Ciências Sociais da USP.

Profa. Jaqueline Sinhareto (FFLCH/USP) — Bom dia. Eu queria agradecer o convite para participar do seminário “Contando a Justiça”, dizer que é uma grande satisfação estar aqui num debate tão qualificado. Eu vou falar a respeito da produção da informação, sobre o judiciário no Brasil, a partir do relato da minha experiência como pesquisadora. Eu tenho trabalhado com produção e informação, produção e utilização de informações sobre sistema de justiça, nos últimos 12 anos, na minha trajetória profissional e eu trabalhei em diversas instituições e com trabalhos de

diversas naturezas. Então eu optei pela técnica do relato para de alguma forma ilustrar os diferentes usos e diferentes experiências na produção e no uso de informação. Eu organizei o meu relato em três frentes. Eu vou falar do uso da produção de informação basicamente de três maneiras: produção extraída de processos, de autos judiciais; trabalho com dados estatísticos das próprias agências e um trabalho de etnografia, que eu também tenho acumulado alguma experiência a esse respeito, etnografia nas instituições do sistema de justiça. Então eu vou iniciar com relato sobre coleta de dados nos processos, fazendo uma ressalva, que a pesquisa social, que utiliza os processos como fonte de dados, ela requer uma mão de obra qualificada, que tem que ser formada em diversos lugares. Para extrair informações corretas e aproveitáveis da pesquisa é necessário ter o conhecimento jurídico para que se compreenda a produção do documento que você está manipulando, como é que aquilo que você está olhando foi construído, é necessário conhecer os procedimentos jurídicos, as leis, as normas e tudo o mais. Só que é necessário também ter o conhecimento da pesquisa social para que você possa controlar a qualidade da informação que você está produzindo. Quer dizer, não basta, o documento não fala por si, é preciso ter um treinamento para eu observar o que esse documento fala e formar essa mão-de-obra. É um pouco o que vai costurar a minha fala, é um desafio, no Brasil, hoje, ainda é um desafio, que custa tempo e custa investimento em informação. Então, feita essa ressalva, eu vou passar o relato. Eu vou começar falando dos trabalhos com os processos que eu dividi em duas frentes, trabalhos que se dedicaram a fazer análises dos desfechos dos processos e trabalhos que fizeram análise dos discursos contidos nos processos. Então, para falar dos trabalhos de análise de desfecho, a primeira pesquisa que eu trabalhei foi no Núcleo de Estudos de Violência, da USP, uma pesquisa feita na parceria com o Instituto da Mulher Negra, Geledés, era coordenada pelo professor Sérgio Adorno e procurava avaliar o tratamento diferencial dado a réus negros e réus brancos, no crime de roubo. Mesmo sem olhar o discurso jurídico nas peças processuais, sem observar os argumentos utilizados pelos operadores, a análise do desfecho processual foi muito eloquente em relação a essa questão. Cruzaram-se os dados sócio-biográficos dos autores, com informação como o tipo da defesa, número de testemunhas arroladas, existência de prisão processual, resultado da sentença e com isso foi possível observar a existência de desigualdade de acesso à justiça entre réus brancos e negros. Os réus brancos, ficou evidente, que eles tinham mais acesso às garantias de uso de defesa do que os réus negros e que isso impactava, influenciava decisivamente o desfecho processual. Mas o caso não é discutir o resultado da pesquisa, é discutir como se chegou a esse resultado e para chegar a isso foi necessário construir uma metodologia de pesquisa relativamente complexa. Nós trabalhamos com uma amostra estatisticamente representativa de 512 processos e foi necessário realizar nesse caso um controle estrito das informações coletadas em cada peça processual, porque a

cor do réu era um elemento chave nessa pesquisa e ela variava conforme a peça processual que era consultada. Então, às vezes, no B.O. estava registrado uma cor, no inquérito policial havia o registro de outra, no interrogatório, aonde o réu poderia ou não apresentar outra cor e, às vezes, na fala das testemunhas ainda uma outra cor ou, enfim, reforçava alguma dessas peças. Então, para se estudar a cor do réu no processo era necessário passar por todas essas variações e o controle dessas variações é que permitiu aos pesquisadores perceberem que alguns réus embranqueciam ao longo do processo, quer dizer, eles começavam negros ou pardos e depois acabavam com registro de brancos, ou eles enegreciam, quer dizer, o processo inverso, eles começavam como brancos e depois a cor aparecia como parda ou negra; e que esse processo de enegrecimento e embranquecimento, guardava uma co-relação estatisticamente comprovada como desfecho da sentença. Bom, para se produzir esse resultado algumas dificuldades foram encontradas, uma delas foi o próprio acesso aos processos no arquivo, quer dizer, além de uma autorização, que foi fácil conseguir, era preciso garantir a cobertura daquela amostra de 512 processos porque nós estávamos trabalhando com uma questão complicada e complexamente construída, então era necessário encontrar os 512 processos que tinham sido selecionados naquela amostra e eles, às vezes, não estavam no arquivo, eles estavam em trânsito, ou estavam em algum tribunal, numa instância de recurso e nós estávamos trabalhando com mais ou menos 5 anos depois da sentença porque nós só trabalhamos com processos sentenciados no ano de 90. Nós começamos a coleta em 94 e permanecemos coletando durante um tempo enorme que era para poder garantir essa cobertura. Isso evidentemente encarece o tempo de cobertura de pesquisa, ou seja, se faz uma previsão, se tem um orçamento e essa complexidade encarece demais o projeto de pesquisa numa fase que tinha uma duração X. Realizar o controle dessa coleta também não foi fácil porque foi necessário desenvolver um formulário muito grande, que demandava uma leitura muito criteriosa do processo, porque a gente tinha que repassar a mesma informação em vários lugares, então isso encareceu demais esse tipo de trabalho. Uma outra pesquisa em que eu trabalhei também com análise de desfecho, também no Núcleo de Estudos da USP, foi uma pesquisa sobre linchamentos, execuções sumárias e violência policial, também coordenada pelo professor Sérgio Adorno. Só que com trabalho rigoroso, com as datas e com os prazos contidos no processo, é que foi possível visualizar as dificuldades que o sistema de justiça tem em processar esses casos que envolvem graves violações do direito à vida, principalmente quando eles envolvem muitos autores e muitas testemunhas, ou ao contrário, quando eles envolvem os agentes do estado, onde há absoluta falta de testemunhas e de provas técnicas. Então, ao contrário de outras pesquisas que trabalharam com grandes amostras, nessa nós selecionamos casos de grande repercussão na mídia e nos movimentos sociais. Eram grandes casos, só que dentro do sistema de justiça eles não eram grandes casos, eles eram casos como outros quaisquer, a única

peculiaridade que eles apresentavam era ter longos lapsos temporais entre as providências ao longo do processo. Então nós tínhamos inquéritos que duravam três e até sete anos, nós tínhamos processos que duravam entre sete até dez anos, trabalhamos com casos dos anos 80, isso era mais ou menos, quando nós estávamos de fato fazendo a coleta, era 98 e havia casos que ainda não tinham um desfecho. O que mais chamou a nossa atenção é que essa morosidade não podia ser atribuída à segunda instância, como o censo comum considera, porque era um caso que ainda não tinha chegado nem a um desfecho de primeira instância. Então nós tivemos que desenvolver uma metodologia para aferir o uso do tempo. Nós dividimos basicamente em três categorias: um que era o tempo processual legal; um que era um tempo não previsto em lei, mas no qual se aguardava uma providência, às vezes era a chegada de um laudo, ou a localização de uma testemunha; designação de uma audiência, que sempre demorava, de seis a nove meses; ou era simplesmente um tempo morto, que nós chamamos de tempo morto, queria dizer o seguinte, quando o processo ficava parado sem a interferência de nenhum autor, seja a acusação, seja o juízo, ou seja a defesa. Então, quer dizer, as dificuldades que a gente teve para realizar esse levantamento e também, mais uma vez, ter acesso aos processos, porque nesse caso, cada um deles estava em uma vara, um era na vara criminal, um era na vara do júri, em comarcas diferentes da Grande São Paulo, que o estudo era Grande São Paulo, e foi uma verdadeira Via Sacra entre os fóruns para que a gente pudesse reunir esse material, eram apenas 28 processos, mas foi um trabalho, enfim, grande. Nós tínhamos uma autorização do Tribunal de Justiça que nos servia como uma espécie de salvo conduto, só que em todos os lugares que a gente chegava, em cada cartório, era preciso negociar o valor dessa autorização, então, isso significou também um prolongamento dessa fase da pesquisa, porque era uma coisa que a gente não esperava, a gente achava que uma autorização do Tribunal de Justiça era uma autorização do Tribunal de Justiça e ponto final e a gente descobriu na prática que não era bem assim. Existe uma figura, que é o diretor do cartório, que na verdade é quem decide se a vida do pesquisador vai ser facilitada ou dificultada. Em certos casos, nem o despacho de um juiz agilizava o procedimento, a gente teve em alguns casos a felicidade de encontrar juízes que tinham sido alunos do professor Sérgio Adorno e que recebiam a equipe de pesquisadores com a maior boa-vontade, mas não era o caso do diretor do cartório dele, que era de fato, quem deveria tomar as providências para que esse processo chegasse na nossa mão. Então, isso foi um aprendizado árduo e que, evidentemente, teve um impacto de encarecer o projeto de pesquisa. Como nós não éramos nem advogados, nem estagiários de Direito, a gente não tinha a carteirinha da OAB, a nossa vida era dificultada, porque em cada cartório que a gente chegava era necessário compreender a cultura do balcão daquele lugar, cada balcão de um cartório funciona de um jeito e em cada lugar que a gente chegava era uma pesquisa diferente, que a gente tinha que construir ali, naquele momento.

Uma outra dificuldade foi desenvolver um conhecimento de como lidar metodológica e teoricamente com as surpresas contidas nos processos. O que são essas surpresas? Por exemplo, um inquérito que transcorre há sete anos é arquivado por falta de provas. Outro exemplo, uma carta de um preso, escrita de próprio punho endereçada ao juiz, reclamando que ele tinha sido esquecido preso e que já fazia mais de três anos que ele não recebia nenhuma informação sobre a situação processual dele e nem sabia o resultado do julgamento dele, que na verdade, ele não sabia porque ainda não tinha acontecido o julgamento. Um outro caso foi um defensor que abandonou a seção no Tribunal de Júri porque ele discutiu com o promotor, se enfezou e abandonou e o réu ficou aguardando por mais de um ano a redesignação da data da audiência, não que ele ficou aguardado a audiência, ele ficou aguardando, durante um ano, que alguém dissesse quando, alguém o juiz no caso, quando seria a nova data de julgamento. Essas e outras turbulências elas não teriam muita importância se elas não fossem recorrentes nos 28 casos que a gente estava analisando, quer dizer, elas não eram sempre as mesmas turbulências, mas cada processo tinha uma turbulência desse tipo e foi necessário criar uma metodologia para interpretar e tratar essas turbulências. Quer dizer, novamente, nesse caso, a qualificação da mão de obra foi fundamental para que a gente pudesse concluir essa pesquisa no nível em que ela foi arquitetada. Bom, agora eu vou relatar um pouco experiências que trataram da análise do discurso contidos nos processos, quer dizer, os discursos que está dentro das peças processuais. São basicamente duas experiências, uma que eu desenvolvi quando eu trabalhava no IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – e nós prestamos uma consultoria técnica para o Seade no Sistema Integrado de Informações Criminais, a gente pretendia reconstruir o fluxo da justiça. Então, se analisava também uma mostra de casos para ilustrar o fluxo dos indivíduos processados, através das instituições do sistema de justiça. Nós pudemos, nessa ocasião, mostrar que a incriminação e a individualização da culpa num caso criminal, ela envolve, necessariamente, a supervalorização de alguns dados que estão contidos num processo e o ocultamento, ou esquecimento, de outros dados que estão igualmente presentes naquele processo. Um caso emblemático desse jogo de supervalorização e ocultamento, foi o caso de um acusado de homicídio, que a gente analisou, que acabou condenado sem que houvesse fortes provas da autoria, quer dizer, não havia provas de autoria, mas ele foi condenado porque ele foi considerado uma pessoa muito violenta, porque muitas testemunhas compareceram ao processo para dizer que ele batia na esposa e nos filhos, o que, evidentemente, é um fato gravíssimo, mas que não era o que estava sendo discutido naquele processo. Um outro caso, que foi uma pesquisa que eu trabalhei também, prestei uma consultoria para o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, de uma pesquisa que vai ser divulgada brevemente, ela vai ser publicada em parceria com o IBCCRIM, que fez a análise de acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo, em crimes de roubo. Nessas duas

pesquisas o que ficava evidente é que a análise do discurso revelava sentidos políticos do uso do Direito e da jurisprudência e nos ajuda a compreender que as disputas técnicas, que estão contidas num processo, elas na verdade revelam disputas, divisões de mundos e de ideologias. No caso da pesquisa do IDDD, nós identificamos o uso de supostos conceitos científicos, que embasavam as decisões, mas que geralmente, eram conceitos ou da psicologia ou da sociologia criminal, que pertence a uma determinada corrente de pensamento, que tem uma expressão política muito imediata, ou eles já eram conceitos superados dentro desses campos de conhecimento, mas que eram tomados como *dene crir* dentro, pelos juízes que estavam utilizando aqueles conceitos. Bom, esse, evidentemente, é o metiê do cientista social, descobrir esses sentidos e essas visões de mundo por trás daquilo que está sendo discutido por trás da aparência técnica do processo jurídico. Embora seja necessário um trabalho interdisciplinar, para que se possa manipular os autos, conhecer a lei, conhecer as correntes jurisprudenciais, é indispensável o conhecimento jurídico, o que a gente pretendia não era fazer análise jurídica do caso, não era dizer se aquilo estava ou não, discutir a legalidade daqueles procedimentos, daquela decisão, mas era explorar as visões sobre o social e a visão que os operadores revelam sobre o seu papel na sociedade e como eles pensam através dos processos as diferenças, as desigualdades sociais e de comportamento. Com isso, a gente pode começar a pensar o sistema justiça, muito além da dimensão técnica jurídica, que é o metiê mesmo do cientista social. Existem dificuldades também nesse tipo de trabalho, uma delas é adquirir o conhecimento no campo do Direito, quer dizer, um pesquisador que quer começar a fazer isso, ele precisa adquirir esses conhecimentos, ele precisa estar a par das interpretações jurisprudenciais mais frequentes, mas também das dissonantes, porque elas também vão aparecer no seu objeto. Uma outra dificuldade, que é uma dificuldade clássica das Ciências Sociais, é conduzir a pesquisa nos marcos da objetividade necessária, para que esse tipo de análise não seja confundido com a subjetividade do pesquisador, quer dizer, como é que a gente faz para que esse trabalho seja produzido dentro dos marcos de uma ciência social respeitável, para que o trabalho de análise e discurso não sirva para dar vazão às emoções, opiniões e convicções políticas, de quem está fazendo a pesquisa. Então, esse é um cuidado extremamente importante e para adquirir esse conhecimento é necessário ser treinado e ser reconhecido como pesquisador social. Uma outra dificuldade que a gente tinha é que para trabalhar para uma ONG, para uma Organização Não Governamental, como foi o meu caso, eu trabalhei para o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e prestei essa consultoria para o IDDD, esse distanciamento em relação a valores, que o pesquisador tem que ter, precisava ser administrado bem particularmente, porque era preciso driblar a ansiedade dos militantes, que estavam contratando a pesquisa em relação ao resultado, porque nem sempre as hipóteses de pesquisa se confirmavam exatamente nos termos em que elas tinham sido propostas,

ou, às vezes até, elas se evidenciavam imperfeitas, então é preciso saber administrar isso na condição de uma pesquisa e impor uma ética profissional da pesquisa. Uma outra pesquisa em que eu estou trabalhando é no Centro de Integração da Cidadania, que são os CICs, que eu ajudei a coordenar, para o IBCCRIM. Os CICs são equipamentos criados com a intenção de democratizar o acesso à justiça, numa cidade como São Paulo, que é uma cidade territorialmente muito desigual. Então, a idéia é levar os juízes para a periferia, mais ou menos isso. Então, nós coletamos dados sobre atendimentos, sobre tipos de causas processadas, alguns órgãos já até tinham uma estatística sobre isso, mas os números não eram suficientes para a gente observar os principais objetivos do programa que eram, entre aspas, “a aproximação da justiça com a população”, ou um outro objetivo, a aproximação dos agentes do estado com a comunidade e, um outro objetivo, o rompimento das distâncias simbólicas entre o judiciário e o homem comum. Bom, esses eram os objetivos do programa. Como é que avalia esses objetivos? Então, olhando apenas os dados do poder judiciário sobre o número de atendimento e sobre o tipo de causas, não era possível conhecer se esses resultados de implantação do CIC estavam ou não sendo atingidos, até porque o perfil das causas já era selecionado pela Lei 9.099, porque são juizados especiais, então não adiantava nada a gente olhar o perfil das causas e tentar tirar alguma conclusão, porque o perfil é o perfil de qualquer juizado especial. É preciso então observar, num caso como esse, da integração dessas pessoas dentro, no interior dessa nova estrutura institucional de prestação de serviço de justiça. É preciso construir critérios objetivos para fazer essa observação, que permitam reconhecer e analisar a interação entre as autoridades ali, os servidores públicos e os cidadãos, para que a gente pudesse extrair conclusões sobre, então, o potencial democratizante do CIC, que era o objetivo da pesquisa. Para fazer um trabalho desse tipo, é necessário ter uma formação em antropologia, porque existe um instrumental teórico e metodológico, que permite que a gente possa fazer uma observação científica, o mais distante possível daquelas interferências subjetivas, aquela coisa que eu falei de circunscrever o perfil de um pesquisador. É preciso também, evidente, ter conhecimentos jurídicos para que a gente possa entender o que está se dando ali numa sala de audiências. Bom, as dificuldades para se fazer um trabalho dessa natureza, nesse caso, que era uma pesquisa grande, era constituir uma equipe de pesquisadores que fossem habilitados, tanto na técnica da etnografia quanto para o trabalho no ambiente forense. Para realizar esse trabalho foi preciso contar com a permissão e a colaboração dos juízes e dos funcionários do cartório, sobretudo dos juízes. Como as audiências eram públicas, geralmente não havia impedimento para a gente fazer a observação, mas essa colaboração vai sempre muito além, quer dizer, se você precisar checar alguma informação, se você precisar checar algum dado, se você quiser entender algum procedimento que é específico, você tem que contar com a colaboração. É um trabalho que exige a interação evidente entre o

pesquisador e as pessoas que estão produzindo aquela interação. Também, na minha pesquisa de doutorado, que também é sobre o CIC, eu também utilizei, estou utilizando a metodologia da etnografia, então, eu observo a construção do acordo no juizado especial cível dentro do Centro de Integração de Cidadania, eu procuro observar e analisar as etapas do rito que se desenvolve nas conciliações e nas audiências de construção e julgamento, eu procuro observar os argumentos, a utilização de conhecimentos populares e até mesmo posturas corporais, posturas físicas até, que possam contribuir para a formação daquele desfecho. Quer dizer, se o acordo vai ou não sair, em que momento daquele ritual ele vai sair e quais são as interferências que eu posso detectar que vão redundar, numa probabilidade maior ou menor, do acordo ser construído. Eu procuro observar como é que o Direito Estatal é mobilizado nessas tentativas de acordo e como é que a imagem do poder judiciário é trabalhada nessa tentativa, quer dizer, o que é que as pessoas dizem a respeito da justiça. Como não há registros escritos sobre o que se passa numa audiência do juizado especial, a pesquisa nesse tipo de agência requer o treino em observação e na coleta de dados etnográficos, isso cria uma dificuldade. Quer dizer, é preciso o pesquisador estar presente no momento em que as audiências ocorrem, porque não existe possibilidade de se resgatar informação de outra forma e não há possibilidade de posteriormente você consultar documentos, afim de você completar aquilo que foi perdido, quer dizer, isso implica que você tem que ter um longo tempo de dedicação, a fim de coletar um conjunto consistente de dados, portanto, é um tipo de pesquisa cara, porque você precisa ter uma mão-de-obra muito especializada, muito tempo em campo, para conseguir coletar esse tipo de dado. Para encerrar, quer dizer, eu espero com esses relatos ter podido colaborar de alguma forma com a compreensão de como a gente conduz os diferentes usos e as diferentes produções de informações sobre o sistema de justiça. Espero ter podido ilustrar algumas dificuldades encontradas, mas também algumas vantagens da pesquisa social para o conhecimento do sistema de justiça, inclusive para avaliar o impacto dessas reformas propostas, principalmente as propostas que vão à linha da informalização, como é o caso de todo investimento em estudos que já se tem feito nos juizados especiais e no CIC. Porque nessas reformas, não existem apenas desdobramentos técnicos jurídicos, existe toda uma expectativa de aumentar a transparência do sistema judicial com essas reformas, de democratizar o sistema de justiça, de torná-lo mais acessível ao cidadão médio e, para isso, é necessário avaliar em que medida essa expectativa está sendo ou não atingida com o que está acontecendo ali. Quer dizer, na minha opinião, o investimento em pesquisa, como eu procurei demonstrar de alguma forma, ele custa dinheiro, custa tempo, custa formação profissional e custa um trabalho qualificado. O quanto a nossa sociedade está disposta a empenhar nesse investimento, em pesquisa, eu acredito que é uma medida do quanto, de fato, se quer aprofundar o diálogo e os canais de comunicação entre os poderes públicos e os diversos setores da sociedade, do quanto, de

fato, se quer ampliar a participação da sociedade nessas instâncias do estado. Acho que se dar a conhecer já é um primeiro e decisivo passo para essa aproximação de que tanto nós temos falado entre o judiciário e a sociedade. Era isso. Muito obrigada!

Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva (Direito GV) — Apenas chamar a atenção para o que foi mencionado no painel da Jaqueline a questão dos operadores do Direito, de quem está dentro dos órgãos do sistema de justiça e a produção de informação, a pesquisa identificou também que essas pessoas são importantes, bastante importantes para a organização dessas informações, motivo que elas são tema do primeiro painel da tarde, que eu já queria anunciar, desde já, pela pertinência com o tema. Passo a palavra agora para o professor Armando Castellar, do IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Prof. Armando Castellar (IPEA) — Bom dia a todos! Começo pedindo desculpas por ter chegado no meio da seção, eu expliquei para Luciana, eu já tinha um compromisso, hoje de manhã, em São Paulo, tentei conciliar as duas coisas e a maneira que encontrei para fazer foi chegar dessa forma, assim meio conturbada no meio da seção. Eu entendi é que foi pedido à gente contar um pouco da experiência pessoal na condução de pesquisas, quer dizer, eu participei de duas pesquisas, ou dois grupos de pesquisas, sempre com a professora Maria Tereza Sadek, dando a liderança intelectual e trazendo a experiência que, certamente, é muito maior do que a minha. Uma foi com empresas, que não é propriamente contando o judiciário, mas foi como eu comecei a trabalhar com o judiciário. Eu sou economista, então, eu comecei a trabalhar na justiça e continuei depois trabalhando com a justiça, vendo, enquanto uma instituição econômica, tentando entender o judiciário pelo seu papel dentro do funcionamento da economia. Então, a primeira pesquisa foi com empresa, tentando entender como as empresas viam a justiça e como as empresas reagiam à justiça. Depois eu participei com a professora Maria Tereza Sadek numa segunda pesquisa, que foi de tentar entender como é que os juízes viam o judiciário e as questões que haviam sido levantadas pelas próprias empresas em termos dos que era importante no judiciário para a economia. Eu acho que eu tirei duas grandes lições, em termos de implementação de pesquisa, dessas duas pesquisas, a primeira foi a importância do pré-teste, sempre foi muito difícil chegar a um questionário, saber o que perguntar, saber o jeito de perguntar. Isso para mim, acho que foi a coisa básica, eu acho que isso envolve muito o fato de que é um tema novo, que as questões são muito qualitativas, existe muita questão subjetiva que está envolvido nessas pesquisas, então, como perguntar, foi assim fundamental para a gente conseguir fazer as pesquisas e o pré-teste, foi um instrumento básico para que a gente conseguisse fazer isso. Eu me lembro que na pesquisa com as empresas, a questão principal que a

gente precisava conhecer era: qual era o impacto do funcionamento da justiça, ou dos problemas da justiça, sobre o nível de atividade econômica, sobre o crescimento, sobre o investimento e assim por diante. A gente chegava com o pré-teste, sempre a gente chegava lá, fazia uma introdução e dizia: “a gente está aqui tentando entender como é que a justiça interfere na economia”. O empresário quase pulava da cadeira, dizia: “isso é fundamental, a justiça é um grande ônus para o funcionamento da justiça”. A gente ficava muito feliz, sorria e dizia: “puxa, agora a gente queria entender como isso acontece na sua empresa, para conseguir mapear isso com mais detalhe”. Ele falava: “não, na minha empresa, graças a Deus, o judiciário não interfere em nada”. Então, tentar entender exatamente como conversar com as empresas foi uma das coisas que a gente aprendeu muito no pré-teste, refez os questionários muitas vezes para conseguir saber, exatamente, como conseguir se comunicar com o entrevistado. A segunda coisa que eu aprendi bastante com as pesquisas foi a importância da comparabilidade. Frequentemente a gente chega a resultados e a gente não tem a menor idéia se é alto, se é baixo. É lógico, a gente sempre sabe que gostaria que fosse mais alto, ou gostaria que fosse mais baixo, “será que o Brasil é um ponto fora da curva, ou será que o Brasil está ali, onde se esperaria que ele estivesse, dado o seu nível de renda, dadas as características do país?”. Nesse sentido, a pesquisa com as empresas foi muito interessante porque ela foi replicada depois em outros países da América Latina, na Europa, Portugal e Espanha, em particular, então ela permitiu a gente ter o mínimo de sensibilidade, se os resultados da gente estavam refletindo aquilo que a gente esperaria, se o Brasil era um ponto fora da curva. No meu ponto de vista, uma das coisas mais importantes, em termos dessa questão de comparabilidade, foi que a pesquisa, uma das instituições que reproduziu a pesquisa, reproduziu simultaneamente na Argentina e em Quebec, no Canadá. No Canadá deu que melhorias na justiça teriam impacto nenhum nas atividades econômicas e nas decisões empresariais, que para a gente, metodologicamente, foi fundamental, porque o Canadá tem um dos judiciários mais eficientes do mundo, então, se a gente chegasse à conclusão de que teria um impacto gigantesco na atividade econômica, no Canadá, para a gente significaria que a metodologia estaria completamente furada e a gente teria perguntas, provavelmente, mal formuladas. Então, a questão da comparabilidade é muito importante e para ter comparabilidade a gente precisa ter uma das coisas que eu gostaria de enfatizar na minha intervenção, que é conceitos claros, conceitos que sejam usados pelos vários pesquisadores, porque senão o mesmo termo pode ser usado com uma conotação por uma pesquisa, com outra conotação...a gente vai acabar sempre com um monte de pesquisas independentes, mas não comparáveis. Bom, os comentários que eu gostaria de tecer, da minha experiência, são mais sobre a segunda pesquisa, que foi com os próprios magistrados, que eu acho que é a questão mais importante do que a gente está discutindo. Foi uma pesquisa feita com 741 magistrados brasileiros,

envolvendo a justiça federal, estadual e do trabalho, sempre na área cível, não tinha a questão criminal, ela ia dos juizes de terceira instância da justiça estadual, até os presidentes dos Tribunais Superiores, a gente entrevistou o presidente, na época, do STF, o presidente, na época, do TST, o presidente, na época, do STJ, mas foi também até lá embaixo, a pesquisa foi muito cuidadosamente estratificada, então a gente entrevistou 6,5% dos magistrados no Brasil, ponderou homens e mulheres, saiu exatamente na amostra como é na população, cobriu 12 estados, se me lembro de todos, foram: Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Pará, Distrito Federal e Roraima. Então, foi bastante amplo, eu acho que a parte, em termos de representatividade, pelo cuidado da estratificação, eu acho que foi bastante positiva. Eu notei aqui, seis comentários de lições que ficaram para mim dessa experiência, dessa pesquisa com os magistrados, a primeira foi a grande demanda que existe na sociedade para esse tipo de informação, quantidade de seminários, (...). Me impressiona porque a pesquisa já tem alguns anos, ainda semana passada, eu estava falando dela, três semanas atrás eu vim a São Paulo falar no encontro do Ministério Público Federal sobre essa questão, então, existe uma enorme demanda na sociedade sobre essas questões, em particular, existe essa enorme demanda dentro do judiciário, o que é muito interessante, quer dizer, os magistrados têm e os operadores de Direito, de uma maneira geral, têm uma demanda enorme sobre essas questões, mas não é só isso, mês que vem, já devo estar indo para o Rio Grande do Sul mais uma vez falar sobre essa questão, o pessoal vê o Rio Grande do Sul como um caso fora da curva, num certo sentido, em certas questões, principalmente em mercado de crédito. Então, isso é uma coisa boa, quem estiver a fim de fazer pesquisa nessa área, fique sabendo que vai ter muito convite para seminário depois, porque a demanda é muito grande. Uma das coisas que eu aprendi, tentando atender essa demanda é que o feedback é essencial, é essencial voltar depois, particularmente eu acho que a minha experiência de voltar e apresentar para os magistrados depois é fundamental por duas razões diferentes: primeiro, porque eu acho que é uma questão de dar uma satisfação, então, quando a gente montou a pesquisa, a gente sempre chamou a atenção de que aquilo seria um instrumento para o próprio judiciário se conhecer, então é importante voltar e apresentar de forma particular, eu acho. Porque a imprensa, quando divulga as pesquisas, ela sempre escolhe um pedacinho só, que é mais polêmico, então, quando a gente volta e apresenta um seminário a gente dá uma apresentação mais balanceada dos resultados, tem a oportunidade de falar diretamente, não através da imprensa, sobre o que a gente concluiu da pesquisa. Uma das coisas que eu aprendi foi que voltar e conversar com os magistrados é fundamental. Lembro-me até uma vez que fomos nos apresentar lá em Chapecó, num inverno, num encontro de Associação de Magistrados da Justiça Estadual de Santa Catarina, uma logística complicadíssima, mas para eles foi fundamental a gente ter voltado e ter ido lá, conversado,

algumas idéias da conclusão importantes da pesquisa, eu acho que acabaram sendo ouvidas porque foram ditas pessoalmente, algumas vezes na hora do almoço, em conversas de uma mesa que a gente estava sentado e ter uma chance de ter uma conversa mais aberta do que como é, às vezes, num seminário. A segunda razão que eu acho que o feedback é fundamental, eu acho que mais ainda importante que a primeira, eu acho que a gente aprende muito na hora que a gente expõe e ouve a reação aos próprios resultados da pesquisa. Então eu acho que, talvez tenha aprendido mais nesse tempo, ouvindo os comentários, as perguntas, os comentários nos cafezinhos, nas saídas à noite, nas refeições dos magistrados, sobre como eles vêm. Por exemplo, uma das coisas que para mim ficou muito interessante é a reação diferente do magistrado num grupo social mais amplo e na intimidade de um cafezinho que você está tomando. Quer dizer, você aprende muito, porque às vezes é no cafezinho, numa conversa bilateral que ele vem e expõe experiências próprias, reações que ele não faz num seminário mais amplo. Então, o aprendizado que se tem de voltar e levar a pesquisa para o próprio judiciário, particular para os magistrados é muito grande. Eu acho que quando se faz o planejamento de uma pesquisa, deve sempre tentar se contemplar uma fase de divulgação que envolva seminários, que envolva apresentações, junto aos magistrados. Bom, a segunda questão é acessibilidade, então, obviamente, quando se vai fazer uma pesquisa que envolve pessoas, a questão é: como que a gente acha essas pessoas? Mencionei que a gente foi muito feliz, em termos de selecionar uma amostra, eu acho que foi muito bem estratificada, para fazer essa pesquisa com os magistrados, por exemplo, muito melhor do que com as empresas, onde a gente teve mais dificuldade de acesso e ter um universo de empresa. Uma das coisas que foi uma surpresa muito gratificante para mim é que na Internet se acha o universo de juízes, nome, ramo, grau, aonde que a gente acha, qual é a cidade. Então, achar o universo do qual a gente pudesse selecionar a nossa amostra e achar os magistrados foi, razoavelmente, fácil, ao contrário do que eu imaginei de início: “poxa, como é que eu vou achar magistrados de uma maneira científica, em termos de amostragem?”. Isso foi bastante positivo, o acesso propriamente dito, no sentido de conversar com o juiz também foi muito positivo. Uma coisa que me impressionou, por exemplo, foi que, às vezes, chegava um fax de juízes que tinham sido entrevistados, com laudas tecendo mais comentários sobre os temas das conversas, ou seja, uma disposição muito grande, não apenas de receber o pesquisador, mas também uma necessidade muito grande de ser ouvido, então eu acho também que essa é uma questão que tem que ficar registrado, ou seja, se a gente vai ter problema em entrevistar juiz, não é porque eles sejam inacessíveis. A gente teve, eu acho que três casos de dificuldades de juízes que a gente tinha selecionado, quatro, quatro casos de dificuldade, que a gente selecionou juízes da nossa amostra e depois não conseguiu entrevistar. Primeiro, que foi pouco, foram juízes muito jovens, essa é uma experiência pessoal que eu tive, vim tentar entregar um questionário,

entrevistar uma juíza, ainda num período probatório, muito nova, e ela se recusou se quer a ficar com o questionário, para consultar o presidente do tribunal para saber se podia responder, ela disse: “eu vou consultar...”, “então a senhora fica com o questionário, a senhora pode dar uma olhada...”, “não!”. Era uma coisa interessante porque a gente estava tentando conversar com ela e ela se recusava a tocar fisicamente no questionário, como se tivesse algum problema. Então, foram casos raros, mas que deixo aqui como registro que isso aconteceu, eventualmente para quem for fazer a pesquisa ter em mente uma abordagem diferente, ter esse cuidado com a sensibilidade que tem os juízes mais novos. Teve uma proporção maior que se recusou a responder ao questionário porque disse que era um questionário neoliberal, patrocinado pelo consenso de Washington, que diga-se de passagem, Banco Mundial, que não era o caso, mas teve gente que...existe muito essa reação, quem lê jornais da Associação de Magistrados sabe que existe essa preocupação dentro da magistratura, em particular existem juízes que têm esse tipo de reação, então essa é uma outra coisa para ficar atento, em termos de...na hora que for abordar os juízes, os magistrados que foram selecionados, acredito que isso também seja a verdade, que não tem experiência de primeira mão, dentro da Ordem dos Advogados, provavelmente com o Ministério Público, assim por diante. A nota triste foi que a gente teve juízes que a gente teve dificuldade de encontrar, eu me lembro particularmente de um juiz que, no Rio de Janeiro, tinha uma pessoa que estava trabalhando comigo, me ajudando com as entrevistas e ele dizia: “não, ele só vai lá na quinta à tarde”, eu fui lá em quatro quinta-feiras à tarde e me disseram que naquela quinta-feira à tarde ele não estava, foram muito poucos, mas aconteceu, isso só para registrar. Muito mais comum, por outro lado, foram os juízes que estavam tão assoberbados de trabalho que não responderam, ou que pegavam o questionário, a pessoa voltava depois para tentar entrevistar e dizia: “agora eu não estou com tempo, estou com muito processo”, a gente teve muito mais freqüentemente o caso de juízes trabalhando demais e sem tempo para responder os questionários, então esse foi a quarta razão de alguns juízes...foram poucos, a gente teve muito pouco impedimento de entrevistar os juízes que a gente tinha na amostra, mas talvez a questão do questionário neoliberal e da sobrecarga de trabalho foram, certamente, as razões mais importantes da nossa dificuldade de trabalhar essa questão. Bom, em contraste com a grande facilidade, ou a relativa facilidade, que a gente teve de saber quem são os magistrados no Brasil, onde é que eles estão, como acessá-los, a gente teve enorme dificuldade de conseguir dados de outra natureza sobre o judiciário, entendo que essa é a eventual razão do estudo que aqui está sendo apresentado de todo o nosso seminário, eu me tornei chovendo no molhado, mas eu queria de qualquer jeito registrar isso. Eu acho que isso é preocupante porque, como a Jaqueline disse, pesquisas como essas que nós estamos relatando aqui, elas custam dinheiro, levam tempo, envolve muita gente, é toda uma logística complicada, então se o nosso conhecimento do

judiciário ficar restrito a esse tipo de pesquisa, que ocorre de tanto em tanto tempo, foca sempre questões muito específicas, a gente vai demorar para sempre para conhecer a justiça, a gente não pode esperar que o conhecimento, que as informações venham dessas pesquisas, essas pesquisas têm que ser instrumentos complementares a um trabalho de coleta sistemática de informações e que o judiciário tem que ser o responsável por esse trabalho. Eu acho que levantamento de número de processos, que até existe, ainda que não seja completo, sempre tem estados que não mandaram, as relações são sempre difíceis de comparar ano a ano, porque quem manda a cada ano varia, mas deveria ter mais informações sobre o número de processos, sobre a área, sobre a duração do processo, todas essas questões, que permitiram um tratamento estatístico muito mais completo sobre isso. Eu, por exemplo, tive a oportunidade de fazer um trabalho sobre o judiciário em Portugal, a qualidade dos dados lá é muito maior, tem duração média de processo, tem uma abertura muito maior em termos de áreas de processo, são coisas que já existem em outros países que, inclusive, Portugal, que a gente consegue achar mais próximo da gente, talvez em termos do judiciário. Se eles conseguem, porque a gente não haveria de conseguir ter dados de qualidade semelhante? Tem números de advogados, número de funcionários dos tribunais, é obviamente um país menor, mas também muito menos gente fazendo esse tipo de coleta de informação. Aonde mais que a academia deveria trabalhar com o judiciário na organização desses bancos de dados é na padronização de conceitos, porque senão a gente corre o risco de acabar um judiciário num estado usa um conceito, divide as áreas de um jeito, outros dividem as áreas de outro jeito, a gente divide áreas de um jeito que não é comparável a nenhum lugar do mundo, ou varia de um ano para o outro, todos aqueles problemas, aqueles pesadelos de quem trabalha com dados, descobre quando já é tarde demais, que você tem muito dado, mas você consegue fazer pouca coisa com o dado, porque está sempre mudando o conceito, a forma de agregação, a forma com que os dados são coletados. Nessa padronização de conceitos, de classificações estatísticas, a gente pode tentar se beneficiar de estar tarde nesse processo, exatamente para tentar fazer de uma maneira mais eficiente. Nesse sentido, eu acho que novamente a questão da comparabilidade internacional deve ser valorizada, a gente deve tentar fazer classificações que, de alguma maneira, permitam o mínimo de comparabilidade com outros países, em relação ao que são os nossos dados, nossa eficiência, a nossa demanda por justiça, porque é sempre muito difícil, quer dizer, uma coisa que não sai de uma economista, entendo assim, uma otimização econômica, em que o ótimo é uma coisa que sai de uma análise teórica, é uma coisa que sempre que a qualidade é comparada, nunca é um número absoluto. Se a gente não tiver indicadores que permitam comparar com outros países a gente vai ficar sempre naquela coisa, ter que esperar dez anos para saber se subiu, ou se desceu, ao passo que, se a gente tiver uma coisa comparável, a gente pode imediatamente tentar dizer: “olha, comparados a outros países da

América Latina, comparados a países de renda maior, nossos problemas estão aqui, ali, assim por diante”. Então, essa questão de indicadores comparáveis, eu acho que é também bastante importante. Bom, penúltimo item que eu tenho aqui, diz respeito à sofisticação das pesquisas. A maioria das pesquisas, certamente as que eu participei, eu tentei até fazer algumas coisas, mas que foram todas para o apêndice, a maioria das pesquisas são variadas, usam quando muito algumas tabulações simples, acho que dá para gente aspirar fazer mais daqui para frente, obviamente, o fato de serem análises simples, reflete o fato de que a gente sabia tão pouco, porque um era um grande valor adicionado para conseguir essas tabulações, essas análises variadas, ou seja, “quantos são a favor, quantos são contra, o nível 1, 2 ou 3?”, assim por diante. Acho que a gente pode ir mais longe, acho que já há espaço para análises multivariadas, na pesquisa que a gente fez sobre os juízes, a gente tentou alguns modelos prontos do BID, para ver se a gente conseguia a equidade dos magistrados, com os gêneros dos magistrados, com os estados dos magistrados. Acho que a gente deve tentar insistir mais nisso, quando a gente fizer o desenho da pesquisa, a gente já deve fazer o desenho voltado para tentar chegar a uma análise multivariada. Meu sonho é uma matéria que está no The Economist, dessa semana, que é o programa de computador que vem sendo feito para auxiliar magistrados nas suas decisões, então, esse é um programa de computador que tem um enorme conjunto de casos anteriores e as características dos casos, então eles ajudam a dar previsibilidade às decisões dos magistrados, eles ajudam os advogados, exatamente são análises muito ricas de informação que permitem a gente ter padrões condicionados nas características do processo, tamanho das partes e assim por diante. Então, acho que se a gente quiser avançar a gente tem que tentar fazer análises mais sofisticadas do que só dizer: “tantos são a favor, tantos são contra”, pelo menos das pesquisas que eu participei são assim, eu não estou desmerecendo essas pesquisas, eu só acho que a gente deve levantar as nossas aspirações daqui para frente e isso já deve estar contemplado de alguma maneira no desenho das pesquisas. O meu último item e eu vou concluir com isso, diz respeito às barreiras da multidisciplinaridade. Ainda hoje, apesar de, posso dizer que tenho uma grande experiência para fazer seminários para magistrados, promotores, advogados, a barreira da linguagem, dos valores, dos paradigmas, é muito grande. Há muita desconfiança, então, às vezes eu tenho a sensação que me convidam para esses seminários de magistrados, de promotores, como antigamente as pessoas levavam os papagaios para a Europa, quer dizer, coisas exóticas, vamos alegrar um pouco o nosso seminário com essa pessoa que vai falar um monte de sandices, depois a gente bate, no cafezinho a gente fala mal dele, quer dizer, não é uma coisa assim...porque as pessoas partem de modelos mentais, de valores tão diferentes, tão diferentes, que realmente fica complicado às vezes conversar porque gera essa desconfiança daquilo que a gente...é bilateral, eu não estou querendo dizer que o problema está do outro lado, de forma

alguma. A semana passada, por exemplo, eu tive que fazer um seminário para economistas sobre essa questão, aí bate no magistrado, bate no judiciário, realmente ninguém vai a lugar nenhum batendo um no outro. Está certo? Acho que o desafio é exatamente como a gente consegue ter esse diálogo. Aí eu volto à questão de conceito de linguagem, de alguma maneira a gente tem que ir gerando uma linguagem que seja... deixa eu dar um exemplo: contrato – para um economista, um contrato, por necessidade, é um contrato incompleto, ele é incompleto no sentido de que você não é capaz de prever tudo o que pode acontecer para estar no contrato, para definir exatamente o que vai ser feito em cada possível estado da natureza. Quando eu fui falar sobre isso tinha um advogado na platéia que disse: “não, se você tem um contrato incompleto é porque o seu advogado é muito incompetente, passa no meu escritório que eu faço um contrato completo para você”. Então, às vezes, você está falando uma coisa, achando que está dizendo uma coisa e está sendo ouvido de uma maneira completamente diferente. Então, a gente precisa trabalhar essa multidisciplinaridade com fóruns multidisciplinares, mas também tem que ter essa preocupação, tem que estar presente para o desenvolvimento dessas pesquisas, a gente com essa isenção acadêmica, não tem um lado certo, é um problema de linguagem, de comunicação, depois que a gente conseguir falar uma língua parecida a gente pode tentar discutir aonde está o lado certo em cada uma dessas questões, mas antes disso, a gente precisa minimamente falar uma língua inteligível pela outra parte. Obrigado!

Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva (Direito GV) — Senhores, temos ainda aí uns 10, 11 minutos de debates, eu passo a palavra a quem a queira. Pois não, Neide.

Dra. Neide Sordi (Conselho da Justiça Federal – CJF) — Eu quero fazer uma pergunta à Jaqueline. Jaqueline, os Juizados Especiais Federais fizeram parte da sua pesquisa, essa última do doutorado?

Profa. Jaqueline Sinhoreto (FFLCH/USP) — Não, porque a pesquisa é só sobre os juizados especiais que funcionam nos Centros de Integração da Cidadania, que são três juizados em São Paulo e em outros estados existem. Num dos CICs aqui de São Paulo, está sendo implantado um Juizado Especial Federal, mas até ele começar a, de fato, acumular um número de casos que a gente possa analisar, eu espero já ser possuidora de um título de doutorado.

Dra. Neide Sordi (Conselho da Justiça Federal – CJF) — Só uma informação para vocês: No Programa de Gestão Documental na Justiça Federal, a gente tirou da jurisdição de varas e do juiz os

autos findos, são documentos, eles não são mais processo, não há jurisdição, então os pesquisadores, quando o programa estiver implementado, não terão dificuldade, dependendo do diretor da vara para ter acesso aos autos, eles vão ao arquivo e acessam como a qualquer documento de arquivo. Eu quero discordar de você (Renato) quando você diz que existe boas e número suficiente de estatísticas criminais. Existe estatística sobre crimes e criminosos, mas não existe estatística sobre processos criminais, no máximo que chegam é o número de ações criminais, você não sabe a natureza do crime, você não sabe o tamanho da pena e nada do que seja referente ao judiciário. Nós tivemos que implementar agora uma base de dados sobre crimes contra o sistema financeiro e de lavagem de dinheiro, uma necessidade de acordo que a gente tem com GAFI do G7, e estamos na maior dificuldade para implementar essa base de dados. Para você (Armando) eu quero falar o seguinte, para começar, o sistema da justiça de estatística, a primeira coisa que a gente precisou fazer foi um glossário...

Sr. Renato Sérgio de Lima (Fundação SEADE) — Eu acho que uma questão de quando eu falo de informação, Neide, é assim: de fato, não existe sistemas de informação, a gente precisa, usando um pouco aqui a necessidade de compatibilizar a linguagem, eu acho importante a gente partir de algumas questões. Sistemas estruturados que recuperam informação não existem, agora, por exemplo, eu até não tinha deixado, eu não falei até porque eu sabia que a Jaqueline iria citar o exemplo de pesquisa do Seade, eu deixei o exemplo para que ela falasse, esse exercício de produção de dados a gente percebe que o dado, não a informação, existe. Por exemplo, nós trabalhamos na pesquisa que a Jaqueline citou, com 3 milhões e 300 mil indivíduos, de 1976 a 2000, com todas as pessoas que tinham um atestado de antecedentes, ou algum tipo de identificação criminal, no estado de São Paulo. O que a gente percebe? É que os sistemas existentes, muitas vezes de cadastro, podem estar sendo utilizados para geração de estatística, mas não são porque você não tem: primeiro - uma discussão por categorias, classificações, como a gente está falando aqui; segundo - você tem discussões tecnológicas que exaurem o debate, você vai dizer: “posso fazer isso?”, “não, para fazer isso eu preciso conectar, passa para a forma tal, usar linguagem tal, melhor gastar dinheiro com um super computador X, Y...”, a gente sabe como funciona essa discussão. Agora, o dado, se a gente olhar, ele existe, e não só na forma do processo, ele existe já em alguns meios magnéticos, já a geração com informação informatizada, que poderia estar sendo utilizada na transformação de dados individuais e em dados estatísticos, em agregados estatísticos. Aí eu puxo um outro exemplo, se a gente está pensando isso: “onde que está, na minha opinião a razão disso, em termos históricos, novamente?”. Se a gente pegar o mesmo código de processo penal, que tem lá o artigo 809 e que diz que tem que ter um tratamento estatístico de toda a vida e de todos os

processos, tem o artigo sexto, que diz que a pessoa tem que ser identificada criminalmente, individualmente, ou seja, cada pessoa que tiver um crime precisa ser identificada, o cadastro é gerado na lógica do artigo sexto. Então, o que a gente tem que fazer é traduzir para a lógica lá do artigo 809, que está quase esquecida. Isso significa o quê? Uma série de procedimentos taxológicos e uma série de procedimentos tecnológicos e isso é o que, na minha opinião, é o nosso maior desafio. Concorro quando você diz que não existe informações prontas, sistematizadas, em termos de sistemas de modelos de recuperação de informação, mas também eu não posso deixar de identificar que as informações já estão produzidas, porque assim, do contrário, a gente perde a força do argumento em dizer que a gente tem que gerar tudo do zero, a preocupação do custo da gente de ter que gerar sempre pesquisas inéditas, o que a gente cai na lógica do Sarvey, a gente só vai conseguir fazer se a gente produzir pesquisa de opinião, a gente só vai conseguir fazer se pesquisar o seu dado primário, o que na verdade, o registro administrativo permite isso. Agora, eu concordo, se a gente pensar que o desafio aqui é como organizar esses sistemas de recuperação, como transformar um micro dado em informação.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Somente alguns comentários. Achei interessante a palestra da Jaqueline sobre os problemas, mas tenho que dizer que esses problemas são enfrentados por quem faz a pesquisa, de qualquer lugar, sobre qualquer tema. Eu posso contar novidades que nós passamos em outros países, quando tentamos entrar nos juizados, por isso, justamente, que a estatística é tão importante. Porque os custos de fazer as pesquisas são esses, que podem levantar dados, que pode levantar coisas interessantes. Não se justifica de frente à possibilidade de fazer coisas normais virarem estatística, sempre existirá coisas que não teremos como fazer as estatísticas, mas todos os problema das amostragens vão desaparecer algum dia, quando tiver um sistema com base de dados que a gente possa entrar diretamente, isso é muito importante. Enquanto os conceitos diferentes, sim, há diferenças de conceitos. Eu me lembro de um dia que eu estava conversando com um membro da equipe de CEBEPEJ, sobre os custos da justiça, ele dizia: “sim, temos os custos da justiça!”, porque estava pensando os custos legais, não estava pensando o quanto custa para o estado e as partes ter um caso. Foi uma coisa divulgada que a justiça não tem preço, não tem custo, com exceção do custo legal. Outra coisa, isso do caso do processo, para uma pessoa que não é advogado, que não é jurista, que não é juiz, é importante o conflito, a coisa começa com um conflito, agora, pode gerar 1 milhão de processos, mas temos que contar uma coisa concreta, que o caso e o conflito para a pessoa que não é advogado, tem um sentido que não tem, talvez, para os advogados e juízes e vamos ter que chegar a um acordo lá, ou vamos ficar comparando maçãs e laranjas.

Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva (Direito GV) — Vou aproveitar que eu estou com a palavra até para um comentário. Essa questão da multidisciplinaridade, da questão da linguagem, às vezes atravessa para um ramo do Direito que é o Direito Processual, o Direito Processual, por um lado, ele não produz, com base em dados estatísticos, ou seja, a produção científica em Direito Processual, até o que a professora chamou de achismo, porque ela não se baseia em dados estatísticos e, além disso, ela também não dialoga com as outras ciências, como a Ciência Social, a Ciência Política, Economia, para tentar produzir, na minha maneira de ver, como especialista em Direito Processual, da minha maneira de ver, ela é um instrumento bastante útil para se entender, para se decifrar essas dificuldades de linguagem, quer dizer, a questão do recurso, a questão da prática, são termos, eu diria que os tribunais se organizam com linguajar processual e é necessário que essa ciência se volte para as outras ciências, para poder viabilizar a comunicação e a avaliação desses dados todos. É preciso que seja dito que isso não há, de forma alguma, ainda que haja uma pré-disposição dessa ciência a tratar não o conflito, mas sim a conciliação, mas de qualquer forma, ainda é deficitária a preocupação com a estatística no Direito Processual e pode ser bastante útil. Alguém mais? Alexandre? O Alexandre Cunha que eu preciso dizer, fez parte da pesquisa e trabalhou desde o início com ela.

Prof. Alexandre Cunha (Direito GV) — Eu gostaria, em resposta ao Armando e seguindo a mesma linha da Linn, fazer um comentário sobre a pesquisa da qual eu participei, para dizer para o Armando que, ser recebido com incompreensão independe da formação, independente, inclusive, da apropriação da linguagem. Eu colaborei com um projeto de pesquisa o ano passado, cuja equipe era completamente formada por juristas, ela visava ver no Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, de que forma os juízes implementavam ou não direitos sociais, era uma pesquisa feita com os juízes, não com os processos que eles julgavam, então era perguntado a eles de que forma eles atuavam no processo, de forma a implementar os direitos sociais, nós selecionamos uma amostra de 10% do tribunal, 13 desembargadores, perdemos 13 desembargadores na amostra, um deles porque disse que a nossa pesquisa era comunista e ele não iria responder. Então, é o contrário da sua pesquisa neoliberal. A segunda, uma desembargadora disse que não ia responder a essa pesquisa porque é um tema irrelevante, então, ela não iria perder tempo com isso. O terceiro desembargador, que foi o mais surpreendente, que em princípio tinha nos recebido muito bem, no final, disse que não iria responder o questionário, quando ele descobriu que ele havia sido sorteado na amostra, ele disse: “eu, Desembargador fulaninho, fui sorteado? Então eu não participo dessa pesquisa”, então, essas coisas acontecem com todo mundo, não só com os economistas.

Profa. Maria Tereza Sadek (FFLCH-USP) — Aliás, eu podia contar uma experiência de processos incinerados, o que dificulta inteiramente, porque nós ainda não aprendemos a ler nas cinzas.

Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva (Direito GV) — A Leslei é coordenadora de pesquisas do CEBEPEJ, Centro de Pesquisas Judiciais, está fazendo uma pesquisa no país todo sobre juizados especiais, que é bastante interessante.

Sra. Leslei (CEBEPEJ) — Exatamente, então, na verdade, os depoimentos serviram como um alento porque eu ainda estou no terceiro estado, estou enfrentando todos esses problemas que foram narrados e eu falei: “então, devo estar no caminho certo”, para exemplificar, tivemos problemas, inclusive físicos, em Salvador, nós precisávamos avaliar uns processos arquivados, a pessoa me deu a chave e disse: “eu não entro naquele arquivo, entre e faça o que quiser”, quando eu cheguei estava tudo empilhado, tinha computador, moto-ciclo, geladeira e ele falou: “mas com esse ainda está tudo bem, no interior tem rede de pesca em estado de putrefação, então ninguém entra”. Ele também narrou que no interior, em Feira de Santana, numa análise, numa visita num arquivo judicial, encontrou uma carta de alforria no chão, quando ele foi pegar o funcionário disse: “não liga não, isso é coisa antiga”. Então, ele levou o problema para o tribunal, o tribunal determinou que fosse feita uma pesquisa, encontraram inúmeros documentos históricos ali e a faculdade local começou a cuidar disso. Então são problemas que tenho enfrentado, essa questão dos processos arquivados, porque eu não tenho essa experiência estatística, então, a professora Maria Tereza tem orientado, e há o Fernão, estatístico da USP, ele disse: “olha, quando você não encontrar o processo, substitua pelo imediatamente posterior ou substitua pelo anterior”, na oportunidade eu procurava o processo 350 e tinha sido perdido, simplesmente eu e a funcionária ficamos checando num computador, jurássico ainda o sistema, nós conseguimos localizar o 372, aí também outro problema. No Rio Grande do Sul, um problema interessante que, assim que os processos dos juizados eram concluídos, eles eram incinerados, após 180 dias, então a nossa amostra está comprometida em 35%. O problema da unificação, da uniformização acontece, alguns cartórios guardaram documentos essenciais, outros, simplesmente, incineraram tudo. Então, nós tivemos, inclusive, que mudar o ano da amostra para 2003, excepcionalmente, porque não tinha, como a professora bem colocou, não conseguimos ainda ler as cinzas. Essa questão da falta da unificação do judiciário tem sido muito interessante, eu já percebi no contato inicial da pesquisa, por exemplo, no Pará o fórum fecha às 14h, então a gente tem que se adaptar a todos esses problemas que se intensificam nas

visitas, mas acho que tem sido muito interessante, acho que serviu como um alento, apesar de todas as dificuldades, acho que estamos no caminho certo, porque todos esses problemas nós encontramos.

Prof. Armando Castellar (IPEA) — O meu é um comentário fora, talvez, do contexto da mesa, mas eu acho que ajuda a ilustrar valores, como é que eles são diferentes. Semana passada eu li um artigo de um advogado do Rio Grande do Sul, que falava de duas coisas, para mim, economista, completamente impressionante. Primeiro falava que um desembargador no Rio Grande do Sul, que havia sido premiado como o desembargador mais produtivo do país, eu não me lembro os números exatamente, era alguma coisa como 400 processos por dia ou uma coisa assim, qualquer. Todos, sobre 12% de juros, eram todos revertidos no STJ, todos limitavam os juros em 12%. Então ele era o desembargador mais produtivo, mas todas as suas decisões foram revertidas no STJ. O artigo era sobre isso exatamente, dizendo: “bom, para onde é que a gente vai se os nossos desembargadores mais produtivos fazem coisas que, no fundo, são inócuas, porque são todas revertidas pela instância superior”. Não de acordo com o STJ e o STF. Eu acho que isso ajuda, eu acho que está aqui um bom exemplo de como os valores são completamente diferentes. Quer dizer, o que para um economista seria prêmio do desperdício, para a justiça é o prêmio positivo da eficiência. Então, acho que dá um exemplo, sem entrar na questão do mérito dos 12%, provavelmente nos comeria o resto da seção.

Profa. Jaqueline Sinhoreto (FFLCH-USP) — Você contou esse caso, me fez lembrar o contraponto, então também não se pode tentar medir a produtividade pela idéia de quais as decisões, o juiz que mais julga, conforme o mês, também a gente não pode cair nisso porque senão tiver em matéria criminal, você pode estar atentando contra algumas garantias da Constituição, que ainda não foram colocadas em prática, quer dizer, encontrar uma medida de produtividade esbarra nisso, quer dizer, se você mede só a quantidade de processos que o sujeito julga você pode estar negligenciando um lado da questão, se você só olha essa questão do quanto ele julga na onda, você também pode estar perdendo um outro lado.

Prof. Armando Castellar (IPEA) — Não é bem assim, não é na onda, é no sentido de não ter eficácia, porque já sabe que vai ser revertido, é diferente de...

Profa. Jaqueline Sinhoreto (FFLCH-USP) — Mas não existe. Existem alguns casos de jurisprudência adicionante, existe uma jurisprudência majoritária, enfim, é o que a gente está

discutindo na pesquisa do IDDD. O que eu queria pontuar, em relação ao que a Dra. Linn, exatamente a minha fala foi no sentido de mostrar que as dificuldades de se fazer pesquisa sobre o sistema de justiça, elas não diferem, absolutamente em nada de outras dificuldades e por isso que advoguei aqui que esse é o metiê do cientista social e que é preciso ser formado em pesquisa para não se assustar com isso, porque uma vez que você escolhe ser pesquisadora a sua vida será isso, será uma vida de entrar em quartos cheios de poeira e de manipular autos que têm ácaros, isso aí a gente já está...Mas, uma outra questão que eu queria valorizar também da minha exposição é a idéia de que, produzir informação não é apenas produzir dado estatístico, que mesmo que a gente tenha uma base estatística super, hiper bacana e que a gente consiga montar um sistema de informações que seja referência para o mundo, ainda assim vai ser necessário investir na produção e no uso da informação, porque as perguntas que a gente pode fazer sobre o sistema de justiça, elas vêm de preocupações que são muito diferentes, como é o caso ali da pergunta, fazer uma pesquisa sobre o CIC para saber se, afinal de contas, o CIC significa, ou não, a aproximação do juiz com a população, quer dizer, nenhuma base estatística vai nos fornecer essa resposta. Então era só isso que eu queria pontuar e dizer que a discussão das bases de dados, elas são apenas um ponto aqui, de tudo o que a gente tem para explorar.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Se posso dizer, isso foi um pouco o meu ponto também, mas que a estatística é absolutamente necessária porque, com isso, a gente pode fazer com ela o fácil, o que somente se pode fazer com ela e deixar espaço para outras perguntas e as perguntas que me interessem mais, talvez são as perguntas aonde a gente precisa de estatística, tem a ver com usos e usuários, quem usa e para quê, com qual impacto, mas para entrar e saber a justiça do sistema ou outras perguntas, a gente tem que fazer outro tipo de pesquisa.

Sr. Renato Sérgio de Lima (Fundação SEADE) — Acho que até queria fazer um comentário final, é interessante, eu até usaria o exemplo do arquivo, para, na verdade, refletir um pouquinho sobre duas questões, logo na primeira fala do Carlos, ele fez uma descrição interessante em relação à qualidade e indicadores, que é uma distinção interessante que a gente pode pensar aqui, que pode nos ajudar a pensar em como distinguir, como trabalhar melhor a informação. Eu, talvez um pouco mais antigo, numa outra concepção, eu pegaria a qualidade da informação como o investimento na qualidade da informação, aquele investimento que a informação tem qualidade, no momento que você tem controle entre os modelos e formas de produção, ou seja, você sabe como foi produzida, você reconhece que ela é parcial, ela dá conta somente de um pedacinho da realidade, mas você tem como usá-la e aí, se você tem esse controle, você tem condições de usá-la, mesmo sabendo que não

se tem condição de estar na realidade, ela está, na verdade, sendo um primeiro passo, que é isso que a Linn está reforçando, que é a questão de você dar a transparência. Então, esse é um ponto muito importante que eu acho que vale à pena. Segundo ponto é que esta cultura de transparência é que eu acho que a gente tem que começar a trabalhar e, de novo, naquela minha fala, quando eu fechei a minha fala, da gente ainda ter uma cultura da transparência não totalmente como um elo estruturador, ela é tida como algo possível e, digamos, derivado da tecnologia, mas ela não é um elo estruturador, por exemplo, quando o Tribunal de Justiça de São Paulo resolve incinerar os arquivos, todos os seus processos, até 1930, 1940, alguns até 1970, que foi escolhido, o provimento saiu da mão do presidente do Tribunal de Justiça sem nenhuma discussão, sem ouvir os cientistas sociais, mas depois o Supremo Tribunal Federal foi cassar a decisão, mas assim, nesse meio tempo, no judiciário, tinham sido incinerados vários documentos. O espaço que a gente está colocando é a transparência como elo estruturador das decisões de tomada de decisão e os sistemas de informação e aí, sistemas de informação, concordo que não sejam só formados por agregados estatísticos que são necessários e que já estão disponíveis, a gente precisa, de fato, posicionar o que ser analisado, como está bem falado a manhã toda, ou seja, o que precisamos analisar para fazer com que esses dados existentes falem alguma coisa. É nesse ponto de vista dá, pelo menos, para a gente encerrar pensando: como traduzir pressupostos de transparência formal em pressupostos operacionais de transparência, que não é só o modelo de Internet que a gente vai usar, mas que na verdade, fazer com que essa informação seja tomada como insumo para tomada de decisões”. Eu acho que isso é uma dificuldade, que a gente, aqui no debate mais aberto, que se mostre importante com discussão da multidisciplinaridade, mas também, eu acho que essa discussão de como a gente constrói uma linguagem comum, com vistas à tomada de decisões, com vistas ao planejamento, que eu acho que é o ponto que a gente mais precisa caminhar, por mais que, como já foi identificado, existam deficiências, existam banco de dados, existam indicadores. É esse o ponto que eu destacaria como final, ou até mesmo a queima dos arquivos mostra um pouco isso, a falta de transparência na tomada de decisão. Se a estatística pode servir para alguma coisa, ela pode servir para ajudar a valorizar e legitimar a informação como algo a ser transparente, de fato.

Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva (Direito GV) — Então senhores, eu dou por encerrado esse segundo painel. Retornemos às 14h.

Mesa Redonda: Os operadores da Justiça e a produção de informação

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — Eu gostaria de dar início aos trabalhos da parte da tarde e iniciar a mesa redonda com “os operadores de justiça e a produção de informação”. Passo imediatamente a palavra à senhora Neide Sordi, do Conselho da Justiça Federal.

Sra. Neide Sordi (Conselho de Justiça Federal - CJF) — Boa a tarde a todos! Eu quero primeiro agradecer à Luciana, à Dra. Linn, à FGV, ao Banco Mundial e à Fundação Seade pelo convite e a oportunidade de mostrar a reestruturação das estatísticas da Justiça Federal que nós estamos tentando implementar no âmbito da Justiça Federal Brasileira. Essa frase aí em baixo é porque a gente sabe que não vamos chegar a um ponto ótimo tão cedo e aí tem um dos membros da equipe que resolveu escolher uma frase para animar a todos: “tudo pode ser mudado, mas é preciso começar para que isso aconteça” e é o que vai acontecer com a gente. No que nós vamos apresentar não estará disponível aos pesquisadores ao médio e curto prazo. Primeiro, a situação que nós temos hoje, algumas coisas disso daí já está mudando, mas ainda nem tudo foi mudado. Nós temos dificuldade em fornecer informações precisas, na página do Conselho da Justiça Federal todos podem encontrar número de juiz, número de juizado, número de processos que entraram, número de processos em tramitação, processos julgados, mas são números globais, que não se prestam a análises mais detalhadas, então as informações que temos hoje são informações muito genéricas, os dados não são extraídos de sistemas automatizados, eles podem até ter sido extraídos, por exemplo, depois o Franklin pode dar um depoimento de como ele extrai esses dados e manda para a gente lá no Conselho. A Justiça Federal é um órgão distribuído em todas as unidades da federação: 1º grau seção judiciária, nós temos em todos estados; varas, na maioria dos estados, temos também no interior e temos cinco Tribunais Regionais Federais. O Conselho administra orçamentária e financeiramente a Justiça Federal Brasileira, então nós somos um órgão administrativo, a única função judicante que tem lá é a turma de uniformização nacional dos julgados especiais federais, o resto, todas atividades do Conselho são na área meio. O Conselho é dividido em secretarias, cada secretaria é um órgão central de um sistema: Secretaria de Informática, órgão central do sistema de informática; Secretaria de Orçamento, idem; a minha secretaria, Secretaria de Pesquisa e Informação, então nós somos o órgão central do sistema de informação da justiça federal, chamada Jusdata. Esse Jusdata foi instituído em 81, nós começamos pela padronização das bases de dados de jurisprudência, hoje elas podem ser consultadas, simultaneamente, padronizadas no site do Conselho, depois, automação das bibliotecas, passamos pelos arquivos, e que para complementar a informação, o que estávamos conversando hoje de manhã, que uma pesquisadora falou da

eliminação de autos na Bahia, nós estamos implementando nos arquivos um projeto, um programa de gestão documental, onde serão preservados séries de processos, por amostra aleatória, outros assuntos serão guardados na totalidade como, por exemplo, as ações criminais, as ações de desapropriação, de privatização, certos assuntos, isso foi casuístico, nós definimos que tais assuntos eram importantes para a guarda permanente, outros serão guardados amostralmente, em cada instituição está sendo criada uma Comissão de Avaliação para salvar da eliminação aqueles processos, que por suas peculiaridades mereçam ser preservados, além da amostra aleatória que vamos salvar. Eu vou voltar a falar nisso mais adiante, porque está intrinsecamente relacionado com os dados estatísticos, por incrível que pareça. Bom, então a situação problema, nossos dados são informados, nós recebemos boletins em e-mail, mas eles não são o subproduto do sistema de acompanhamento processual, como podem ser e os dados não são padronizados. Quando começamos a trabalhar nós descobrimos que não falávamos a mesma língua, processo distribuído, que pode parecer óbvio, não era: uns constavam precatórios como processo distribuído, outros contavam informações registradas, decisões monocráticas da admissibilidade de recursos, da vice-presidência dos tribunais, outros só contavam processos que poderiam efetivamente cair na mão de algum juiz, então nós começamos revendo o fluxo de procedimentos e elaborando um glossário e, de vez em quando, até hoje, a gente ainda encontra, quando descemos fundo em algumas peculiaridades, descobrimos: “é assim que você faz isso?”. Por exemplo, o tribunal da 1ª região, dos seus 14 estados, o processo era contado duas vezes, porque ele ganhava um número quando entrava o processo, quando chegava na fase de execução ele ganhava outro número, em termos de processo em tramitação era a mesma coisa, porque quando dava a baixa num começava o outro, só que a produtividade do juiz da região era dobrada, porque contava dois processos. Então assim, hoje quando as pessoas falam de extrair esses dados do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, eu fico pensando, se na justiça federal que tem a mesma competência, se nós estamos trabalhando há vários anos juntos, desenvolvendo sistema de acompanhamento processual, conforme especificação de usuário igual e volta e meia descobrimos peculiaridades que impossibilitam a comparação, que estamos comparando gato com sapato, eu fico imaginando o que não é esse tipo de comparação quando junta todo o processo distribuído, julgado, em tramitação num banco de dados nacional. Nós ainda temos resistências, a gente ainda está brigando na Comissão por padronizar duas ou três coisinhas que alguns falam: “ah, mas é o regimento do meu tribunal”, “então vamos tirar isso do regimento do seu tribunal”, aí temos que levar o assunto ao fórum dos corregedores para levar ao colegiado daquele tribunal que precisa mudar. É um processo lento, porque eu falo sempre, eu tenho uma equipe do tamanho do Brasil, a pauta do Conselho, o Conselho não trabalha voltado para o umbigo, ele trabalha numa pauta de interesse da justiça, então, quando eu preciso de

alguma coisa eu tenho o Franklin em São Paulo, Ricardo em Brasília, a Thelma em Recife, o Edson em Porto Alegre, nós trabalhamos em uma equipe dentro dos mesmos critérios, tentando fazer um sistema que vá ser útil a todos. Então, com esses problemas, nós tínhamos análises limitadas, dificuldades para estabelecer comparações, como eu já disse e dificuldade de acesso aos dados. Aí, eu trouxe agora, alguns exemplos, por que nós precisamos mudar esse estado de coisas? Certamente, se fosse só por conta do papel, da conscientização que a equipe que está trabalhando tem, da importância disso para a pesquisa, nós não iríamos conseguir mudar o sistema, porque nós estamos mexendo...eu comecei com estatística e agora eu descobri que isso era a ponta de um iceberg, que não pára mais de surgir coisas novas e problemas, e padroniza isso e aquilo. Um horror! Tem hora que eu me arrependo de ter começado. Mas, além de ser útil para a pesquisa, nós temos demandas específicas: para o orçamento de 2006, a Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, não vai mais aceitar um único indicador de desempenho, que justiça, acredito que toda a justiça federal, hoje, define indicador de desempenho pelo número de processos julgados. Os caras ficaram espertos e não estão querendo aceitar só isso não, eles querem um conjunto de informações que nós estamos definindo. A vantagem é que eles não nos definiram os indicadores, graças a Deus, então eles aceitam uma meia dúzia que a gente arrumar para eles, que seja melhor do que o processo julgado. Nós temos uma reunião, agora em abril, para ver o que a gente já padronizou e que possa fornecer aos nossos órgãos de orçamento, para definir o orçamento de 2006. Isso é muito importante, porque orçamento é uma língua que o povo, a justiça entende para caramba. Quando fala: “olha, pode complicar se nós não tivermos esses indicadores”, eles falam: “o que vocês precisam? Querem comprar software?”. Tem anos que eles falam com a gente: “que software vocês precisam?”. A informática chega e fala assim: “olha, para implementar esse sistema vocês não querem definir logo os aplicativos?”. A gente fala: “não, nós temos muitas coisas para fazer antes de nos preocuparmos com os aplicativos”. Agora, por conta dessa urgência que é maior o prazo fatal que os órgãos de orçamento nos deram, nós os autorizamos a procurarem soluções de tecnologia, mas até então nós estamos trabalhando em outras coisas que não têm nada a ver, aliás, a gente expulsou a informática do nosso grupo de trabalho, porque eles estavam tentando condicionar o que a gente ia precisar, o que os sistemas podiam oferecer. Agora a gente chamou eles de volta, agora eles podem nos ajudar. Bom, a primeira é essa, que os indicadores para a definição do orçamento. O segundo é o seguinte: o Ministério da Justiça, mais o Conselho, mais vários órgãos envolvidos no processamento dos crimes de lavagem de dinheiro, eles têm um documento, nós elaboramos um documento chamado *ENCLA - Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro*, uma das metas do ENCLA para 2004, tenho outras metas para 2005, mas em 2004, nós tínhamos, o Conselho tinha que fazer uma base de dados de processos sobre crimes contra o sistema

financeiro e de lavagem de dinheiro, para acesso restrito para delegados, promotores, procuradores, para as pessoas que trabalham no COAF, nos órgãos envolvidos no processamento desses crimes, e gerar um boletim estatístico. Até hoje eu não consegui gerar o tal boletim estatístico, daqui a pouco eu falo na solução que a gente está dando que vai viabilizar isso. A base de dados está pronta, inauguramos bonito, cumprimos a meta, agora nesse mês eu falei com a informática: “tira do ar que precisa ajeitar, esse daí era só para cumprir a meta junto ao Ministério da Justiça porque está um caos, preciso melhorar a qualidade dessa base de dados”. Nesse momento, se alguém tentar procurar essa base não acha mais, mas vai voltar linda. Bom, também subsídios para definir o número de varas e juízes federais que precisam ampliar a justiça. Foi criada uma comissão, o ministro Ari Paggero, que é o meu chefe, coordenador geral da justiça federal, preside uma comissão para fazer um projeto de lei que defina quantos juízes precisam ser contratados, há um papo aí de 4 mil vagas, não sei o que e tal. Aí nos fizemos um estudo com base... Bom, primeiro eu falei assim: “como é que eu vou saber quantos juízes tem que criar, se eu não sei quanto um juiz tem que julgar?”. Consultamos as Corregedorias e nunca foi definido. Eles controlam a produtividade do juiz, mas existe uma média, os caras que se mantêm ali... eles correm atrás dos caras que estão abaixo daquela média, mas não existe um estudo que fale: “olha, é esse o tanto”. Então começamos a fazer essa pesquisa. Primeiro, tínhamos que separar a produtividade dos juízes e a demanda por nível, criminal, execução fiscal, vara de competência plena, juizado, porque não dá para definir qual a necessidade do número de juízes federais e não pode comparar com nível, com execução fiscal. Nós chegamos a um *dream time* que o seguinte: o juiz do nível de melhor produtividade, julga 87 processos cíveis em média; o juiz de execução, 89; o juiz do juizado especial, tirando São Paulo, porque aqui são outros métodos de julgamento em bloco, 211; vara de competência plena, não lembro, mas, por enquanto a pesquisa ainda não pode ser divulgada, está em apreciação, o meu chefe acha que eu posso perder a função na hora que ela for divulgada. Mas, chegamos à conclusão que precisam ser contratados 640 juizes, para dar conta da demanda que entra, isso é para complementar as varas que só tem um juiz e deveria ter um titular e um substituto e outras que devem ser criadas, o nosso trabalho define quantas de cada tipo de vara. Isso com base no que está entrando agora, aí fala assim: “e a demanda acumulada?”. Bom, a demanda acumulada faça mutirão, porque não podemos pedir para que crie cargos de juiz para cuidar da demanda que acumulou porque o cara não produziu direito, porque ficou sem juiz na vara, porque ele não tinha um sistema de informática adequado, não podemos criar, porque depois que o cara colocar em dia o serviço, vai fazer o quê com ele? Também um exemplo que eu até acho que falei de manhã, a Jolfe (sic) pediu ao Ministério da Justiça para que criasse presídios federais, aí eles perguntaram: “quantos são os apenados?” e a gente: “não sei”. A Defensoria Pública da União solicitou ao TCU

uma auditoria operacional e foram lá na justiça, lá no Conselho saber porquê a justiça federal tem mais recurso para pagar advogado dativo do que todo o orçamento da Defensoria Pública da União. Aí a gente teve que explicar: “porque a gente paga advogado, perito do INSS, tradutor, intérprete, a gente não paga só advogado, além do mais, se a Defensoria estivesse estruturada em todos os lugares, certamente, a justiça federal não precisaria gastar tanto com advogado dativo”. Aí eles perguntaram: “Separe aí. Quanto foi gasto com advogado, perito e tradutor?”. “Não temos”. Processos agrários, o Ministério da Justiça falou que a justiça federal é culpada de não ter acontecido reforma agrária nesse país, aí a justiça para não deixar o problema piorar, porque quando você não tem dado você aceita tudo o que as pessoas falam, aí a justiça começou a especializar varas agrárias, só que a primeira região tinha um sistema que possibilitou saber em quanto tempo saiu o título do executivo. Rapidinho. Demora a desapropriação da terra porque fica o executivo e o dono da terra brigando pelo valor há tempos, não que o judiciário não tenha feito a parte dele. Então, isso são exemplos de necessidades de informação estatística para a função gerencial e do ponto de vista da pesquisa eu não preciso dar exemplo, que já foi amplamente dito aqui e os senhores conhecem melhor. Para responder todas essas demandas já conhecidas e outras que surgem a cada dia, foi criado em 2002 esse grupo de trabalho para definir um sistema, aliás, eles pediram para a gente um caderno, a gente é que não ia perder tempo fazendo uma coisa tão pobre e resolveu fazer um sistema. O Sinejus — Sistema Nacional de Estatística do Judiciário — foi aprovado em outubro de 2004, foi criado um comitê gestor institucionalizando, que eu, o Franklin e o Renato fazemos parte, cada região, cada Tribunal Regional Federal tem um representante. Para que esse sistema? Para padronizar os critérios de apuração, para cumprir as exigências legais da LOMAN — Lei Orgânica da Magistratura, Lei Complementar nº 35 de 14 de março de 1979 —, para fornecer informações e indicadores para tomada de decisões no planejamento, para permitir o acesso público às informações oficiais sobre a justiça, para informar a contribuição da justiça na sociedade (hoje de manhã, eu estava falando que a justiça se transformou em um balcão do INSS, eu não sei se o INSS tem conhecimento da dimensão do problema do mal funcionamento da autarquia causa ao judiciário), e para contribuir para a mensuração e avaliação do desempenho da produtividade dos servidores, juízes. No começo, quando começamos, tínhamos uma orientação, “não confunda o trabalho de divulgar estatística com avaliação de desempenho, isso é papel das Corregedorias”, a gente ficou decepcionado, “não vai servir para avaliar desempenho?”. Hoje não, eles já viram que “que bom que vocês estão fazendo um sistema que vai servir para qualquer coisa, inclusive para dar suporte às Corregedorias”. O que a gente está fazendo para atingir essas finalidades? Primeiro, como eu disse, a padronização do entendimento da linguagem, o que um entende por uma coisa, o que entende por outra. Incrível! Esse glossário que começou com o

sistema de estatística está sendo útil para o sistema judiciário, eu acho que esse dicionário vai ser usado agora na definição de software pelos órgãos de informática, o glossário está adquirindo uma dimensão muito grande, usado pelo povo do treinamento e está virando realmente um dicionário da justiça, e tivemos que padronizar as tabelas de classe, assunto e movimentação processual. Por que? Por que quando nós temos que gerar esse boletim estatístico para atender a esse compromisso do Brasil com o GAFI — Grupo de Ação Financeira Internacional, do G7 —, que tipo de pena está sendo aplicado aos crimes de lavagem de dinheiro, qual o tamanho das multas, de todas essas coisas, nós tivemos que criar um sistema que possibilite a recuperação de informação por assunto. Então, tivemos que padronizar as tabelas de assuntos, nós primeiro somamos, colocamos no computador e colocamos em ordem alfabética todas as tabelas, aí fomos depurando, jogando fora, hierarquizando e hoje, temos uma tabela muito legal. Tivemos que padronizar as classes, porque tinha muita classe processual inventada, decorrente, por exemplo, no juizado não pode entrar com mandado de segurança, mas o advogado entra, a justiça tem que receber, aí a juíza dizia existia classe, mas não mandado de segurança no juizado? Tivemos que criar uma coisa genérica para esses casos. A partir de então, para que não fosse dando ênfase à criatividade, que nunca houvesse uma padronização de classes, nós optamos por trabalhar só com classes que foram criadas pela legislação e não invenções da jurisprudência como recurso. Por que? Porque nós temos que contar as lides e não os processos porque uma lide pode ter dez processos e o que interessa para avaliação de desempenho, é a entrega da ação jurisdicional. Então, se nós trabalharmos com classes, criadas pela legislação a gente foge desse problema, criamos controles paralelos para a produtividade, mas na hora de contar processos em tramitação nós tivemos que diminuir. Bom, alteramos o método de coleta e vamos disponibilizar on-line. A tabela de assuntos está disponível em endereço horrível, mas é porque não é para muita gente encontrar, tem login e senha. Cada pessoa que trabalha na distribuição processual, participou de um curso, primeiro a gente fez um de multiplicadores, no Conselho, para as pessoas aprenderem classificar os feitos pela petição, hoje nós temos um sistema com manual de utilização, FAQ Fórum, que é o sistema gestor da tabela de assuntos, a tabela de classes, que depois, se quiserem, poderemos mostrar, também está entrando nesse sistema. A tabela de assuntos de classe já está implantada, estamos agora numa fase de migração do passivo, mas tudo o que entra há meses já está sendo classificado por essas duas. A de movimentação, estamos concluindo. A de movimentação é necessária para mensurar os tempos, prescrever o por quê. Ah, porque o inquérito chegou na justiça 5 anos depois do fato. Então, esse tipo de coisa, só vai ser possível com a padronização. Bom, as características do sistema: simplicidade, passa a ser acessível por qualquer usuário; funcionalidade em análise estatística; interface gráfica, dados mais detalhados; repositório único de dados no Brasil; possibilidade de análise do conjunto das bases de

todas as seções do judiciário e TRFs; atualizado na WEB e com pesquisa de forma que seja possível, não para todos, mas pelo menos para as pessoas do comitê, gerar os seus relatórios à distância. Módulos do Sinejus: indicadores de prestação, que eu já falei, só ele, até agora, que está aprovado; da arrecadação, que é dívida ativa, custas e todos os dados, também estão aprovados; estamos trabalhando no de penas e condenações e depois temos que fazer esses outros, indicador administrativo, financeiro, orçamentário, recursos humanos, infra-estrutura e qualidade de serviço prestado. Bom, esses aí que eu falei, que estão aprovados. O Franklin vai falar, vai detalhar esses indicadores para vocês, antes eu queria falar só uma coisa, além do sistema de estatística, a padronização das tabelas vai seguir aos seguintes propósitos: seleção de autos para fins de guarda, preservação ou eliminação; certidão unificada, (hoje a pessoa entra na Receita Federal tem uma certidão negativa, na justiça a pessoa tem que correr todos os sites e, em muitos casos ir ao Fórum, o Conselho está implementando, até o mês que vem uma certidão unificada); consulta processual unificada, também estamos trabalhando nisso; *rol* dos culpados unificados, esse já foi inaugurado, não sei se está funcionando bem, no começo começa a ratear, mas foi inaugurado. Então, são vários projetos da justiça, que estão sendo possíveis, graças a padronização de procedimentos, inclusive, como foi dito aqui de manhã, estamos fornecendo à AGU essas tabelas, e como eu disse, o sistema de estatística foi a ponta do iceberg que está viabilizando diversos outros projetos. Agora o Franklin vai falar dos indicadores.

Dr. Franklin Evrard (TRF 3ª Região) — Vamos começar pelos mapas, na verdade esses mapas são só uma representação gráfica, para que as pessoas possam entender, porque eles, na verdade, vão ser uma base dados, que permitirá a obtenção, o cruzamento de muitas informações e obtenção de várias...e o cruzamento de vários dados. Eu vou mostrar para vocês, só esses primeiros quadros, relativos à movimentação processual de primeira instância, os outros são todos muito parecidos e um tanto repetitivos. Então, nós vamos imaginar, inicialmente, como se fosse uma tabela, essa que vocês estão vendo, onde a primeira coluna que está marcado X será ou assunto, ou um rol de assuntos, ou um rol de classes. Para cada assunto, então, nós vamos ter a possibilidade de obter qual é o saldo atual em tramitação, para isso, nós partimos para cada um dos assuntos dos processos remanescentes no início do período, temos várias entradas, que são processos distribuídos, redistribuídos, devolvidos pelos Tribunais Regionais Federais, devolvidos por outros juízos ou tribunais como, por exemplo, do STF. Aí nós temos uma coluna interessante que é a coluna D, que tem uma correspondência também na saída, que são as mudanças de classes, ou mudanças de assunto, se nós estamos na tabela de assunto, mudança de assunto, se estivermos na tabela de classes, mudança de classe. Posteriormente, os processos reativados e outras entradas. Chegamos

então a um total de entradas, da mesma forma nós temos saídas, que são saídas do tipo distribuído, veja que é uma correspondência de redistribuído tanto nas entradas quanto nas saídas, basicamente são movimentações ao contrário das movimentações de entrada, que são os remetidos ao TRF, os remetidos a outros juízos ou tribunal, os arquivados, mudanças de classes ou de assunto, outras saídas, tendo então, um total de saídas. A primeira operação que nós fazemos então é a obtenção de um saldo em tramitação, que basicamente é o saldo anterior, do período anterior, somadas as entradas e subtraídas as saídas. Desse total, nós iremos destacar sempre os processos suspensos, basicamente são os processos, existe na Justiça Federal uma grande quantidade de processos sobre estados, principalmente execuções fiscais, que falseiam o resultado de tramitação, sempre que nós pensamos em tramitação e acrescentamos os processos, essas execuções fiscais em tramitação, nós temos um número muito grande de processos que não demonstram aquilo que está realmente tramitando, por isso nós tiramos, nós colocamos em suspensos, existem outras causas de suspensão temporária do processo, o processo continua tramitando, no entanto, ele não está, de fato, acarretando um serviço para a Vara. Depois, existe uma outra coluna ainda, que são processos que estão aguardando recursos para Tribunais Superiores, essa é uma outra característica que, em princípio, nem precisaria existir, mas é que é uma prática dos tribunais remeterem de volta os processos para primeira instância, para aguardarem a decisão das instâncias superiores, aí sim, nós obteremos um saldo ajustado, é esse saldo ajustado que deve ser considerado quando nós estamos tratando de processos que estão tramitando, de fato, na Vara. Esse quadro ele é montado Vara por Vara Federal, não foi montado por juiz, foi montado por Vara, é claro, de uma forma, correlacionando essa tabela com uma tabela de juízes e uma tabela de produtividade dos juízes, nós podemos determinar qual é a produtividade do juiz. Inicialmente, nós pensamos somente em considerar como a célula inicial da primeira instância à Vara Federal, a soma das Varas Federais, de algumas Varas Federais, de alguma circunscrição ou de uma subseção forma um outro conjunto e, finalmente, a soma de todas as subseções, nós temos o valor para a seção judiciária. É interessante a gente observar que nós temos, hoje, cerca de 800 assuntos, então nós teríamos, no fundo, uma tabela com 800 linhas, mais as classes, que são cerca de 300, então nós faríamos a combinação disso. É claro que essa é uma representação puramente esquemática, porque para obter uma informação real nós precisaríamos ter esse conjunto, que não há maneira prática de alguém fazer uma análise. Como vai funcionar? Nós chamamos de atividade aquilo que é uma produção do magistrado, basicamente. Colocamos então o total de sentenças sem mérito, o total de sentenças com mérito, o total de sentenças, os embargos de declaração e decisões interlocutórias. O que seriam sentenças sem méritos, sentença com mérito e sentença com mérito repetitivo? Isso daí não é nada mais, nada menos do que está no Código e uma consequência muito interessante desse quadro

foi que, após a publicação da resolução aprovando o Sinejus, esse assunto foi levado ao Colégio de Corregedores que considerou que essa definição é muito pobre, o que aliás a gente já sabia, a gente achava também que era uma definição muito pobre classificando a sentença só nesses três grupos e eles estão propondo um aumento considerável de tipos de sentença, o que vai tornar a nossa estatística muito melhor e, agora, com uma nova definição, com uma definição feita pelos próprios magistrados. Eu fiquei muito satisfeito com isso, ao invés de ter ficado chateado porque eles fizeram um acréscimo, mas não, há algo que vem acrescentar e aperfeiçoar o nosso sistema. Bom, se a gente for ver os restantes quadros, eles são muito parecidos com todos esses quadros e eles, basicamente, irão gerar uma quantidade de dados, que a gente inicialmente pensa em ter uma periodicidade mensal, esses dados todos irão ser disponibilizados. Aí já falando da parte de tecnologia, eles vão estar disponibilizados por cada um dos tribunais em um servidor, desse servidor o Conselho de Justiça vai importar todos os dados para o servidor em Brasília e todos esses dados estarão lá, inicialmente dados mensais, e constituirão uma *Dataware house*, onde poderão ser feitas então investigações, pesquisas, pela utilização não só de softwares que façam isso, como softwares estatísticos. Este quadro mostra como vai ser feita a busca desses dados, a recepção em Brasília e a montagem do banco de dados. Nós vimos então, o primeiro conjunto de indicadores, que são os indicadores da prestação jurisdicional. Nesse módulo, a segunda parte, são outros indicadores de prestação jurisdicional. Como dava para ver, a gente só tem lá, quantidades em um determinado período, que aconteceu num determinado período, então faltam ainda indicadores de tempo, basicamente, nesses indicadores de tempo, a gente vai ter uma outra idéia a respeito de como funciona a Justiça Federal. O primeiro conjunto de indicadores é o de tempo médio, então, o primeiro é entre o protocolo e a distribuição de processos no primeiro e segundo grau; o segundo é entre a distribuição e a sentença de primeiro grau, todos esses indicadores por classe ou por assunto; depois, o terceiro indicador é o tempo médio entre a distribuição no Tribunal e o julgamento de mérito, na verdade, é a mesma coisa do primeiro grau. Eu acho que aqui vale a pena a gente definir para vocês o que a gente está considerando o julgamento de mérito, ele pode ser o julgamento propriamente dito no Tribunal, ou a decisão monocrática terminativa. Hoje, no nosso Tribunal, a gente pode considerar que se nós tivermos 100 sentenças sem julgamentos, nós teremos, proporcionalmente 70 decisões monocráticas, tornou-se um método muito importante de decisão. Eu acho que é uma tendência até de que a gente tenha com as novas súmulas, com decisões jurisprudenciais, que a gente tenha um número cada vez maior de decisões monocráticas e por isso que nós consideramos que é importante que a gente considere o julgamento de mérito e não somente o julgamento em seção. O quarto indicador é o tempo entre a interposição de recursos incidentais e o seu julgamento; o quinto, entre a distribuição em primeiro grau e a remessa ao TRF;

o sexto, entre a distribuição no segundo grau e a remessa aos Tribunais Superiores; o sétimo, entre a remessa aos Tribunais Superiores e o retorno ao TRF, nós estamos medindo aí o tempo que o processo fica nos Tribunais Superiores; e, por fim, entre a distribuição e o arquivamento definitivo no juízo de origem, então, nós teríamos o tempo inteirinho entre, por exemplo, um processo distribuído na primeira instância, até que ele vai e que ele volte e, como a Neide estava falando, a regra, agora, é que todos os processos de execução, o processo de conhecimento, ao final, ele tem a sua classe mudada para o processo de execução, o arquivamento então, vai ser o tempo entre o início da lide e o seu término definitivo. É um número muito interessante esse. Depois, um outro índice complementar e a idade média do acervo dos processos ainda não julgados, porque, dá para a gente entender que se alguém pegar e julgar todos os processos novos, chegou julgou, chegou julgou, o tempo entre a distribuição e o julgamento vai ser extremamente pequeno, em compensação vai ficar um acervo monstruoso antigo. É importante que todos esses dados sejam disponíveis para que se tenha uma real avaliação do desempenho do judiciário. Em seguida, taxa porcentual de julgamento de processos, aí considerando o julgado sobre o total a julgar, que são os processos não julgados nos processos remanescentes do período, menos os suspensos e mais os distribuídos, ou seja, aquilo lá é a tramitação ajustada. Outro indicador, tempo médio de vistas para o MP. Relação porcentual entre processos julgados e distribuídos, número médio de recursos por processo, número total de partes, número médio de partes por processo e o número de processos por entidade. Esse último é muito específico da Justiça Federal, é claro que, os outros todos, podem ser estendidos para qualquer tipo de justiça, eles são indicadores gerais, mas esse último indicador é muito próprio da Justiça Federal, onde nossas grandes entidades são a Fazenda Nacional, o INSS e a Caixa Econômica, os outros são de expressão bem menor, o grosso mesmo do nosso serviço está relacionado ao INSS. Bom, além desses indicadores, que já foram definidos, nós temos os indicadores próximos, que como a Neide já disse, nós estamos trabalhando agora nos indicadores relativos a condenações e penas, ou seja, são somente relativos às ações criminais, existe um grande enfoque aí de nós determinarmos prescrição, dados relativos à prescrição de crimes. Bom, eu tenho impressão que já apresentei tudo e eu passo a palavra para a Luciana. Obrigado.

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — Obrigada Franklin, eu passo a palavra agora para a senhora Maria Zelinda Paschoalik, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Dra. Maria Zelinda Paschoalik (TJ/SP) — Boa tarde a todos! Peço perdão por não ter podido estar aqui no período da manhã. Eu sou coordenadora do grupo de controle do movimento judiciário de primeira instância, do Tribunal de Justiça, e a nossa realidade não é, de forma alguma, diversa da

realidade da Justiça Federal. Encontramos os mesmos problemas. À frente deste grupo de trabalho, desde 1992, o primeiro ponto que tivemos que enfrentar, também foi a uniformização da informação fornecida pelas bases, pelas unidades judiciárias do estado. Optamos, diante de uma realidade de absoluta penúria tecnológica, por uma captação de informação globalizada mensal, que permitisse atender dois objetivos: um a captação efetiva dos dados e a outra, um acompanhamento no que se refere aos processos com maior morosidade na prestação jurisdicional, ou seja, aqueles processos que acabam excedendo o prazo legal de prestação jurisdicional, em poder dos magistrados do estado. Então, nós criamos um sistema que buscava atender a esses dois objetivos e também permitindo ao magistrado fornecer um relatório específico, onde constam todos os processos, uma fotografia da situação no último dia do mês, qual a data que o juiz recebeu o processo, a situação que o processo se encontra e a produtividade em si, daquela unidade judiciária. A prestação da informação é sempre globalizada, mensalmente, porque nós temos já implantado no estado de São Paulo classes de distribuição na origem, o que nos é fornecido anualmente, o todo por classe de distribuição de cada uma das unidades. Então nós fazemos um comparativo entre o número globalizado e aquele número mais específico, por tipologia de processo. Fazemos dentro desse levantamento também, a distinção e a exclusão dos processos que se encontram suspensos e que permanecem em andamento, assim como agora, a partir desse ano, nós estamos diferenciando na decisão do magistrado, aquela do processo em fase de conhecimento, terminando com a fase de conhecimento do processo com a apreciação ou sem a apreciação do mérito, daquela do processo em fase de execução. Disponibilizamos esses dados na Internet, na medida do possível, porque a experiência tem nos mostrado que existe por parte da justiça o crescimento da vontade do oferecimento desta informação, há também uma resistência baseada em corporativismo, em um ficar vigiando a vida do outro, o que dificulta, você tem que ter um jogo de cintura de qual informação você vai poder disponibilizar ou não, de forma tal a você não criar uma oposição tão forte ao trabalho, a ponto de algum momento emperrar a coleta de dados. Então no nosso site nós temos, os senhores têm a possibilidade de, acessando o site do Tribunal da Justiça, localizarem a composição jurisdicional do estado e verificarem a relação, número de processos em andamento, número de processos distribuídos, processos novos, nascidos naquele mês, e população, seja população civil, inclusive número de eleitores também, que são os dois parâmetros que a gente, o tempo todo, trabalha com eles. Os nossos estudos nos remetem a uma diferença grande entre o tempo de prestação jurisdicional em primeira instância e a mesma prestação em segunda instância. Se observarmos os números, em São Paulo, na cidade de São Paulo, uma ação iniciada tem, em média, uma decisão em primeira instância, tem oito meses, no máximo, todavia, em segunda instância, um recurso para distribuição, tem bem mais do que isso de espera, depende, é por volta de

dois anos a média, é na ordem, é exatamente isso, esse dado não é confidencial, esse dado é conhecido. A minha competência é de primeira instância, então eu prefiro me abster de fazer julgamentos sobre segunda instância, a vez que não a acompanho, porque a segunda instância não é apenas a segunda instância estadual, o processo pode estar também em segunda instância em esfera federal. O que nós fazemos é identificar dentro do andamento, o rol de processos que estão aguardando essa decisão e permanecem, por conseguinte, computados como processos em andamento, porque eles não podem terminar. Na parte criminal nós temos a distinção clara dos processos criminais em si e dos processos de acompanhamento da pena, os processos de execução criminal, até porque São Paulo vem se especializando: Varas cada vez mais especializadas nesse assunto de execuções criminais, em função de uma política de distribuição dos presídios, concentrados em determinadas regiões, o que vem permitindo essa especialização. Vamos agora implementar a informatização do estado de São Paulo, o que nos dará uma celeridade, seja na captação da informação, seja na produção dos relatórios sobre os dados captados, porque hoje, ainda, em função da inexistência de uma interligação entre todas as unidades judiciárias do estado, estas informações são recebidas em papel, objetivamente, elas não são virtuais, conseguimos cumprir um relativo prazo, por volta sempre do dia 20, os dados estão disponíveis, publicados, referentes ao mês imediatamente anterior, por exemplo, hoje está sendo fechado o mês de fevereiro, entre amanhã, ou depois, ele deverá estar disponibilizado na Internet, assim como, por volta de 20 de fevereiro, colocamos os dados de janeiro. Este ano, o projeto da presidência do Tribunal de Justiça, é que até o final deste ano, pelo menos, 80% das unidades judiciárias estejam interligadas, utilizando uma mesma interface de processos, de cadastramento e acompanhamento de processos, isso fará com que nós tenhamos outras possibilidades de indicadores de produtividade, porque poderemos captar pelo próprio processamento do feito, da unidade originária, informações estatísticas. No mais, estou aberta a qualquer informação que os senhores desejem.

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — Muito obrigada, Maria Zelinda! Eu passo a palavra para a promotora Tatiana Bicudo, do Ministério Público de São Paulo.

Dra. Tatiana Bicudo (MP/SP) — Boa tarde a todos! Gostaria de agradecer o convite que me foi formulado. Observando as falas anteriores, tanto da Luciana, como da professora Maria Tereza, sobre a falta de dados disponíveis no Ministério Público, ficou para mim uma questão bem clara, que é a falta de transparência e de sistematização dos dados existentes no Ministério Público. A pergunta que eu tenho é: quais os dados que nós temos hoje lá, que eu gostaria de falar um pouco sobre isso, e quais os dados que nós queremos produzir e de que forma. Hoje, sistematizado com

relatórios, nós temos os dados da Corregedoria do Ministério Público, que são dados tais como do judiciário, mensais, onde há entradas separadas dos feitos criminais e dos feitos civis e com todas as peculiaridades de cada área. São dados que não podem ser desdobrados por caso a caso, eu sei só quantitativamente qual o número de feitos que eu tenho por promotor, mas eu não consigo abrir para o processo. Essa é uma forma que hoje nós temos. A grande preocupação que tem surgido em nível da administração do Ministério Público, é com a questão de planejamento. Depois da Constituição de 1988, o Ministério Público assumiu inúmeras atribuições que não lhe eram cabíveis, e nós deixamos de ter aquela correlação que sempre foi feita para organizar o Ministério Público estadual, de um juiz, um promotor, uma Comarca cria um novo cargo de juiz, então você tem que ter um promotor atrelado a ele. Hoje nós temos, inúmeras outras atribuições e o recurso humano e orçamentário escasso, então não dá para abrir um concurso atrás do outro, para suprir as vagas. Daí a preocupação institucional em se planejar melhor e conhecer melhor os indicadores sociais para organizar os recursos humanos e materiais, daí a intenção do procurador geral para planejar institucionalmente o Ministério Público de São Paulo, dos indicadores, tanto que o Seade nos irá fornecer. O que a população espera do Ministério Público, quais as metas que a população do estado de São Paulo quer para o Ministério Público. Essa, hoje, é uma necessidade de agregar indicadores sociais às diversas áreas de atuação do Ministério Público para planejar melhor o Ministério Público na questão administrativa. Uma outra pergunta, para quê queremos os dados, são dos operadores próprios do Ministério Público, ou seja, eu como promotora criminal quero um dado sistematizado, de tal forma que eu consiga consultar uma base de dados e saber que aquele réu já foi processado inúmeras vezes por outros feitos, que ele já teve entrada na Vara da Infância e Juventude, que as testemunhas que eles fornecem nesse processo foram fornecidas por outra pessoa que ele não diz conhecer em outro processo, fazer um cruzamento de dados. Então, a busca pela sistematização da informação, esse é um requisito de quem opera com o processo criminal, eu falo da área criminal porque é a minha área, mas em tantas outras áreas, o interesse é o mesmo. Nesse sentido, há sete anos, vem sendo criado e há uma necessidade de se implementar ainda, o que a gente denominou de sistema de movimentação de autos. Inicialmente, eram inseridas várias categorias que tratavam a informação não só quantitativamente, mas qualitativamente. Esse sistema de movimentação de autos, por hora, só está implementado na Grande São Paulo, na área criminal, algumas áreas cíveis estão começando a ser implementado e em Campinas, no mais do estado, ainda não há essa implementação, você continua apenas com o dado da Corregedoria do Ministério Público. Contudo, esse sistema de movimentação de autos também tem se demonstrado um pouco pesado, então, agora, nós estamos partindo para uma segunda fase, na tentativa de cruzamento e no que podemos melhorar esse sistema. Na questão dos grupos de atuação especial do Ministério

Público, um exemplo de banco de dados que tem, efetivamente, um grande valor é um exemplo do GAERPA — Grupo de Atuação Especial de Repressão e Prevenção aos Crimes Previstos na Lei Antitóxicos —, que foi um grupo criado para a repressão ao tráfico de entorpecentes, ainda na gestão Marrei, 1998, e que tem um banco de dados bastante competente. Aí entra uma segunda questão, a cultura do promotor, se o promotor quer dados, ele quer que chegue até ele, ele não quer ter o trabalho de ele ter que pesquisar dados, então essa é uma segunda dificuldade que nós encontramos, que é como passar o dado ao promotor de forma mais fácil, porque se esperar que ele saia de toda a pilha dele para consultar um banco de dados ele também não fará. Então passa por uma questão de mudança de cultura do profissional. O que se tem notado a respeito dessa questão dos dados? É uma falta de comunicação interna porque, fora o SMA — Sistema de Movimentação de Autos —, cada promotoria vem sistematizando os seus dados, mas cada um com uma linguagem, hoje se tenta uniformizar essa linguagem, padronizar a linguagem, de forma que o estado inteiro trabalhe com a mesma linguagem e que um banco de dados se interligue com o outro. O que eu coloquei na parte da manhã, que é um problema que nós temos, é a comunicação externa, os dados externos, produzidos pelo próprio governo do estado de São Paulo. Estes dados não nos chegam de forma fácil, só através de ofício e aí também é aquela cultura de que informação é poder, logo, eu não quero disponibilizar a minha informação e também não quero ninguém me fiscalizando, esse é um problema. Tem havido, no aspecto político institucional, um trabalho, no sentido de se conectar as várias secretarias ao Ministério Público e de nós também sermos transparentes a ele. Ainda, relativo a essa questão, nós temos, em primeira instância, todas as peças criminais, sendo arquivadas eletronicamente e em segunda instância também, mas a segunda instância ela só é visível por ela mesma, ela não abre a visibilidade para outros, nem promotores, quanto mais socialmente falando. Esse também é um gargalo que nós estamos tentando no nosso trabalho, no nosso setor, eu e o Guaracy, superar, ou seja, abriremos essa base de dados para consulta, afinal se a peça é colocada no processo, ou ela está sob sigilo, ou ela é pública e aí pode permitir a consulta. Dessa maneira, havendo abertura dessas peças, eu consigo, além de uma pesquisa, no final, ver um processo, que tipo de processo que é, que tipo de réu é, conseguir agregar à peça processual, para ter uma outra forma de pesquisa, que não se limite só em conhecer o número de processo, mas ter que ir até o processo para conhecer a denúncia, o arquivamento, enfim. Também, uma outra intenção do procurador é a produção de estatísticas, de fato, as estatísticas do Ministério Público elas são produzidas internamente e não são abertas, nós estamos tentando fazer com que essa estatística seja melhorada, não só com os dados da Corregedoria, mais do SMA e dos outros arquivos de promotorias e para que ela passe também a ser aberta ao público, para um próprio controle de eficiência e, quando eu digo isso, pela própria entrada da polícia no caso criminal, às vezes eu tenho

uma entrada no SMA, como roubo e extorsão e aquele caso vai ser denunciado como tentativa de furto, então eu tenho um registro que a polícia civil está nos apresentando, que não é um registro que vai entrar numa autuação processual, ou seja, com isso eu consigo, de certa forma, controlar o que a polícia vem produzindo, o que o Ministério Público vem produzindo e no final que tipo de condenação ou de absolvição eu vou ter. Hoje eu não tenho minimamente esse controle. A transformação do SMA, de recuperar o dado e dar a nova entrada, sem perder a primeira entrada, porque, hoje, se eu der uma nova entrada no sistema ele apaga o anterior, então, aí, eu vou poder comparar a produção estatística da polícia, com a do Ministério Público e o processo final, que hoje eu não tenho. É claro, isso dá um controle de eficiência do órgão do Ministério Público. Ele está conseguindo condenar o tanto que ele denuncia, ele não está conseguindo, qual que é o problema? Ele está arquivando muito uma questão específica, não está, qual é o problema? O que hoje nós não temos um controle. Agora, o que me preocupa um pouco na fala dessa questão também de eficiência e de produtividade é exatamente em que medida você vai avaliar isso, porque há processos complicadíssimos que se o Ministério Público ele tem uma maleabilidade de você formar grupos especiais de autuação, sem que eu tenha que mudar a estrutura do Ministério Público, o judiciário não tem, então eu formo isso, eu digo com um dado de realidade que foi meu, nós tivemos um grupo de atuação em licitações fraudulentas, com desvio de 150 milhões de dólares do erário público e nós conseguimos produzir a prova, mas cada processo, foram mais de cem processos, cada processo caía com um juiz em uma Vara, que a hora que ele via um processo de oito volumes na mesa dele, ele ia preferir sentenciar furto, estelionato e roubo, porque constava na estatística dele tantas mais sentenças, porque para se debruçar num processo deste, no mínimo, ele precisaria de 15 dias, sem fazer nenhuma audiência. Isso me preocupa porque que tipo também de produtividade nós vamos controlar. Quem é mais eficiente? Aquele que consegue recuperar algum tipo de dano erário ou aquele que vai dar estatística no final do mês? Então, essa é a minha preocupação. Eu queria falar isso, eu acho que o Guaracy, que trabalha no setor, eu acho que ele tem algumas complementações a fazer. Muito obrigada.

Profa. Luciana G. Cunha (Direito GV) — Eu passo a palavra então ao Guaracy.

Dr. Guaracy Mingardi (MP/SP) — Bom, eu vou falar para vocês de uma coisa simples, um projeto que nós instituímos dentro do Ministério Público nesse sistema, que a Tatiana falou, que é o SMA, para nós tentarmos ver a possibilidade de criarmos um banco de dados qualitativo, dentro do Ministério Público. Que banco de dados qualitativos é esse? É um banco baseado, mais ou menos, num modelo americano, qualquer coisa desse estilo, que trata de crimes violentos e prisão, tentativa

de você pegar o pessoal que comete crimes violentos. Tem um parecido no Canadá também, que é um Sistema de Análise e qualquer coisa assim, que também trabalha com isso, é um programa só para crimes violentos. Então, o que nós fizemos? Aproveitamos a estrutura existente do SMA, para colocarmos alguns dados a mais, que permitisse mudar a qualidade do trabalho do Ministério Público, das denúncias de homicídio, na verdade era isso. Por que o homicídio? Bom, além do motivo óbvio, que homicídio é o crime mais grave, tem gente que acha que não, além disso, nós temos uma questão muito simples, em 1979, segundo os dados da Secretaria de Saúde, que estão subestimados, nós tivemos 11.940 pessoas mortas por homicídio no Brasil, em 2000 nós tivemos 45.000 e uns quebrados. Aumentou mais de três vezes, no período de 20, 21 anos. No caso de São Paulo, no ano 2000 nós tivemos 6.764 homicídio, quase 15% do total, segundo os dados da Secretaria de Saúde ainda, dos mortos no Brasil, quando nós temos 5% da população, estou falando de São Paulo, capital, mais ou menos 5,5% da população. Agora, só para continuar um pouquinho nos números, o Renato (SEADE), por exemplo, adora numerologia, nós temos dois números completamente diferentes aqui no estado de homicídios, os números da Secretaria de Segurança e os números da Secretaria de Saúde, vou manter esse mesmo ano de 2000, para a gente ter uma idéia, a Secretaria de Saúde registrou esses 6.764 homicídios e a Secretaria de Segurança 5.300 e pouco, 26% a menos. Então, nós não sabemos nem o tamanho da encrenca. Você tem algumas coisas que todos sabem e motivam essa confusão de números: primeiro, a Secretaria de Saúde conta corpos, pessoas mortas, é atestado de óbito, Segurança Pública conta casos, então se você tiver um homicídio quádruplo, para a Segurança Pública conta 1, morreram 5 pessoas mas conta uma pessoa só, um caso só, porque a contagem é por boletim de ocorrência, o que dá outra distorção. Quando no boletim de ocorrência se é tentativa de homicídio, se o sujeito depois morrer no hospital, vai continuar a estatística como tentativa de homicídio. Então, você tem uma série de distorções que fazem com que você não consiga nem entender direito o problema. Agora, os pesquisadores que trabalham com isso, ao contrário do que se propaga muito na imprensa, tem uma visão diferente sobre a questão do homicídio aqui, por exemplo, uma das questões básicas, que aparecem em todas as pesquisas sobre homicídios, é que a causa dos homicídios são questões pessoais, todas as pesquisas indicam isso, nenhuma difere nisso, o tráfico de drogas é responsável por menos de 1/5 dos homicídios na capital, porque o que é homicídio praticado pelo tráfico? Quando o traficante mata alguém, ou manda matar, por uma questão de negócios, se alguém mexeu com a mulher dele, ele mata o sujeito, isso não é crime de tráfico, é questão pessoal. Tem outras coisas com relação às áreas, concentração de homicídios, que é na periferia da cidade, nesses são os locais com maior ausência do Estado, que tem muita falta de controles sociais; o sexo de maior parte das vítimas, 90% das vítimas e dos matadores são homens; o local é via pública, as pessoas morrem nas ruas,

depois nas residências, em terceiro lugar o bar ou algum estabelecimento comercial do gênero; o horário do homicídio é normalmente, entre 20h e 24h, é o horário de maior concentração; classes social, os homicídios são crimes praticados por intraclases, não entre classes, não é o pobre matando o rico ou o rico matando o pobre, normalmente você mata o seu vizinho, pessoa com quem você convive, pessoas da mesma classe social. Escapam disso os latrocínios, o sujeito vai roubar alguém, acaba matando, mas o latrocínio nunca passa de 5% do total de homicídios, se passa é algumas poucas vezes só. Outro consenso entre os pesquisadores é a arma, nós temos quatro pesquisas que detalham mais o homicídio na capital, é que a arma, na maior parte dos homicídios são armas de fogo, isso já virou senso comum. Bom, ocorre que, uma coisa que normalmente não se diz, é que na capital você está com um índice de esclarecimento de 20% dos homicídios, um em cada cinco homicídios alguém chega em julgamento. O pessoal pode chiar, eu tenho vários amigos do departamento de homicídios, eles falam: “não, nós temos aqui um índice de esclarecimento de 40%”, depende, porque uma coisa é o que o departamento de homicídios resolve e outra coisa é o que a polícia resolve, como um todo, mesmo no departamento de homicídios muitos esclarecimentos são assim: “foi o Zezinho da rua B”. Mas quem é o Zezinho? Vamos denunciar o Zezinho da rua B, nós devemos ter umas 2.500 ruas B aqui em São Paulo, então vamos denunciar ele. Então esse tipo não funciona, esse tipo de esclarecimento não resolve, não vai levar ninguém para o Tribunal. Só uma coisa, o nosso esclarecimento é metade do que o da Argentina, não estamos falando da Europa, Londres eu já vi estatística de 78%, 79% de esclarecimento em Londres, não estamos falando disso, estamos falando da Argentina. Quais são os motivos? Não preservação de local de crime, falta de banco de dados, ausência de perícia, falta de equipamentos modernos para análise, uma série de coisas técnicas que fazem com que essa investigação não ande. Agora, ocorre que no mundo, principalmente na Europa, nos Estados Unidos, houve uma mudança muito grande no patamar de investigação de homicídios. Década de 80, você teve uma mudança, não foi de escala, foi uma mudança de padrão na investigação, primeiro que você criou as novas tecnologias, como DNA e outras coisas que são mais ou menos badaladas, e outra é uma questão metodológica, você começou a trabalhar o homicídio de uma forma mais sistemática. Por exemplo, tem uma série de coisas que eu aprendi no curso de Arqueologia que eu fiz na USP, ainda 20 e poucos anos atrás, de olhar o local, estudar o local, aqueles métodos foram incorporados na investigação de homicídios, de 20, 25 anos para cá. Algumas dessas coisas, tanto metodológica, como técnicas, não chegaram aqui no Brasil da forma como deveriam chegar, chegou assim, tem uma delegacia que faz, outra não faz, nunca é uma coisa sistemática, uma coisa que envolve toda a polícia. O motivo maior disso é que nós temos um número, nós temos uma polícia excepcionalmente burocratizada, talvez, inclusive, pelo tamanho dela, uma polícia muito burocratizada, as mudanças demoram para

chegar. Você tem outros motivos, o número de homicídios aumentou muito mais que o número de funcionários, você tem uma resistência institucional e algumas mudanças necessárias. Bom, isso aí são os motivos porque nós fomos trabalhar com homicídios porque o banco de dados de homicídios não existia ainda no Ministério Público. A única coisa que tinha na área criminal era criminal *stricto sensu*, na Barra Funda, todas as Varas da Barra Funda, todas as promotorias lá estavam inseridas no SMA, as Varas do Júri não, as Promotorias do Júri não, são cinco na capital. Então, a proposta que eu fiz para o Dr. Luiz Antônio Guimarães Marrey, Procurador Geral do Estado, quando ele chamou para trabalhar a questão do SMA, o antigo procurador geral, foi de a gente implementar nessas quatro, nessas cinco promotorias, acabamos conseguindo só em quatro delas, porque uma teve a mudança, que mudou fisicamente do Fórum de Pinheiros para a Barra Funda, tal, então não deu para você fazer lá no período. Como nós implementamos isso? Fizemos um acordo entre o Ilanud — Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquente —, que é um instituto da ONU que estuda crime e polícia, o Ministério Público e o Ministério da Justiça, que pagou durante seis meses uns estagiários, para colocarem dados lá, porque não havia funcionários suficientes para colocar os novos dados, essa é a questão. Então, aquilo foi um tentativa de você colocar os dados, trazendo os estagiários de fora, e ver se aquilo funciona, você faz uma força institucional para que a coisa continue. Bom, nós conseguimos cadastrar 8.275 documentos, inquéritos e processos, desses todos, apenas 525 não se referiam a homicídio ou tentativa de homicídio, que são outros casos que vão parar no Júri. Agora, o grau de inclusão de cada um desses, de informação de cada um desses casos, variou muito e essa é a nossa grande questão, nosso grande problema. Mas antes disso, se eu conseguir localizar, vou só dar uma idéia do que nós estamos tentando coletar mais, semear uma série de coisas: que distrito, hora, endereço da ocorrência, uma série de informações, mas fora isso nós colocamos uma: tipo de local, se é via pública, residência; motivo do homicídio; uma série de dados sobre os participantes, tanto do lado do autor, da vítima, de testemunhas, uma série de dados; e aquelas coisas comuns como nome, endereço; características físicas, se já tem envolvimento criminal, ou não. Porque muitas vezes interessa saber não só se o autor tem, mas se a vítima tem envolvimento criminal, se teve envolvimento com drogas, se integrou alguma quadrilha; arma usada; calibre da arma, se foi arma de fogo, calibre; se houve desova, ou seja, se você removeu o corpo depois da morte; posição do corpo; local dos ferimentos; por aí a fora. Então, nós fizemos um banco de dados com essas várias coisas. O que aconteceu? Primeiro de tudo, nós não conseguimos incluir metade dos dados, porque como você não tinha gente suficiente para pôr os dados primários, então, o estagiário acabava colocando os dados primários, ou seja, local, hora, isso e aquilo, manifestação do promotor e não conseguia colocar boa parte dos dados que eram de interesse da pesquisa. Um motivo básico foi

falta de gente, depois a gente vai elaborar um pouco mais isso, agora, cada promotoria seguiu o seu esquema para coleta de dados. Na Zona Leste eles nem quiseram estagiário, eles falaram: “com o nosso pessoal aqui a gente resolve”. Eles fizeram, fizeram uma coisa “meia boca”, não foi a oitava maravilha, mas eles não precisaram de estagiários, nós colocamos os estagiários em outros locais, subestimamos o número de estagiários que nós precisaríamos, foi um erro meu. Agora, um primeiro problema, a desconfiança natural do promotor, eu não quero esse sujeito mexendo do meu inquérito no meu processo, é meu inquérito. Essa é uma questão básica, ninguém quer alguém mexendo, porque aquilo é dele e ele não é funcionário, ele é estagiário, então, isso demorou um tempo para ser vencida essa resistência, porque primeiro o promotor fala: “não, primeiro eu vejo o que é para pôr, depois o estagiário só digita”. Quando que um promotor vai ficar vendo caso por caso aquilo lá? Não vai. Segundo, o preenchimento, que é um problema que tem a ver com o preenchimento dos campos e do manuseio, é que inquéritos, processos são a coisa mais confusa que tem. Não sei se isso funciona em todo lugar assim, mas essa hora de você ir agregando documento na ordem de chegada, ou se tem um pedido de laudo aqui, o laudo aparece dali 150 folhas. Para alguém que está usando aquilo para retirar o dado que vai ser inserido, isso vai ser um inferno. Então, às vezes você pega um inquérito no começo, 50, 60 folhas, você não tem informação. Então você só põe hora, local, não tem nada, nenhum laudo, nem nada. Quando você pega um inquérito que já vem com muita coisa, você tem três ou quatro volumes, aí é a mesma coisa do que não ter nada, porque você não acha nada. Outro problema que está relacionado a isso é o tempo que um inquérito, principalmente, passa na promotoria, que é relativamente pequeno. Então, você, nesse período de tempo, você tem que receber, cadastrar a entrada, a leitura do promotor, a manifestação do promotor, inclusão das novas informações e o cadastro de saída, muitas vezes o tempo não dá, então a coisa fica “meia boca” de novo. Bom, nós concluímos o teste no final de 2004, teve algumas constatações numéricas. Só para aperitivo: seguindo a tendência que a gente nota na maior parte das pesquisas, 86% dos casos, que nós pegamos, foi com arma de fogo. Agora, normalmente, uma coisa que não se noticia na televisão, mas todo o mundo que é do meio sabe, a maioria dos homicídios praticados com arma de fogo são com 38, “três oitão”, não tem nada de arma importada, aquelas coisas que você vê em briga de gangue, é aquela que você compra por R\$ 150,00 numa “boca” qualquer, 55% dos homicídios são com 38 e 20% com 380, que é outra que você compra também com facilidade. A probabilidade de um homem ser morto com uma arma de fogo é maior do que o da mulher, o homem é 88%, a mulher 72%. Agora, ferimento à faca é muito parecido, mas instrumentos casuais, esganadura, espancamentos, a probabilidade de a mulher ser morta é muito maior, 14% dos casos, contra 3,5%, o que vem ao encontro da idéia de que muitos desses homicídios são aqueles homicídios domésticos, ou briga de casal, qualquer coisa assim, que o

sujeito mata na hora, não que ele tenha se preparado para isso. Bom, confirmou a questão da via pública, mortes em residência, bar. Uma outra constatação, as vítimas brancas são 57% do total, mas os indiciados brancos são 50% do total, então aí tem várias interpretações que você pode fazer: ou você procura embranquecer a vítima, ou enegrecer o autor, ou então, simplesmente, está certo isso aqui, mas não dá para saber. Como aqui a gente pode encontrar três documentos do indivíduo, cada um com um, ele pode ser branco, preto e pardo em três documentos diferentes, o mesmo indivíduo. A maior parte dos ferimentos, é um detalhe mais técnico, são golpes de frente para a vítima e a maior parte, como era de se esperar, no tronco e na cabeça. Bom, resultados na identificação de criminosos: nós fizemos um teste, aliás, vários testes, mas antes de falar dos testes, vamos falar dos problemas. Problema maior: falha na digitação, isso ocorreu aos montes, principalmente no início, você tem que procurar, achar a informação adequada e digitar, muitas vezes aquela informação provisória, ou seja, o estagiário, o funcionário do MP, digita o que está no BO e depois chega um laudo que contradiz o BO e ele não chegou a ler aquilo, isso aconteceu muito no início; depois, estrutura inadequada, questão do número pequeno de funcionários e o fato de nós termos feito isso no júri, onde não havia a cultura ainda de inserir dados no SMA. Tem alguns problemas políticos institucionais: primeiro – falta de acordo com o judiciário, um dos grandes problemas, a idéia que acontece nas Varas criminais é que o SMA seria o livro de carga, ou seja, a transmissão daquilo não teria que assinar no livrão, só que quando nós fizemos no júri, em alguns locais, em algumas Varas do Júri, simplesmente não se aceitava isso, então você tinha que digitar, então, conferia ali e depois conferia de novo no livrão, caso a caso, o que são coisas burocráticas; segundo – convencimento de alguns setores do Ministério Público, que a Dra. Tatiana já falou, haviam muitos promotores que achavam: “O que acontece? O senhor está colocando isso aqui, quando, na verdade, o senhor está tentando controlar o meu serviço. O dado que vai ser produzido aqui, na verdade, só vai servir para a Corregedoria tomar conta de mim.”, então você tem essa resistência de um ou outro, agora, se você tem uma promotoria de um ou seis promotores e um ou dois ficam assim, é complicado para você implantar a coisa; e você tem os problemas específicos do objeto – boa parte dos dados, por exemplo, de motivo, você não tem ali, porque o índice de esclarecimento de homicídios é muito baixo mesmo; a segunda coisa é que mesmo quando é esclarecido, você não encontra no inquérito motivo, na maior parte das vezes você não tem motivo, X matou Y sabe-se Deus porquê, não está no relatório do delegado, não está na denúncia do promotor, então fica por isso mesmo, também porque muitos dos inquéritos que nós pegamos duas promotorias, os inquéritos era inquéritos recentes, trabalhamos quatro meses nessas promotorias, então, na verdade, o inquérito nem conseguiu voltar com os dados que importavam; outro motivo, que eu acho que é um dos principais aí, da recuperação dos dados. Todo mundo faz banco de dados

para ter o dado, só que você não insere ferramentas para recuperação inteligente do dado, então dá para recuperar os dados, não é como se você usasse Acces, um desses programinhas simples, você tem uma dificuldade tremenda para recuperar o dado, inclusive porque ele é muito complexo, é muito disperso, você tem que ter uma ferramenta muito boa para poder recuperar o dado da forma que você pretende, se não, não dá. Aqui eu coloquei só um dos testes que nós fizemos, que é um caso conhecido, dos mendigos da cidade de São Paulo, aquele caso célebre, que mataram sete mendigos na mesma noite, então nós pegamos, o expediente havia sido encerrado antes, nós pegamos, através do INFOCRIM — Sistema de Informação Criminal — nós tentamos levantar os homicídios que tivessem semelhança, que seguissem o mesmo *modos operandis*: mendigo, morto à noite, com uma paulada na cabeça — que esse foi o *modos operandis* daqueles homicídios de mendigos — então nós conseguimos encontrar mais três tentativas de homicídio é uma agressão e duas agressões, que teriam acontecido da mesma forma e que poderiam ter sido praticadas pela mesma pessoa, encontramos mais dois outros casos, mas não tiveram (...). E que não só esses, mas vários outros, nós coletamos para estudar. Mas veja, dá para você trabalhar, se você tivesse todos os dados, de todos os casos nesse período, você teria, assim como nós levantamos em outra base de dados, um trabalho bem mais lento. Nós conseguimos levantar cerca de 48 homicídio de mendigos, da mesma forma que morreram aqueles sete, no período de dois anos. Homicídios e tentativas, 48 da mesma forma, na mesma região e tudo o mais. Bom, para resolver isso aí é meio complicado, esses problemas que nós descobrimos nessas experiências, mas nós temos umas coisas mais gerais do que eu falei, de problemas específicos ali, um deles e o mais importante é que os sistemas não se falam, o Ministério Público, o Judiciário, Polícia, têm sistemas que não são incompatíveis, mas não se falam. A segunda importância é que não existe uma cultura institucional que leve o pessoal a utilizar as informações. Mesmo que as informações estejam lá, como disse a Dra. Tatiana, não é costume você ir procurar as informações no banco de dados, elas estão lá, mas estão lá, para qualquer hora. Então, a meta, que nós estamos discutindo, já faz algum tempo, é juntar todas as informações criminais em uma dataware house, armazenando os dados da polícia civil, basicamente, do INFOCRIM e FOTOGRIM, que são um da polícia civil e outro da polícia militar, o banco de dados do Ministério Público, SMA, e o banco de dados do Judiciário, criar um ambiente que dê para você trabalhar com esses três bancos de dados simultaneamente, das execuções também, porque se você não tiver esse tipo de coisa, o que acontece? Você vai trabalhar dobrado, metade do serviço que o meu estagiário fazia digitando lá, era coisa que já tinha sido feita pela polícia, nome da vítima, horário, local, tudo isso já está no Boletim de Ocorrência, que está no mesmo sistema Oracle, que está o SMA, mas assim mesmo esses dois não se falam. Aí no caso do Judiciário nós já estamos avançando, já tem uma série de conversas, mas por enquanto com a

Secretaria de Segurança a conversa não chegou nem no Oi. O segundo passo, depois de a gente conseguir juntar isso tudo, é adaptar a rede para responder dois tipos de perguntas sobre pessoas e sobre casos, nós temos alguns bancos de dados sobre pessoas, de criminosos, veículos, sujeito civil, armas, são banco de dados sobre pessoas, separados, cada um num canto, cada banco de dado sobre uma coisa, mas nós não temos uma tradição aqui no Brasil de banco de dados de casos, acompanhamento, evolução de casos, aí você teria, só como exemplo, você poderia ter esse de *modos operandis*, que é conhecido. Roubos, a antiga promotoria de roubos, há muito tempo atrás, há trinta anos atrás, usavam fichões com arquivos de *modos operandis* de ladrões, isso há trinta anos atrás, agora existem métodos que nós podemos fazer, invés do fichão, usar uma coisa melhor, então *modos operandis* dá para fazer homicídio, estupro, crime contra o patrimônio, etc. Desenvolvimento, ou seja desenvolvimento do caso, BO, condenação, arquivamento, pegar de ponta a ponta o mesmo caso. Estatística criminal, BO, inquérito, denúncia, condenação, você ter um sistema que dê, pelo menos o básico de tudo isso aí, mas para ter esse básico a gente precisa juntar os bancos de dados, não é ter um banco de dados só, você pode ter um sistema que você puxe alguns dados, aqueles que são necessários para cada instituição, não precisa todo mundo ter acesso a tudo, mas você precisa ter isso. Então é isso, senhores. Obrigado.

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — Obrigada, Guaracy. Eu passo a palavra agora ao debate e às perguntas.

Sra. Linn Hamnergren (BIRD) — Somente um comentário, mas também pergunta. Parece-me que estamos falando muito de tipo de base de dados, existe uma base de dado que serve para investigação, que talvez seja útil para a polícia, para o Ministério Público, eu não acho que se possa comparar para o Judiciário, talvez uma base de dados sobre jurisprudência, ou alguma coisa assim, temos uma base de dados, a pergunta é sobre avaliação, como Guaracy mencionou, taxa de resolução do conflito do caso, isso é o que realmente importa para o público, mas cada instituição precisa também de uma base de dados sobre movimento de processos, não porque o número de casos que maneja um juiz seja importante para o público, mas para explicar porquê o Judiciário, o Ministério Público, Defesa, não estão produzindo a taxa que é importante para o público. A instituição tem que saber o que está acontecendo dentro. É certo que, simplesmente saber que um procurador, que um promotor, está desenvolvendo tantos casos, processos, durante um ano, não diz nada para si mesmo, nem para a instituição, mas se tem um problema é que somente 20% dos homicídios têm resolução, tem que começar com isso. Eu entendo, mais ou menos, o que o judiciário deve estar medindo, porque não tem muita seleção, os processos chegam e tem que reagir,

agora, os juízes também têm truques para resolver mais rápido e deixar os outros no “Deus me livre!”, mas o Ministério Público é muito mais difícil porque pode haver muito movimento sem fazer nada, e esse foi o nosso comentário sobre a estatística que temos visto no Ministério Público, quantidade de estatística, sobre cartas, sobre reuniões, sobre o não sei o quê, mas a final de contas, eu me pergunto: e o produto? Isso é uma pergunta para você.

Dra. Tatiana Bicudo (MP/SP) — Essa é uma das novas atribuições após 1988, muitas vezes você resolve o conflito, antes de ele virar um conflito litigioso, então muitas vezes a reunião com a comunidade serve para isso, é claro que não vai entrar no sistema judiciário como um processo, ou como nada disso. Mas a idéia não é solucionar o conflito? Então, nesse sentido, muitas vezes vale mais uma reunião, do que deixar aquilo virar um processo, ou um conflito violento.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Mas isso deve entrar como um acordo entra no Judiciário.

Dra. Tatiana Bicudo (MP/SP) — Mas entra na nossa estatística e não no judiciário.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Mas o judiciário também tem a determinação do caso por sentença com mérito, sem mérito e também de acordo. Agora, o número de reuniões que tem um promotor não me diz nada, mas se me diz alguma coisa, me diz conflito resolvido pela sentença, pelo etc. O Ministério Público para mim tem que definir o produto, o produto é resolver conflitos.

Dra. Tatiana Bicudo (MP/SP) — Pode refinar essa informação.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — E vincular o movimento de dentro com o produto final.

Dra. Tatiana Bicudo (MP/SP) — É porque, na maioria das vezes, os inquéritos civis, por exemplo, que também não chegam ao judiciário, se a senhora olhar na questão do Conselho do Ministério Público, toda a semana passam números, inquéritos civis que foram postos em arquivamento, ficam abertos ao público, também não vão entrar na estatística deles, talvez só entre na nossa como inquérito civil arquivado, não se diz como se resolveu o conflito, mas talvez fosse uma questão de refinar o dado que está lá.

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — Paulo, antes de você colocar a sua pergunta, eu só queria continuar ainda nessa discussão. Tatiana, eu concordo com você sobre o problema de definir quais

os critérios que vão ser utilizados para produtividade, para eficiência da instituição, a questão é que essa discussão não pode se sobrepor a não produção de dados, ou a não transparência. Quer dizer, talvez esse seja um outro passo, eu não posso não ter dados pelo problema de quantificar, ou de determinar essa eficiência, mas isso não pode ser uma desculpa para a gente não produzir, quer dizer, para que a instituição não tenha dados, nem que seja para a sua própria utilização, para o seu próprio planejamento.

Dra. Tatiana Bicudo (MP/SP) — Sem dúvida, Luciana, mas nem eu propus isso. Eu disse que uma das questões que eu vejo é a falta de transparência e democratização dos dados, essa é uma questão, mas o que me preocupa internamente, aí nem é uma discussão dessa não transparência, é como avaliar, mas essa é uma outra questão a ser colocada na Corregedoria e na nossa própria instituição.

Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva (Direito GV) — Vai estar um pouco relacionado a esse debate também. Se eu entendi bem, a minha análise é oposta do que foi feita pela Linn e pela Luciana. Primeiro, porque a questão do Ministério Público realizar...agora você falou uma coisa interessante sim, a pesquisa toda foi feita para aprimorar, ou facilitar, melhorar a atividade do promotor, mas você pode perceber que é uma pesquisa muito mais ampla, que ela envolve coleta de dados que podem servir a pensar, por exemplo, se o Ministério Público vai estar atuando como agente de resolução de conflito, ou como simples proponente de ações criminais, ou se ele vai focar mais nas reuniões com a comunidade, para tentar evitar o conflito. Então, na minha maneira de ver, esse tipo de análise, ainda que não permita uma conclusão pontual e única sobre eficiência, ou seja, de quanto de resolução de conflito. Ela permite você planejar a sua atuação e isso é mais importante para o Ministério Público, porque a atuação dele é bem mais diversa que a atuação do judiciário, não é só o processo judicial em si que envolve aí. Por outro lado, a questão de ter uma solução única para o caso, é o que na minha maneira de ver, apareceu na base de dados da Justiça Federal, quando na minha maneira de ver, deveria ser o contrário: quer dizer, Justiça Federal trabalha competência a causas relacionadas em que a União esteja interessada, a grosso modo, INSS. Aí você começa a puxar o fio disso e fala: “Mas por que INSS? Por que maioria das causas? Será que o Estado está agindo de maneira correta? Será que...”. Então, o fato de a gente ter uma conclusão, sentenças com mérito e sem mérito, também dificulta a processualização de toda essa... Então, eu acredito que o levantamento de dados, quanto mais amplo e diverso for, ele pode permitir uma política de atuação e, no caso da Justiça Federal é isso. Agora, além dessa questão, eu tinha uma outra questão que também me pareceu bastante importante: Em que medida a administração dos tribunais está

envolvida na estratégia de colheita desses dados, de coleta desses dados? Porque a gente tem os sistemas sendo criados e eles vão nos trazer informações, em curto prazo, os sistemas são todos novos, só que até agora, parece que há um receio de abrir a informação. Qual a política, no caso da Justiça Federal e no Tribunal de Justiça/SP, com relação à utilização desses dados? Qual a política em longo prazo? Quer dizer, vamos colher dados estatísticos de processo, como movimentação processual unicamente, produtividade dos juízes e sentenças com mérito. E o número de sentenças com mérito que são objetos de reforma em segunda instância, quer dizer, não sei até em que medida. A movimentação processual é importante, celeridade do poder judiciário, celeridade da justiça é a palavra da onda, só que você tem meios de tentar identificar problemas que são tão ou mais importantes que esse e isso não vai depender e você não vai conseguir isso com uma única pesquisa que diga “a sentença com mérito ou sem”. Então, eu imagino que haja uma política por trás disso de tentar traçar um quadro um pouco maior, o Estado, INSS... Ações resultantes de que período? Originadas em que período? Que tipo de plano econômico gerou aquelas ações? Porque você tem uma certa demanda, há movimentos que são cíclicos, de uma demanda muito grande ao poder judiciário resultante de um plano econômico de péssima qualidade, já que o conceito é eficiência. Então, imagino que isso precise ser pensado no macro, planejamento total. Como isso é visto nos tribunais? Estão participando desse honroso trabalho de vocês? Eles estão dando suporte para tudo isso? Eles estão falando: “vamos por aqui, vamos por ali.”? Há essa mentalidade? Há esse termo de política? Então essas duas.

Sra. Neide Sordi (Conselho da Justiça Federal – CJF) — Adorei a sua pergunta! O negócio é o seguinte, esse esforço, o sistema de estatística, hoje, é a coisa que mais tem movimentado a Justiça Federal. Quando padronizamos tabelas de assuntos, hoje não, mas quando o passivo tiver sido reclassificado, eu vou poder te dizer quantas ações de IRSM — Índice de Reajuste do Salário Mínimo — tem impetrada, porque IRSM é um assunto. Como nós dissemos, para gerenciar o sistema, só um recurso tecnológico de uma dataware house. Porque nós temos mais de 300 classes, classes criadas por lei, não as invenções da jurisprudência, para medir a lide e não os recursos, mas nós temos, não sei se você viu, um mapa que mede o número de recurso por processo, eu posso fazer daí qualquer cruzamento. Nós temos condições de te dizer que hoje, por exemplo, teve época que queriam saber quantas ações de FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — nós sabíamos. Sabíamos, no máximo, quantos previdenciários, mas jamais no nível de detalhe que a gente pode agora. Nessa implantação das tabelas padronizadas, isso é fruto de um trabalho que está envolvendo a Vara, ao órgão de distribuição na primeira instância, na segunda instância. Nós treinamos multiplicadores para implantar as tabelas de classes de assunto, esses multiplicadores

repassaram esses treinamentos nos seus órgãos de origem. Por exemplo, Tribunal da Segunda Região, se um gabinete de um desembargador quiser movimentar o processo, ele vai ter que ter reclassificado o processo pela tabela de classe e assunto. Classe não, porque foi quase automático. Mas para movimentar um processo, em vários lugares está trancado assim, você precisa reclassificar a petição inicial pela nova tabela de assunto, porque senão o processo não, se não o cara não pode se livrar do problema que ele está na mão. Isso é um esforço que a gente está contando com a colaboração de toda a Justiça. O sistema foi aprovado no Colegiado, são cinco presidentes dos TRFs, cinco ministros do STJ, que integram esse Colegiado. Como o Franklin falou, o Fórum de Corregedores, nós tínhamos criado para aferir produtividade três tipos de sentença: sentença com mérito, sentença sem mérito e sentença com mérito repetitivo, para não dar o mesmo valor de uma tese nova a uma tese de IRSM, que o cara nem olha, é perigoso até ir o nome da parte repetido, porque esquece de trocar. Então, nós havíamos definido três níveis, para atender uma demanda até do ministro Ari, que falou: “não, não é só com mérito e sem mérito, tem o mérito repetitivo”. Agora o Fórum de Corregedores resolveu avançar mais ainda, criou mais três categorias de sentença, que nós devemos incluir no SINEJUS. Como eu disse, quando iniciamos o trabalho, a orientação que nós recebemos era a seguinte, não misture estatística com mensuração de produtividade, que isso é serviço de Corregedoria. Aí, teve um dia, que nós recebemos diversos desembargadores em uma reunião nossa dos servidores, que foram lá para falar que não, que os mapas de atividade “vocês estão medindo só a tramitação, mas nós queremos que seja mensurada a produtividade dos desembargadores, por órgão fracionário, por turma”. Nós não medimos por desembargador, só que para chegar à turma, eu tenho que medir desembargador. Então, para aprovação da resolução, a gente colocou, em nível de Vara e não de juiz, no nível de turma e não de desembargador, mas só que eu não tenho jeito de chegar à produtividade da turma se eu não passar, dos três, dos quatro, que integram. Então, está havendo um esforço muito grande. Semana passada eu fui chamada para uma reunião dos diretores de Secretarias de Varas, cento e tanto diretores de Secretarias de Varas, no Rio de Janeiro, para explicar para eles todos esses projetos, não só estatística, que estão sendo viabilizados com a padronização de fases processuais de classe e assunto, e a fase, é uma exigência do desembargador, muitas vezes, os processos prescrevem porque eles chegaram para prescrever na justiça, e na Justiça Federal, que o tempo é contado em dobro para um monte de autarquia, aí é que a coisa complica. Então, é lento o processo, nós começamos em 2002, então, tem três anos que estamos trabalhando nisso, porque chegou uma hora que a gente descobriu que tinha que parar de trabalhar estatística, para padronizar as tabelas processuais, mas há um esforço institucional, como eu disse, tememos que eles perguntem: “o que é para comprar?”. “Não, espera aí, nós estamos primeiro padronizando terminologia, terminando o glossário, estamos

num esforço hercúleo de padronizar tabela, só que vai demorar muito para isso funcionar, porque a gente não pode pedir à seção judiciária de São Paulo, que tem 2 milhões de processos em tramitação, se eu não tiver enganada, que reclassifique os seus feitos.”. Então, assim, os que entraram, estão entrando desde de setembro, quando eles implantaram tabela de assuntos, já ganha um assunto, os antigos, vai haver uma conversão automática, só que tem uma porção de feitos que não tinha assunto, que tinha assunto que não vai achar correspondente na tabela e, esses, as Varas precisarão reclassificar, mas isso é uma coisa que a gente está pedindo já de acordo com as possibilidades. Uma coisa é que não teve escapatória, implantar as tabelas, agora, reclassificar o passivo é quando pode, como pode que é muito exigente.

Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva (Direito GV) — Então, Neide, só para completar. Na verdade, eu não acho que o que aconteceu desde então com a Justiça Federal seja um caminho muito longo, de fato está arrumando a casa para implementar o sistema, para que seja produtivo. Há outras instituições de Justiça que o problema é muito maior, você não consegue chegar e ser atendido para conseguir um dado, por questões de uma falsa idéia de manter um poder, o que é muito pior, um problema muito mais grave. Agora, já que há toda essa predisposição positiva, pelo menos do seu setor na Justiça Federal, o que eu enxerguei foi que tudo isso estava sendo feito com relação à produtividade dos desembargadores, ou seja, algo interno, movido para dentro, o que me pareceu oposto com o que aconteceu no Ministério Público, que ainda que a idéia fosse aprimorar o trabalho do promotor, acabou produzindo resultados para fora, que pudessem ser analisados. Então, a movimentação processual ela pode incrementar a análise de produtividade do magistrado, mas ela ainda não te dá um quadro maior que ela poderia te dar. Essa é a minha idéia. Talvez os termos te levem só para a produtividade do magistrado, que é algo olhando para dentro e você pode ter algo olhando para fora, se os dados fossem, se forem número de classificação.

Dr. Franklin Evrard (TRF 3ª Região) — Eu tenho impressão que, você pode ter tido essa impressão, mas é o contrário, a produtividade é um assunto que vai ser tratado internamente, só. O SINEJUS está aberto ao público, ele vai estar completamente aberto ao público e não é a finalidade dele medir a produtividade. Não. É medir, quantificar, os assuntos que estão sendo tratados dentro do Tribunal, a velocidade com que esses assuntos estão sendo tratados.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — A diferença é entre diferentes tipos de assuntos.

Dr. Franklin Evrard (TRF 3ª Região) — Exatamente. E o sistema foi bolado de tal maneira que rapidamente você pode, surgiu uma nova lide na Justiça, à medida que essa lide já se sente um pouco importante, esse assunto é imediatamente criado. Esse assunto não é fechado. Essa tabela é completamente aberta e surgiu uma necessidade, essa necessidade é passada por coordenador da tabela e insere, então, todos os Tribunais, toda a Justiça Federal, ela passa a contar esse tipo de ação. Esse assunto então, passa a acumular dados a respeito da distribuição, a respeito, é claro, da velocidade.

Profa. Maria Tereza Sadek (FFLCH-USP) — Na verdade eu fiquei com uma dúvida, suscitada pela pergunta do professor Joaquim Falcão, para a senhora, dona Zelinda. Eu acabei por entender que a primeira instância e a segunda instância tem dois sistemas de estatísticas que não conversam entre si, então, me pareceu que o problema da Justiça dos estados ainda é mais grave do que aquele que eu imaginava na seção da manhã. Quer dizer, não apenas nós temos estatísticas e critérios diferentes entre as unidades de federação, mas nós chegamos em uma situação, como no caso de São Paulo, que temos dois sistemas absolutamente autônomos.

Dra. Maria Zelinda Pascoalik (TJ/SP) — Autônomos de controle.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Agora não é isso o que acontece com todos os sistemas judiciários, mas em São Paulo sim é notório, por ter um sistema.

Dra. Maria Zelinda Pascoalik (TJ/SP) — São Paulo não é pouca coisa, São Paulo é quase metade do movimento judicial do Brasil.

Dr. Franklin Evrard (TRF 3ª Região) — Veja, hoje, os sistemas não são integrados, mesmo hoje em São Paulo, mesmo na Justiça Federal, eles não são integrados, no nosso caso, nós importamos os dados de autuação, eles são importados da primeira instância para a segunda instância. Não é o ideal também, porque não se sabe ao certo quanto que, porque no fundo, no fundo, é um processo só, que começou na primeira instância e vai até a instância máxima e vai voltar. Infelizmente os processos, os sistemas não são integrados, o ideal seria mesmo, vai ser, deve caminhar para isso, para uma integração total.

Sra. Neide Sordi (Conselho de Justiça Federal – CJF) — Olha, eu vou falar rapidinho. Eu esqueci de falar uma coisa, não é o juiz que vai definir se a sentença é com mérito repetitivo ou não,

é a análise da tabela de assuntos, o fórum de corregedores define quais são os assuntos como IRSM — Índice de Reajuste do Salário Mínimo —, FGTS, que estão sendo objeto de demandas repetitivas e aí, na mensuração, o sistema indica que aquilo é mérito repetitivo ou não. Se deixarmos por conta de o juiz classificar ele vai falar que todas as teses são inéditas. Agora, uma outra coisa, o sistema é gerencial é para fins de orçamento, como eu falei, é a justificativa primeira dele, a questão da inserção de avaliação de desempenho de juiz e desembargador foi recentemente incluído, depois de tudo definido, a primeira reunião que tivemos com o Carlos e com a Dra. Linn, isso era uma coisa fora do sistema, depois, quando eles viram o sistema, o protótipo, o modelo que a gente estava trabalhando, é que falaram: “por que não vocês já resolverem o trabalho, o problema da Corregedoria?”. Então, assim, além da avaliação do desempenho ele é um sistema para atender a todas as demandas, se não atender alguma é porque a gente não identificou e, por isso, que ele é aberto. As tabelas são gerenciadas por um gestor, assunto na 4ª região, classes 5ª região, movimentação 2ª região e o sistema, que eu não pude mostrar, ele tem a possibilidade de qualquer pessoa achar o manual de uso da tabela, consultar o FAQ, entrar no Fórum e fazer a sugestão, os caras que votam a inclusão do assunto ou não, são os membros do Comitê Gestor das tabelas, um em cada TRF, representando o tribunal e a sua primeira instância.

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — Obrigada, Neide. Agora uma pausa rápida para o café e voltamos em 10 minutos. Obrigada.

Painel: A produção de informação e o desempenho das instituições de Justiça

Prof. Joaquim Falcão (Direito GV RJ) — A minha tese é de que já é tempo de o Brasil ter uma política pública de informação judicial. O que é uma política pública? É a coordenação dos recursos humanos, recursos físicos, recursos conceituais, recursos tecnológicos do Estado, não necessariamente os recursos do Estado, mas coordenado pelo Estado, com vistas a um determinado fim, esse fim seria a produção, circulação, distribuição e avaliação das informações judiciais. Nós conversamos de manhã com a Linn e com a Luciana, mostrando que os dados existem, mas os dados estão meio sem rumo, os dados estão sub-aproveitados. Depois tivemos Maria Tereza nos mostrando uma série histórica, dizendo o seguinte: “olha, já foi melhor, já foi por esse caminho, já foi por outro caminho”. E no correr do dia, nós vimos várias experiências esparsas e começa a ter até umas determinadas ciclas, banco de dados, poder judiciário, SINEJUS agora, eu acho que o país está maduro para ter uma política pública de informações judiciais. O grande problema da existência dessa política pública era a questão da federação, que a Maria Tereza mencionou a fragmentação através das autonomias das diversas justiças, mas isso eu acredito que, de alguma forma, está resolvido pela reforma do Judiciário recentemente aprovada. Ao Conselho Nacional da Justiça, o artigo 103-B, §4º e incisos¹ dá-nos a expressa competência do controle da atuação administrativa, esse controle não pode ser feito sem uma base estatística. O item 6 fala em uma obrigação de elaborar semestralmente um relatório estatísticos, sobre processos e sentenças prolatadas por unidade da federação, o que isso implica, inclui as justiças estaduais, que agora, para esse fim específico, eles têm que responder ao Conselho, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário

¹Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: § 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a perda do cargo, a remoção, determinar a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI – elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

e, ainda implica em uma responsabilidade de elaborar um relatório anual, que será entregue ao Congresso, como se fosse uma mensagem do presidente da República, porque nós temos uma mensagem do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ao Congresso Nacional. Alguns autores acham que mesmo quando não se pretende ter uma política pública, se tem uma política pública, ou seja, a não política é uma política pública. Então eu fiquei aqui pensando hoje o seguinte: qual é a política pública em vigor hoje, se eu tivesse que dar cinco características dessa política pública, sobre informações judiciais em vigor, hoje aqui? Primeiro, como a Maria Tereza mostrou, ela é descontínua historicamente; segundo, ela é fragmentada institucionalmente; terceiro, ela é de baixa maximização dos dados disponíveis dos processos decisórios internos do poder judiciário, ela não interfere no planejamento do poder judiciário; quarto, existe a ausência de padronização mencionado por todos, em geral; e quinto, tem uma ausência de uma reflexão crítica. Quer dizer, essa é a política, hoje, em vigor, mesmo que você não a chame enquanto tal, é isso que está ocorrendo hoje no Brasil, pode especificar depois essas características, mas, no fundo, são essas cinco características: descontinuidade histórica; fragmentação institucional; a baixa maximização do uso no planejamento interno; ausência de padronização e ausência de uma reflexão crítica, que fizesse uma espécie de *feedback* para o sistema. Então, nós estamos diante dessa política pública, que aí está. Como seria um novo tempo? Como seria uma agenda para essa política pública de informação judicial? Eu mencionei aqui, oito itens dessa agenda, nesses oito itens dessa agenda, que seriam tarefas, eu vou repetir muito do que já foi dito, mas espero apenas que essa repetição permitam a vocês terem uma visão mais integrada, uma visão mais estratégica do problema. O primeiro problema básico, pela tarefa dessa agenda, seria a integração dos diversos sistemas no Poder Judiciário, a integração, como a Maria Zelinda mostrou, às vezes intratribunais, dos tribunais dos estados em si, das Justiças especializadas entre si, dos Tribunais Estaduais e da Justiça Federal, os Tribunais Superiores, enfim. Tem aí uma integração que tem que ser feita e essa integração pode avançar com a competência do Conselho, mas hoje em dia, os esforços feitos, o Ministro Jobim e outros têm feito, é uma integração que avança para um custo muito alto de negociação. Então, a integração por negociação é de um custo extremamente alto, é insuportável para o sistema. Acho que vai ter que haver um *balance* de negociação e de alguma forma de cumprimento de alguns padrões ou de algumas exigências impostas através de uma coordenação central nesse negócio todo, de modo que esse é o primeiro desafio, esse desafio é essencialmente político e implica num convencimento de lideranças, o que é extremamente complicado porque, em geral, como foi visto aqui, a matéria estatística e a questão tecnológica, a questão administrativa em si, não faz parte da formação dos líderes à frente dos tribunais. Então fica uma situação, uma exigência, sem com que as lideranças tenham o *back ground*. O Brasil fez uma opção que os outros países não fizeram, que

vários países não fizeram, que é o seguinte: quem administra o Poder Judiciário é o juiz. Então, essa é uma opção complicada, porque você tem que dar formação administrativa para a classe dos juízes que não tem, então essa opção é estratégica e implicaria numa formação estratégica, numa liderança estratégica, diferente do que nós temos hoje. A segunda tarefa seria o que eu chamo, a Ministra do STF Ellen Gracie gosta de usar um conceito, que eu até proporia que a gente começasse a usar esse conceito, porque facilita a nossa vida, que é: a gente tem o Poder, o Sistema do Poder Judiciário e o Sistema Judicial. O Sistema do Poder Judiciário implica apenas nos juízes e nos Tribunais, o Sistema Judicial implica o Ministério Público, os advogados, a Defensoria Pública, Procuradorias. Quer dizer, depois da tarefa da integração do Poder Judiciário, você teria como é que essa integração se coordena, aí não é somente o Ministério Público, Defensorias e advocacias gerais, mas... Outro dia eu estava discutindo com um rapaz que está criando um *software* de consequências muito engraçadas, ele quer fazer um *software* que integre o sistema de distribuição de processos, com sistema de pagamento das anuidades da OAB. O senhor já imaginou o caráter explosivo desses dois sistemas? Ou seja, quando você entrar com o processo, a OAB sabe se o camarada pagou, ou não pagou, comunica para o Tribunal e aí o advogado não pode ir lá representar a causa por falta de pagamento da OAB. Nós temos que estar preparados para esse tipo de integração, porque isso vai ocorrer. Então, o Guaracy aqui, apresentou vários exemplos da questão de integração do sistema de segurança do estado com MP, a Tatiana também. No Rio de Janeiro tem um fenômeno maravilhoso, porque a criminalidade aumenta, a violência urbana aumenta e as Varas Criminais estão mais ociosas, nós estamos fechando Varas no Rio de Janeiro, porque não sai da delegacia para o MP, e do MP não chega na Justiça e a Justiça não tem trabalho. Então, a violência no Rio aumenta e os processos não chegam nas Varas Criminais e esse negócio todo. Então, um segundo desafio dessas tarefas é o que eu chamo da coordenação do sistema do Poder Judiciário, com a coordenação do Sistema Judicial. Vou para o terceiro item, agora, que é o seguinte, o que é chamado da interoperacionalidade da infra-estrutura tecnológica, quer dizer, o INSS não fala com a Receita, os Tribunais Superiores não falam com os, não é, conceitualmente, dados, etc e tal, é a infra-estrutura, os seus sistemas de informática, um não fala com o outro. Então, nós corremos o risco de pensar se os sistemas estatísticos integrados, mas com a infra-estrutura tecnológica desintegrada. Tem já em nível do Ministério do Planejamento um projeto que se chama PING – Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico, quer dizer, o assunto já está em pauta, tem que enquadrar o judiciário dentro desse projeto do PING. Pense na área de *software*, cada Tribunal tem o seu *software*, é proprietário do seu *software*, se um quer implantar o sistema o outro tem que implantar um *software*, tem que produzir o *software*. Então, uma política de *software* livre, ou mesmo um *software* internamente livre judicial, parece que faz todo o sentido, para não duplicar custos nesse

desafio. Então, a interoperabilidade da infra-estrutura tecnológica, que essa é outra questão fundamental, tem vários sistemas Linux, quais dos Linux vai ser o adotado, porque senão você não fala com o outro. Bom, o que falou muito, hoje de manhã, a nossa colega da Justiça Federal, mencionou casos fantásticos, que é o quarto item, que eu acho que é a questão da padronização de conceitos, índices, criar uma linguagem comum: “O que é julgamento de mérito? Como medir o que é homicídio?”. Até a noção de homicídio, que a gente pensava que era algo absolutamente certo, estatisticamente não é certo, porque a tentativa de homicídio para uns é uma coisa, para outros não é homicídio, esse negócio todo. Então, é de uma gravidade também imensa esse quarto item, nesse negócio todo. O quinto item, talvez o item mais polêmico, mas que eu acho que nós estamos diante dessa construção da política pública, nós estamos diante de duas dificuldades, uma dificuldade é que as tarefas são mais do que os recursos disponíveis, não somente recursos físicos e de pessoal, até recursos conceituais, então, tem que ter uma escolha, por onde começar. Se as possibilidades de demanda são maiores do que os recursos disponíveis, tem que ter uma escolha, tem que selecionar, vai por aqui, ou vai por aqui. Ou seja, tem que ter um sistema de prioridades, então eu não posso pensar uma política pública sem que ela estabeleça algumas prioridades. Bom, mas aí você tem um segundo ponto que é o seguinte, a prioridade que eu digo é que o sistema que a gente quer construir, essa política pública que a gente quer construir, ela tem que se voltar para resolver problemas concretos, não é somente: “eu conheço mais”, mas por conhecer mais eu resolvo mais. Então, eu acho que uma política pública dessa tinha que ter dois mecanismos, tinha que ter uma pauta mínima, onde um conjunto de indicadores, dados, procedimentos, sistemas, índices, etc e tal, que todos os Tribunais tinham que ter, mas isso tinha que ser mínimo mesmo, não pode ser muito sofisticado e uma pauta de prioridade, então é uma convergência entre uma pauta mínima e uma pauta de prioridade, que isso vocês teriam que fazer. Essa pauta de prioridade tinha que ser a reforma e a questão da agilização do Poder Judiciário. Aí eu acho que tem dois itens que foram recorrentes, hoje, aqui, que não se precisa fazer mais pesquisa, não se precisa fazer mais estatísticas, porque são duas hipóteses de consistência real, que são, diria Camões, saberes pela experiência feita, qualquer um dessa sala, ou qualquer um de nós aqui. Os dois grandes gargalos da celeridade do Judiciário já estão identificados, nós já sabemos, pode até ter outro. Um, para usar a expressão que a Linn usou, hoje, é o uso da Justiça para não fazer justiça e nesse item, tem a questão básica das relações do Poder Executivo com o Poder Judiciário. Então, esse deveria ser o foco prioritário para saber isso, não somente dentro do Executivo, mas dentro do Judiciário: “olha como é que eu estou sendo usado, como é que isso aqui está sendo feito”, porque isso aqui não é preciso que se saiba que isso aqui é um componente fundamental para o aumento de custos, para lentidão, etc e tal. Então a minha proposta é que na questão da prioridade nós tivéssemos dois: um que é a questão das

relações do Executivo, mencionou-se aqui hoje a Receita e INSS, recorrentemente, isso é quase senso comum, então vamos mergulhar neste problema e vamos dirigir as prioridades para esses problemas; o segundo, é o excesso de recursos que esse país tem. Então eu preciso de estatísticas que, eu gostei muito dessa história de sentença com mérito, sentença sem mérito e sentença repetitiva, isso aí é uma maravilha para qualquer política pública, porque aí você tem uma diretriz para saber, se você soubesse os graus, o número de incidentes processuais em um processo, isso revolucionaria o Direito Processual Brasileiro, porque, hoje em dia, todo mundo tem uma proposta de reforma do Direito Processual, nenhuma com base na realidade, nenhuma informada com base estatística, com base econômica e financeira. Então, se fosse possível ter uma regra, que nenhum processualista poderia propor nenhuma reforma de processos, sem que tenha uma fundamentação empírica, esse país avançaria de uma forma fulminante. Bom, tem o sexto item, eu disse que são oito e já estou acabando. Eu me foquei, até agora, numa racionalização no processo de produção da informação, agora eu enfoco a questão da difusão da informação, quer dizer, difusão dessa informação. Aí tinha que ter mecanismos que separassem a informação para uso internos, as informações para usuários especializado, aí eu incluo a mídia, que é uma questão importante. Eu sou um otimista. Eu acho que se nós tivéssemos um sistema de informação sobre a Justiça mais avançado, o resultado seria a favor da Justiça, não seria contra a Justiça, ou seja, se eu comparasse a imagem da Justiça com a realidade, a realidade é favorável à Justiça, eu apostaria nisso. Então, existe uma certa necessidade de pensar esse processo de difusão dessas informações para o sistema interno, para os profissionais especializados, para os usuários, réus, advogados, promotores, etc, para um grande público. Nós temos a TV Justiça aí, que eu também, quando assisto ela, o que ela tem de teses de doutorado, teses de mestrado, debates acadêmicos e o que tem de pouco sobre a realidade da Justiça, quer dizer, nós temos que pensar num sistema, não somente de produção, mas também como é que se faria o sistema de difusão e até com questões de compatibilização de linguagens. Outro dia eu estava vendo o STF, o Supremo tem o site do Supremo, o site da TV, assessoria de imprensa, o Diário Oficial, a TV Justiça e, futuramente, a rádio Justiça, tem seis mecanismos de difusão de informação, cada um precisa ter uma linguagem apropriada, não adianta você falar na televisão embargos de declaração, ou feitos, quantos feitos foram feitos... Não vai dar certo. Então, esse seria o sexto ponto. O sétimo ponto e aí, faz parte disso e também foi mencionado por todos que participaram hoje aqui, se eu pegasse um conceito que o nosso Ronaldo gosta dele, nós tínhamos que criar também uma comunidade de intérpretes de dados estatísticos e essa comunidade de intérpretes não vai ser criada, sem que exista uma política de fomento, Maria Tereza sabe disso, o Judiciário não é prioridade para os cientistas sociais, os cursos de graduação de Direito, exceto o do Rio de Janeiro que vai ter estatística, a gente vai colocar estatística para o

pessoal, matemática financeira e estatística no ensino. Então, essa comunidade vai ter que ser fomentada e vai ser uma política de concentração entre os órgãos de apoio para pesquisa, sejam do Executivo, seja do Judiciário, seja do Legislativo, o Executivo precisa ter recursos, fundos públicos, para apoio à comunidade científica e para apoio da criação dessa comunidade de interpretes, além, como foi citado hoje, de se fomentar os interesses, eu acho que foi o nosso colega do banco lá que falou sobre o exemplo da Argentina, das associações de classes também começarem a fundamentar os seus pleitos e as suas coisas com dados estatísticos. Por fim, eu entro na oitava tarefa, vocês estão vendo que são tarefas para gerações, nós estamos diante do desafio de mudar uma cultura. Qual é a cultura que prevalece hoje, ainda, nesse negócio todo? Uma cultura de transparências fragmentadas, ou seja, não existe um *full closed*, não como má intenção, mas até como organização da informação para ser difundida, quer dizer, não me interessa qual o motivo, mas a transparência é fundamental para a democracia e o acesso a esses dados. Acho que eu fiquei pensando aqui, que a implantação de qualquer sistema desses vai ter que enfrentar o que foi mencionado aqui, que vai ter que passar o que eu chamaria da Síndrome da Corregedoria, porque o camarada vai sentir fiscalizado e não vai querer dar esse dado, não vai ser fácil. Então, nós temos uma cultura, Bobbio dizia que a publicidade é a regra da democracia, e o segredo é a regra da ditadura. Publicidade vai enfrentar desafios corporativos complicados nesse negócio. Como justiça é uma mulher, eu vou encerrar com a segunda característica da cultura, que tem que ser enfrentada, é que nós todos, advogados, juristas, etc., nós todos somos pessoas do dever ser, não somos pessoas do ser, o ser me chateia, não tem nada mais inconveniente que a realidade para um jurista. Entendeu? Nós formamos o dever ser, nós somos bons em projetos, em leis, nós somos bons em validade e legalidade, agora, eficiência e legitimidade são outros valores que não estão no nosso dia-a-dia. Mas por que eu disse que eu iria acabar com uma mulher, porque não sei se a Linn se lembra da Geraldine Ferraro. Se lembra? A Geraldine Ferraro foi a única mulher candidata a vice-presidente nos Estados Unidos, a Geraldine Ferraro foi uma mulher candidata a vice-presidente dos Estados Unidos, fato que não ocorreu antes e que não ocorreu depois. O repórter chega para ela e diz assim: “mas a senhora acha que pode tomar decisões igual a um homem?”, aí ela disse: “como qualquer pessoa eu também sou capaz de julgar com base em fatos.”. A Justiça brasileira precisa se modernizar com base em fatos, possivelmente comprovados estatisticamente. Muito obrigado!

Prof. Ronaldo Porto Macedo (Direito GV) — Muito obrigado, professor Falcão. Eu passo então a palavra para o Dr. Sergio Renault. Suas considerações.

Sr. Sergio Renault (Secretário da Reforma do Judiciário/MJ) — Boa tarde a todos. Eu gostaria inicialmente de agradecer pelo convite que me foi feito pela EDESP para estar aqui com vocês, discutindo um assunto que faz um pouco parte do meu cotidiano, eu tenho preocupações muito relacionadas com os temas que foram discutidos aqui. Eu vou tentar fazer uma exposição muito rápida daquilo que nós temos feito em relação a essas preocupações relativas às informações, ao sistema de informações, de estatística do Poder Judiciário, para que depois a gente possa então debater um pouco com vocês. Primeiramente, eu gostaria só de lembrar a todos, eu faço parte de um, eu ocupo um cargo no executivo, que é a Secretaria de Reforma do Judiciário, é um cargo que não existia antes, no governo anterior, é a primeira vez que se cria um cargo como esse no governo federal. Isso foi feito, exatamente para que se demonstrasse e sinalizasse para a sociedade que a questão da reforma do Judiciário para esse governo é uma questão importante. No início, nós recebemos uma série de restrições, uma série de críticas, porque não se entendia, porque um órgão do Executivo vai ter, afinal de contas, que se preocupar com a reforma, com as modificações que faziam parte de um outro Poder, que não o Poder Executivo. Mas a nossa preocupação, desde o início, foi exatamente demonstrar que a nossa intenção era participar do debate, servir de interlocutor, de indutor de novas medidas, de novas preposições, de novas iniciativas, em prol do melhoramento do Judiciário, a partir de um entendimento de que melhorar o Sistema Judicial no Brasil é uma questão fundamental para o crescimento e consolidação da nossa democracia. Quer dizer, não é possível um país se considerar democrático se as pessoas não têm acesso a um serviço judicial de qualidade, toda cidadania, todas as pessoas. A partir dessa concentração, nós delineamos quais seriam os dois principais objetivos da nossa atividade, que foram exatamente buscar caminhos para fazer com que o poder do sistema judicial se tornasse mais acessível a maior parte da população. Então, a questão do acesso é o primeiro ponto fundamental. O segundo ponto, o segundo objetivo, seria fazer com que os serviços prestados, àquele que o Poder Judiciário tenha acesso sejam de melhor qualidade. Então, a questão do acesso é a questão da qualidade. Para tentar atingir os objetivos nós definimos quais seriam as nossas diretrizes de atuação na nossa atividade. Nós definimos, basicamente, três eixos de atuação. O primeiro deles é a realização de um diagnóstico do Judiciário, sobre isso eu vou falar um pouco mais, que é exatamente esse o objetivo do nosso encontro. O segundo ponto, a segunda diretriz é a tomada de medidas e iniciativas relacionadas à modernização da gestão do Judiciário, a partir de uma constatação de que é necessário fazer com que o Poder Judiciário chegue, afinal de contas, no século XXI, nós temos um atraso de anos, de anos, de décadas, em relação à perspectiva de modernização do judiciário, nós presenciamos a modernização de diversos setores da economia e mesmo de setores públicos e o Judiciário parece que ficou para trás, a gente precisava entender porque isso aconteceu, isso tem razões históricas,

razões que todos aqui um pouco falaram, pelo o que eu pude perceber, mas é uma questão que precisa ser superada, quer dizer, o Judiciário precisa ser entendido como uma questão fundamental para o desenvolvimento do país e da cidadania e da nossa democracia. A terceira diretriz é exatamente as reformas legislativas e aí nós temos dois tipos de reforma, que é uma reforma constitucional, que é essa que foi aprovada no final do ano passado, depois de treze anos de tramitação no Congresso Nacional, significa um marco importante na perspectiva que o Judiciário avance no sentido de se modernizar e se tornar mais adequado ao nosso tempo e o outro bloco de medidas são as alterações da Legislação, infraconstitucional, quer dizer, o Joaquim Falcão falou um pouco disse e, na verdade, nós temos um entendimento de que a Reforma do Judiciário não pode ser entendida como uma reforma constitucional. Na nossa percepção a reforma do Judiciário deve ser entendida como algo muito mais amplo, que tem a ver com modernização de gestão, tem a ver com a reforma constitucional, mas tem também a ver com a reforma da legislação infraconstitucional, estou me referindo aí à legislação basicamente processual civil, basicamente processual penal, processual trabalhista, isso a partir de um entendimento de que, na verdade, a questão da lentidão da Justiça, da baixa celeridade na tramitação dos processos judiciais, têm muito a ver com as regras de trânsito, como gosta de dizer o ministro Nelson Jobim. Quer dizer, nós temos que alterar as regras de trânsito para fazer com que, afinal de contas, os processos, os procedimentos sejam agilizados, simplificados e possam trazer resultados mais rápidos à população. Então, delineados esses três, essas três diretrizes, nós começamos a desenvolver uma série de trabalhos, uma série de iniciativas, uma série de projetos, mas eu vou tentar me focalizar principalmente nessa questão do diagnóstico, que nós entendemos, isso é uma coisa interessante porque essa discussão acabou se ampliando muito a partir do tempo que eu iniciei o meu trabalho e isso tem uma série de coincidências, mas também tem um pouco do que significou o nosso trabalho, quer dizer, nós conseguimos, eu acho que em parte, fazer com que esse debate se aprofundasse e tomasse a importância que ele hoje tem. A realização desse diagnóstico, na nossa avaliação, ela é fundamental, principalmente por duas razões, a primeira por uma razão democrática mesmo, quer dizer, nós temos que tornar as informações o Judiciário mais acessíveis da população, mais acessíveis de todos, porque, na verdade, nós pouco conhecemos, apesar da quantidade de informações que já se tem disponíveis, mas não se tem nenhum fórum, nenhuma instância, nada que organize essas informações de uma maneira adequada para que aquilo tenha uma certa destinação. Porque o problema é esse, é como se as informações existissem e elas não tivessem uma finalidade, um objetivo para qual fossem direcionadas. Então a questão da democratização do Judiciário passa um pouco por esse conhecimento mais profundo da sua realidade. Eu sou advogado, sou formado há vinte anos, pela USP e eu posso lhes assegurar que na minha militância, sou advogado militante e na minha

militância como advogado, eu conheço, na verdade, as Varas onde os meus processos estão tramitando, e assim com todo mundo, as pessoas que trabalham junto ao Poder Judiciário, os juízes, os promotores, os advogados têm um conhecimento da sua realidade de trabalho e nem se preocupa muito com o que acontece em torno disso, porque as coisas não funcionam, é muito comum. Inclusive, por isso que a gente perceber que está advogando uma determinada ação em São Paulo, quando você tem uma ação fora de São Paulo, parece que lá é um outro código, é um outro código de processo, é uma coisa maluca, porque aquilo funciona de uma maneira tão fragmentada e tão desorganizada, desse ponto de vista, que é uma coisa que precisa ser mais bem conhecida as razões disso. Então a questão da democratização e da transparência do judiciário nos pareceu fundamental. O segundo objetivo da realização desse diagnóstico é para que nós pudéssemos construir um instrumento gerencial que permitisse que aqueles que são responsáveis pelo gerenciamento da máquina do Judiciário, se é que podemos dizer assim, pudessem ter um instrumento que lhes permitisse exercer com competência, com conhecimento, com informações a sua atividade. Delineados esses dois objetivos, nós partimos então para a realização desse diagnóstico e nós optamos por um caminho, que me parece acertado, que foi realizar projetos específicos, partindo de uma premissa, que também acho acertada, de que nós devemos propor, é um pouco do que o Joaquim Falcão disse aqui, as propostas que nós iríamos formular, deveriam estar calcadas, na medida do possível, em dados que pudessem fortalecer e direcionar com mais consistência os nossos caminhos. Então, alguns projetos foram identificados como sendo fundamentais e a maior parte deles, inclusive, está em desenvolvimento. Mas, o ponto de partida nessa realização do diagnóstico foi uma tentativa que nós fizemos, que me pareceu bastante ousada. Hoje eu tenho a avaliação de que foi uma coisa bastante ousada. Nós partimos para a realização do diagnóstico do Judiciário no Brasil inteiro e, para isso, nós desenvolvemos uma metodologia, que foi a de enviar questionários para todos os tribunais do país, nós enviamos questionários para 96 tribunais em funcionamento no Brasil, solicitando informações quantitativas e qualitativas em relação ao funcionamento desses tribunais. Nós fizemos essa pesquisa e também realizamos um trabalho de análise dos dados disponíveis no Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, lá do Supremo Tribunal Federal. Nós realizamos esse trabalho com muita dificuldade na obtenção de informações e resolvemos, então, consolidar essas informações e publicamos um documento pretensioso, em nome do diagnóstico do Poder Judiciário, quer dizer, a reação a esse documento foi de diversas ordens, esse documento se tornou objeto de críticas muito pesadas de parcelas da magistratura, principalmente, mas eu tenho hoje uma avaliação de que ele cumpriu um papel fundamental que foi exatamente permitir, colaborar para que essa discussão fosse amplificada, que fosse mais aberta e que dela pudessem também participar pessoas de fora da magistratura, que essa é uma questão

fundamental. O problema que eu percebo muito forte na corporação dos magistrados é essa sensação, essa preservação do seu ambiente, como se aquilo fosse uma coisa quase de propriedade dos juízes, isso é um problema que eu acho que tem que ser superado. Então, na medida que nós publicamos um documento inédito, pelo menos até aquele momento, onde, na verdade não se tinha, eu não conheço nenhum documento que tinha a pretensão que aquele tinha de, realmente, tornar público todas as informações disponíveis do Poder Judiciário, para que fosse debatido na sociedade, como um todo. O que eu percebo é que esse trabalho, realmente, prestou essa contribuição. Quer dizer, nós conseguimos abrir o debate, etc e tal e ele cumpriu esse objetivo, mas esse segundo objetivo que, na verdade, era o que me preocupava muito, ele não cumpriu, que é o de poder colaborar para a formação de um instrumento que pudesse ser disponibilizado para o Poder Judiciário, em benefício do Poder Judiciário, para que ele pudesse se valer daquelas informações organizadas e consolidadas da forma que estava. Não se tinha um nível de organização, não se tem um nível de organização, como aquele que nós fizemos, mas para que aquilo pudesse servir para o Poder Judiciário, como eu disse, em benefício da sua melhoria. Mas como houve uma reação forte da magistratura em relação às informações ali prestadas, o documento é como se, a partir de um determinado momento, ele deixasse de existir, quer dizer, não se fala mais nele, porque não se convém que fale mais nele porque ele toca em pontos que eu considero importante, nós consideramos importantes, mas incomodam, de certa forma, setores da magistratura. Eu me lembro bem que um dos capítulos desse documento, é uma comparação que nós ousamos fazer, da remuneração dos juízes, em diversos países do mundo, ali havia, inclusive, um ranking, onde se fazia essa comparação, a constatação que nós chegamos é que os juízes do Brasil, comparativamente com os outros países que estavam identificados, eram bem remunerados, a impressão que eu tenho, é que se nós tivéssemos tirado esse capítulo do trabalho a reação a ele talvez tivesse sido nenhuma, o que é uma coisa lamentável, porque a final de contas, o que pretendíamos com aquilo era simplesmente tornar pública uma informação que já deveria ser pública desde sempre, e não é que ela não é pública, ela não é de conhecimento de ninguém, a verdade é essa. Então, eu sei de iniciativas que foram tomadas pelo ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, e mesmo do ministro Nelson Jobim nesse momento, de tentar obter informações relativas à remuneração dos juízes, por exemplo, e não conseguem, eles não conseguem essas informações, nem realizando reuniões com os presidentes dos tribunais, é uma coisa complicada. Então, eu acho que serviu esse trabalho, nesse momento difícil que nós passamos, com relação a esse diagnóstico, serviu para ajudar a discussão e revelar publicamente e nos dar a oportunidade de dizer isso com clareza, de que há uma preocupação do Judiciário em relação a falta de transparência e falta de permissão das suas coisas internas serem discutidas publicamente, que eu acho que é uma coisa que

precisa ser superada definitivamente, porque isso não contribui para o próprio Judiciário até. Eu tenho sempre a avaliação de que isso vai contra o Judiciário, isso é uma questão que não beneficia nem o país e nem a própria atividade do juiz. Como eu tinha dito anteriormente, nós elencamos alguns outros projetos que, todos eles em conjunto, têm essa preocupação de se fazer o diagnóstico de todo o sistema judicial. O mais abrangente foi esse ao qual eu me referi, mas nós também estamos desenvolvendo alguns outros projetos que pretendem realizar um diagnóstico sobre parcelas do sistema judicial, o objetivo é de viabilizar a realização de projetos futuros, de melhoria dos sistemas parciais, mas que sejam baseados em dados que tenham alguma consistência. Então, um outro trabalho importante, foi um diagnóstico feito com a ajuda da professora Maria Tereza Sadek, sobre a Defensoria Pública no Brasil. A Defensoria Pública é uma instituição fundamental, no que diz respeito ao acesso à justiça. É uma instituição criada na Constituição de 1988, na verdade, é o advogado do pobre, a pessoa que não tem condições de pagar um advogado. A Defensoria Pública no Brasil é estruturada de uma maneira vergonhosa, essa é que é a verdade, onde ela é estrutura, porque em São Paulo ela nem existe, mas onde ela está estruturada é de uma maneira extremamente precária e as informações obtidas nessa pesquisa, que são bastante interessantes, bastante consistente e bastante reveladoras da dificuldade que a Defensoria Pública tem. Esse trabalho já está servindo de subsídio para que nós possamos fazer um projeto de lei calcado em dados de melhoria da estruturação de que isso realmente, a partir da nossa avaliação, é uma coisa essencial quando tratamos da questão do acesso. O outro trabalho que também está sendo feito pelo CEBEPEJ, sobre ação do professor Kazuo Watanabe, e da professora Maria Tereza Sadek é relativo aos juizados especiais, quer dizer, isso é uma extensão de um trabalho que já foi realizado pela mesma equipe em relação ao juizado especial de São Paulo. Aqui a nossa finalidade é apanhar informações relativas aos juizados especiais no Brasil, como um todo, a partir também de uma avaliação, de que os juizados especiais são também um instrumento fundamental quando nós falamos de acesso, porque é a justiça de pequenas causas, que preferencialmente atende as pessoas de mais baixa renda, causa de menor valor e de menor potencial ofensivo, quando se trata de justiça criminal e, na verdade, o que nós percebemos é que a diversidade, a situação dos juizados no país, como um todo, é muito desigual. Esse trabalho foi avaliado como sendo interessante de ser realizado porque, exatamente, na pesquisa anterior, em relação ao juizado especial de São Paulo, se verificou que no estado de São Paulo a situação já é muito diversificada, nem precisa dizer, então, em relação ao Brasil. Eu recebi uma demanda muito grande em relação a necessidade de propor alterações na lei que regulamenta os juizados especiais, eu estava me recusando a fazer isso sem ter dados que fundamentassem essa proposta. Então, é uma idéia muito boa, que se não tiver cuidado, ela vai acabar, porque os juizados estão recebendo um volume de processos crescente no Brasil, na

verdade, hoje, os juizados especiais no Brasil, tem um volume maior de processos do que na Justiça comum, essa que é a verdade, num conhecimento, numa projeção geométrica. Então, é uma boa solução, mas que se não for bem cuidada vai sucumbir, a nossa idéia é trabalhar com esses dados de uma forma mais consistente. A última pesquisa, o último trabalho em relação ao diagnóstico que nós temos feito é com o Banco Mundial, em relação ao papel que tem o Poder Público em relação ao Judiciário, quer dizer, qual o nível de litigiosidade que tem o Poder Público e as grandes corporações em relação ao Judiciário, porque nós queremos ter um levantamento mais consistente sobre isso, que também não se tem. Na verdade, todos sabíamos que o impacto da atuação do Poder Público no Judiciário é muito grande, em função da quantidade de processos, mas não se tem uma avaliação do impacto disso na economia, a final de contas, qual é o impacto que isso tem do ponto de vista econômico. Quer dizer, nós sabemos que o mal funcionamento da Justiça afugenta investimentos estrangeiros, nós sabemos que isso beneficia algumas corporações, permite com que o governo também não solucione os seus problemas, também empurrem com a barriga um problema aqui, outro ali, mas não se tem um trabalho mais consistente sobre isso. Então, esse outro projeto pretende também atender esse objetivo. Bom, esse é o rol de preocupações com o qual nós estamos trabalhando, eu quis só mencionar todos esses projetos, para vocês terem uma idéia de que a questão da realização de um diagnóstico e de se ter um conhecimento melhor do Judiciário é uma questão fundamental e tem aí um componente importante no que diz respeito à consolidação e fortalecimento das nossas instituições democráticas. Eu acho que é uma questão fundamental tornar o Judiciário mais conhecido da população, para que as pessoas possam, a final de contas, exercer algum nível de controle sobre um serviço público que é, ou deveria ser prestado. Eu acho que as condições políticas para que essa evolução se dê no Brasil estão dadas, eu sou muito otimista em relação a isso, acho que a Reforma Constitucional, que foi aprovada no final de 2004, cria um elemento fundamental para que isso se dê, que é o Conselho Nacional de Justiça, que eu acho que é um grande papel que o Conselho Nacional de Justiça é trabalhar com dados, inclusive, eu acho que ele tem competência legal para eliminar as dificuldades que todos, pelo menos, tentar eliminar, viabilizar a eliminação das dificuldades, dos entraves que nós encontramos hoje, quer dizer, essa questão da falta de organização, da falta de sintonia, da falta de ligação dos sistemas de informática, da falta de ligação possível entre os sistemas, tudo isso pode ser de uma maneira bastante clara, feita pelo Conselho Nacional de Justiça. Hoje, nós não temos quem possa fazer isso, acho que essa é a questão, mesmo que tivesse vontade, coisa que eu questiono um pouco, não se tem competência legal. Quer dizer, o Supremo Tribunal Federal, que é o órgão máximo do Judicial no Brasil, não tem essa competência e o exemplo que eu citei em relação à remuneração do juiz demonstra que não tem competência não tem condições reais de fazer nenhuma intervenção direta nos outros tribunais,

pelo nível de autonomia que cada tribunal tem, que é uma coisa que faz parte do nosso sistema constitucional, mas traz também algumas dificuldades, daí também o sentido e a validade da criação desse Conselho Nacional muito criticado, muito polêmico, em diversos momentos, por uma outra atribuição que ele tem, que na minha avaliação não é a mais importante, que é a avaliação interdisciplinar e convencional. É atividade fundamental do Conselho é tentar solucionar os problemas e as dificuldades que foram apontadas aqui hoje, espera-se que ele tenha essa sensibilidade para isso e consiga efetivamente exercer esse papel. A aprovação da Reforma Constitucional realmente significou um marco nesse sentido, com a criação do Conselho Nacional de Justiça e também é como se tivesse sido tirado da frente da agenda política do país um problema que impedia que outras questões avançassem, porque como se estava discutindo aquilo há anos no Congresso Nacional, enquanto não passava a Reforma Constitucional não podia se falar de outra coisa, porque aquilo tinha que passar, aquilo tinha que ser resolvido. Então passada a Reforma Constitucional, eu acho que nós chegamos num outro momento, que me parece bastante auspicioso nesse sentido de permitir com que nós vislumbremos aí, uma outra situação. Tanto isso é verdade que uma semana após a aprovação da promulgação da Reforma Constitucional, pelo Congresso Nacional, foi assinado um documento em Brasília denominado Pacto, eu não sei se alguém falou disso aqui hoje, Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano. Esse documento foi assinado pelo presidente da República, pelo presidente do Senado, pelo presidente da Câmara e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, numa atitude, um ato inédito, onde os chefes dos três poderes se comprometeram em tomar medidas relacionadas à melhoria do funcionamento do sistema judicial, e o interessante é que uma dessas, são 11 medidas, uma parte delas se refere a medidas legislativas. Um destes projetos trata exatamente da produção de dados indicadores estatísticos. Quer dizer, há aqui, realmente, um momento muito novo no Brasil, a partir do momento que um documento assinado com essa representatividade, há esse compromisso público com uma questão como essa, que eu acho que nós estamos aí diante de um momento novo. Eu vou até ler um parágrafo desse pacto, para que vocês vejam do que eu estou falando: "...para que as políticas corretas sejam reforçadas, as equivocadas sejam retificadas e novas sejam elaboradas, é fundamental que todos os agentes sociais e estatais contem com um conjunto organizado de informações sobre o funcionamento do Judiciário no Brasil. Passos substantivos já foram concretizados com o funcionamento do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, em ampliação e aperfeiçoamento, desde junho de 2004, em face do projeto indicadores estatísticos do Poder Judiciário, desenvolvidos sob a coordenação do Supremo Tribunal Federal. Paralelamente, o ministro do Ministério da Justiça divulgou a importante colaboração intitulada Diagnóstico do Judiciário (documento a que me referia) todas as informações disponíveis além de amplamente

divulgadas serão repassadas até abril de 2005, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA e as universidades, para que tais instituições realizem as análises que considerarem pertinentes, inclusive, cotejando-as com outros dados que disponham. Os documentos elaborados serão apresentados no Poder Judiciário para reflexão e debate, visando a consolidação de cultura de planejamento estratégico da gestão judiciária no Brasil. Como consequência desse processo, será organizada, até o final de 2005, o Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Judiciais, sob a coordenação do Supremo Tribunal Federal”. Eu fiz questão de ler isso para, exatamente, que vocês percebam que nós estamos em um outro momento, quer dizer, a partir do momento que nós temos um documento com esse peso dizendo disso que vocês discutiram o dia todo aqui, há realmente uma questão em voga e nós estamos com uma preocupação colocada na mesa de discussões. É uma preocupação que não é mais só do Judiciário, inclusive, está dito aqui, vocês viram que o objetivo aqui é que essas informações sejam disponibilizadas para o conjunto da sociedade, universidades, centros de pesquisas, etc. Eu sei que isso aqui pode não passar de uma carta de intenções, mas nem isso nós tínhamos antes. Eu acho que é um momento realmente diferente qualitativamente em relação ao que nós tínhamos até agora. Bom, eu acho que vou terminar por aqui e tentar responder as perguntas que vocês tiverem. Obrigado.

Prof. Ronaldo Porto Macedo (Direito GV) — Ainda temos alguns momentos para perguntas, então.

Dra. Tatiana Bicudo (MP/SP) — Eu na verdade, queria fazer só um comentário, queria ter feito esse comentário no final da última seção, mas achei bem melhor que não tivesse dado tempo, porque era justamente na linha da direção da necessidade de a gente pensar uma política pública de produção de dados. Quer dizer, parece que esse é o espírito da nossa reunião aqui hoje. Eu só queria pontuar uma questão que já foi dita aqui, mas que eu acho que para as considerações finais é preciso sempre lembrá-la. Na discussão sobre produtividade, que nós tivemos na última mesa, foi apontado aqui pelas pessoas que falaram, que a produção da produtividade média é resultado de uma seleção, seleção de processos, seleção de perfil, seleção de alguns réus, que por algum motivo ou por outro, os processos tramitam mais rápidos do que outros e o efeito das médias esconde o tratamento desigual. Né? Nós reconhecemos aqui que, de fato, há um tratamento desigual e que o efeito da média e toda média existe exatamente para isso, um tem 1 o outro tem 100, a média é que os dois têm 50, o efeito da medição de qualquer coisa pela média tem justamente o efeito de ocultar o

efeito de desigualdade. Eu acho que a nossa política de informação, a discussão da política se ela tem a intenção de caminhar no sentido de servir à democracia, de servir à transparência e de servir a melhoria do acesso à justiça, principalmente para quem está excluído atualmente desse acesso, deve sempre se pautar pela idéia de que os nossos dados têm que mostrar mais do que indicadores de média, eles têm que permitir perceber as diferenças dos usos da judicialização. Quando a sociedade recorre à judicialização dos conflitos, quando a sociedade busca o Judiciário para resolver esses conflitos, quais são os efeitos que isso está gerando? Quer dizer, eu estou querendo saber o seguinte: para mim importa menos saber qual é a média de produtividade, para mim importa mais saber como é que essa produtividade muda se eu estou falando de um réu que é pobre, se eu estou falando de um réu que é rico, como é que eu estou falando de uma empresa litigante ou se eu estou falando de um consumidor, como é que essa produtividade muda se eu estou falando de mulheres que demandam ou de homens que demandam, ou de brancos e negros, como foi o caso que eu destaquei aqui no resultado de algumas pesquisas que eu falei? Evidente, isso já foi dito não é um dado novo, mas eu queria ressaltar isso, exatamente, porque para nós interessa menos ter uma quantidade imensa de dados e mais, ter uma quantidade pequena de dados, mas que nos permitam ver o sentido político do uso do judiciário. Quer dizer, quem são os grupos sociais que estão demandando? Eles estão demandando contra quem? Afinal de contas, quem é que o Poder Judiciário está ou não favorecendo nessa judicialização? Era só esse comentário.

Sr. Sergio Renault (Sec. Reforma do Judiciário/MJ) — Eu só gostaria de falar um pouquinho sobre isso. Eu acho que você tem razão. É uma questão importante porque tem um negócio que sempre me preocupa que é o seguinte, quer dizer, é muito comum, todo mundo fala que o Judiciário não funciona, a justiça é lenta...mas é como se todo mundo fosse contra uma coisa que continua do mesmo jeito. Então, tem uma utilidade, essa questão é a utilidade do mal funcionamento, o funcionamento desigual do Judiciário, é uma questão que precisa ser mais bem compreendida. Isso tem a ver com as imensas desigualdades sociais no Brasil, mas tem a ver também, essa é uma conclusão um pouco rápida demais, porque isso tem divagações e tem implicações de outra natureza. Então é uma coisa muito simples nós identificarmos que a quantidade de processos que tem no Brasil em andamento, deve ter sido dito alguma coisa sobre isso já, mas a quantidade de processos é muito grande e a conclusão que se faz, dependendo da leitura que se faça, é que as pessoas estão exercendo a sua cidadania muito bem porque tem...e não é isso, o Judiciário está atolado de processos de grandes corporações, de processos do governo, isso faz com que o Judiciário esteja congestionado, isso tem a ver com a lentidão da justiça e tem a ver com a exclusão de grande parte das pessoas, no que diz respeito ao acesso da Justiça. Agora, essa é uma conclusão

mais grosseira, dentro dessa questão tem lances e particularidades que precisam ser mais bem compreendidas, que eu acho que é o que você está dizendo. Eu acho que tem essa graduação, esse mal funcionamento, esse bom funcionamento do Judiciário, para que ele serve e como serve, é uma questão muito pouco conhecida, na verdade.

Dra. Neide Sordi (Conselho da Justiça Federal – CJF) — Dr. Sergio, o senhor até abordou a questão *an passam* nesse momento. A Justiça Federal, aqui em São Paulo, e no TRF da 1ª região, em Brasília, implementaram processos de execução fiscal virtual, mas a Fazenda Nacional e o INSS ainda não se prepararam para que possa funcionar. 40% das 8 milhões de ações em tramitação na Justiça Federal, são ações de execução fiscal, outros 40% são ações contra o INSS, que inviabilizou o funcionamento do juizado em pouco tempo, aliás, o Conselho da Justiça Federal tem publicado um diagnóstico do juizados que eu ofereço para a pesquisa que está sendo feita pelo Ministério da Justiça. O juiz federal brasileiro, a Dra. Linn me corrige se eu estiver enganada, tem um dos mais altos índices de produtividade do mundo, os JEFs — Juizados Especiais Federais — deveriam, pela lei, julgar em 90 dias, mas aí o INSS, o Ministério da Previdência, propôs parcelar o pagamento. Com base nesses fatos, a ação de modernização do Poder Judiciário impulsionada pelo Ministério da Justiça não deveria começar pela melhoria das agências e autarquias federais, que se aliviasse essa carga, se deixasse de ser balcão do INSS, o Judiciário funcionava. O percentual de causas que o INSS ganha no juizado é mínimo. Uma outra coisa é uma sugestão: nos futuros estudos que o Ministério da Justiça for fazer, eu sugiro que ele faça, que ele convide o Judiciário para ser partícipe no estudo, que certamente, depois, ele vai se sentir responsável pelos resultados bons ou ruins.

Sr. Sergio Renault (Sec. Reforma do Judiciário/MJ) — Só para falar desse finalzinho da sua intervenção, eu gostaria de dizer que o trabalho que nós fizemos foi com a participação do Judiciário, quer dizer, nós recebemos as informações e depois, eles próprios contestavam as informações que nos tinham fornecido, então, fica difícil de resolver. Eu acho que é uma questão importante, eu tenho muita preocupação em estar fazendo junto com o Judiciário, não tenho expectativa de fazer nada para o Judiciário, eu acho que quem conhece o Judiciário melhor do que nós são os juízes, mas não é fácil, essa relação é uma relação difícil. Agora, no que diz respeito a atuação do Executivo, a sua colocação me dá a oportunidade de dizer uma coisa que eu acho muito importante: realmente o Executivo, o governo tem um papel fundamental nessa questão. Quer dizer, se nós estivermos tratando do congestionamento dos tribunais sem abordar a participação que os governos tem nessa questão, nós estamos tratando de 20% desse problema, porque quase 80% dos problemas são de responsabilidade, ou envolvem interesse do governo, então isso é uma coisa

extremamente importante. Eu tenho perfeita consciência disso, nós estamos trabalhando isso, mas não é fácil, porque as implicações são de diversas naturezas, inclusive econômicas, agora, as questões objetivas para se ter uma intervenção nesse assunto existem, isso que é mais interessante, porque existe até condições legais para se fazer isso, existe um instrumento chamado Súmula Administrativa, que é de competência da Advocacia Geral da União, através da qual, a partir de uma movimentação a ser fixada pela Advocacia Geral da União ela pode determinar que os advogados da União ajam de um determinado modo, proponham ações, ou deixem de propor recursos, etc, sobre as quais exista, por exemplo, jurisprudência classificada. Agora, a AGU não tem feito isso, essa que é a verdade. O trabalho que nós temos feito com relação a isso, é exatamente tentar coletar dados e informações que permita a expedição periódica e permanente de Súmulas Administrativas com o objetivo de diminuir o nível de litigiosidade da União. Não dá para as coisas acontecerem como acontecem. Há um nível de irracionalidade enorme, quer dizer, é muito mais fácil um advogado público deixar, propor um nova ação do que justificar uma ruptura de uma ação, porque para justificar ele vai ter que escrever lá dez laudas e para propor ação ele pega lá um modelo que está lá no arquivo dele e pronto. Tem uma questão aí importante, que é da eliminação dessa irracionalidade da atuação junto ao Judiciário, do Executivo. Eu acho que você tocou num ponto que, sob o qual, eu só tenho que concordar, mas o que eu posso lhe dizer é que nós temos uma preocupação enorme sobre isso, estamos atuando em relação a isso. A dificuldade maior no que diz respeito a isso, hoje, pelo o que eu tenho percebido, depois de um ano e meio estar tentando tomar alguma providência, de alguma melhoria, é exatamente em relação às informações, porque as informações não são, absolutamente, confiáveis. Tanto do INSS, como do fundo de garantia, que são os assuntos que suscita o maior número de ações. Se o INSS, e nós estamos trabalhando juntamente com eles, conseguir nos fornecer informações que nos permita a execução de súmulas com esse objetivo, aí nós vamos estar perto de uma solução. Isso é uma coisa. Outra coisa que é fundamental também que se faça é uma atuação preventiva, porque foi dito aqui em algum momento, eu ouvi aqui alguém dizer, com relação ao governo, o impacto que tem no Judiciário essas medidas econômicas, esses planos econômicos, se tivesse uma preocupação prévia com relação a isso, grande parte dos problemas poderia ser eliminada. A grande parte das ações que hoje estão na Justiça Federal, em juizados especiais, se referem a problemas que já ocorreram há alguns anos. Se nós conseguirmos ter uma ação preventiva em relação ao judicial de agora em diante, o problema tem uma tendência à diminuição.

Prof. Ronaldo Porto Macedo (Direito GV) — Temos ainda tempo para um última pergunta.

Sra. Leslie (CEBEPEJ) — Então eu vou ser breve até para, talvez, ambas falarem. O que me preocupa, indo um pouquinho além dessa questão do levantamento dos dados estatísticos, é a política que vai ser traçada com base nesses dados. Eu vou dar um exemplo que eu também já verifiquei no andamento da pesquisa, como ele vai permear os dados que são tratados, mas é o seguinte: eu escuto muito dos funcionários dos juizados dizendo o seguinte, eles sentem que os conciliadores forçam para sair o acordo e é uma coisa recorrente, me chamou a atenção porque eu ouço bastante isso. Bom, quem traçou essa política interna de ter muito acordo ele pensa: “tendo um acordo a gente acaba com o número de processos”, só que a gente esquece que um acordo mal feito ele não é cumprido, por isso precisa ser executado e passa o processo nos juizados com duração de quatro anos. Só um exemplo para lembrar que depois, claro, ainda temos um grande trabalho no levantamento dos dados, mas como é que as políticas vão ser tratadas, como é importante ter uma visão lá para frente, uma visão futurista.

Dra. Neide Sordi (Conselho da Justiça Federal/CJF) — Esse é o juizado estadual. Né? Porque no federal as autarquias não fazem acordo.

Prof. Ronaldo Porto Macedo (Direito GV) — Por favor, a última pergunta.

Intervenção — Eu tenho uma questão a adicionar, eu estou fazendo uma pesquisa para a minha dissertação de mestrado, eu levantei um número, que eu acho que é ignorado sistematicamente na análise do Poder Judiciário que é a outra metade da laranja, que é o trabalho do advogado. Eu levantei um número engraçado que é o número de mercado de prestação de serviço do jurídico, que é o número de advogados. De 1996 a 2004, no Brasil diminuiu, que é contra todo o senso comum, isso varia muito de estado para estado, em alguns estados de maior concorrência que são São Paulo, Rio, os grandes centros, isso acompanha o crescimento vegetativo da população e em alguns lugares caiu barbaramente esse número de advogados, de acordo com números que eu consegui levantar até agora. Uma outra coisa que chama a atenção, na realidade, no tratamento disso, é realmente esse tratamento regionalizado, quando eu vi o diagnóstico do Poder Judiciário, me chamou atenção o fato de seis ou sete estados não terem apresentado estatísticas quanto a número de processos, uma relação processos por juizes. Na realidade, eu acho que o problema é mais grave do que tentar fazer um diagnóstico no país todo, porque cada mercado é regionalizado e não envolve só o poder público, envolve, por exemplo na OAB, que na minha opinião, exerce fortemente o poder de monopólio que não pode ser ignorado no país inteiro.

Sr. Sergio Renault (Sec. Reforma do Judiciário/MJ) — É, esse dado de advogado é uma novidade para mim, eu não tenho esse dado, gostaria até de conhecer essa informação, que eu realmente não conheço. Agora, no que diz respeito a essa regionalização, você tem razão. É importante levantar esse dado para se conhecer melhor. Agora, não dá para dizer: “eu acho que em determinada região é mais assim.” Não é bem assim, a dificuldade é principalmente essa, as coisas não são bem assim. Não tem uma lógica que possa permitir que a gente acompanhando as coisas com muita clareza, é um negócio muito complicado isso, porque nós podemos encontrar dentro do Judiciário de São Paulo, na cidade de São Paulo, um determinado cartório, uma determinada Vara, numa situação de completo atraso e você pode encontrar numa cidade do nordeste, num determinado local, onde a coisa funciona muito melhor, então não é uma coisa que tem essa lógica tão rígida e tão fácil de ser compreendida, e daí, a dificuldade principal, porque nós vamos encontrar situações diversas. Nesse diagnóstico, por exemplo, que nós fizemos, nós recebemos questionários assinados pelo ministro da Justiça, quer dizer, uma autoridade pedindo ao presidente do tribunal o conhecimento das condições constantes de um questionário, tem um Tribunal da Justiça de um dos estados mais ricos do país que o presidente do tribunal respondeu que não ia responder “porque não interessa ao Poder Executivo ter as informações relativas ao Poder Judiciário do meu estado”, e não foi assim um estado pobre, um estado atrasado. Então é um negócio complicado. A compreensão dessa situação toda do Judiciário é um desafio muito grande, quer dizer, por mais dados que a gente tenha, os dados não são suficientes para permitir uma compreensão muito profunda dessa história.

Prof. Ronaldo Porto Macedo (Direito GV) — Bom, eu passaria então a palavra para Dra. Linn, para as considerações finais.

Sra. Linn Hammergren (BIRD) — Bom, essas são as últimas palavras, suponho, que vou agradecer a todos que vieram e que também ficaram até o final. Acho que foi um dia interessante. Não posso evitar fazer alguns comentários que não fiz antes porque não queria ocupar o tempo dos demais. Quanto ao número de advogados, etc, aqui vou fazer referência ao que disse o Dr. Joaquim Falcão, se trata de prioridades. O que os brasileiros querem do seu Sistema Judiciário. Agora é um sistema muito caro, mas pode ser que valha a pena e que valha a pena um sistema muito caro, que dá a todos a oportunidade de questionar várias vezes uma sentença. Isso dá muito trabalho ao advogado e também dá muito trabalho ao juiz, até ao Ministério Público. Depois dizem que os brasileiros querem usar o dinheiro para outra coisa, essa é uma questão que não deve ficar com o setor da Justiça. É um sistema que no momento, Oxalá que um sistema de estatística possa ser o

tema de uma discussão muito mais ampla. Simplesmente o país deve ter todos os dados necessários para fazer uma boa decisão. Mas acho que a prioridade é muito importante, prioridade é quando se vai fazer o sistema, quanto vamos gastar no sistema e para quê vai servir o sistema e também quem tem o acesso. Não tem sistema Judiciário no mundo que dê acesso a todo mundo. É simplesmente impossível, gastar a porcentagem, não sei se finalmente decidiram quanto foi ou não, mas o que está gastando o Brasil no Judiciário, a porcentagem do orçamento, existem poucos países que o fazem, mas pode ser que queiram gastar mais, isso é decisão dos brasileiros. Simplesmente é preciso ver as oportunidades que estão perdendo com isso, as outras coisas que podem fazer com o dinheiro e, talvez, o uso atual seja mais importante. Tem outro amigo, Luiz Pássaro, aqui, um peruano que tem escrito sobre o Judiciário há muito tempo, ele também tem dito que o Judiciário não vai resolver os problemas sociais e econômicos de um país e diz: “se estão esperando a revolução por meio dos juízes não vai acontecer, simplesmente os políticos não vão permitir, os poderes econômicos”; isso é importante, mas talvez, os problemas dos pobres vão ter outra resolução. De todo modo, devemos saber quem está usando e que trato está recebendo, mas acho que um bom sistema de estatística vai responder muito esses problemas. Não está limitado a quantas sentenças, tendo a possibilidade de ver quem está ganhando, quem está perdendo e em quanto tempo. Temos falado muito em demora porque é mais fácil de calcular, muito mais fácil que isso, mas isso vai incluso também. Bom, final do comentário, devo dar a Sergio, se quiser, a oportunidade de contestar, mas simplesmente quero enfatizar que foi um dia muito interessante para mim. Oxalá que tenha sido igual para vocês, vou fazer um relatório muito comprido ao Banco, enfatizando a importância de participar deste tipo de evento, talvez de fomentar e também as senhas que vem alguma mudança, alguma coisa aqui, que talvez, com base no diagnóstico talvez com base em alguma outra coisa, mas parece que há interesse em mudar algumas coisas. Bom, vou passar a palavra à Luciana.

Profa. Luciana Cunha (Direito GV) — Obrigada Linn. Eu gostaria de em nome da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, agradecer a todos os presentes e agradecer àqueles que participaram da discussão, eu acho que esse é um passo importante para a gente começar a discutir a questão da Justiça. Como o senhor Sergio Renault colocou, e talvez aí esteja um dos nós para a gente poder entender e recuperar a legitimidade do sistema de Justiça brasileiro. Falo aqui no futuro, não só dos problemas de comunicação entre os sistemas de dados, mas também das melhorias que esses sistemas conseguiram produzir em termos da administração da Justiça. É nesse sentido que eu acho que uma primeira discussão, como essa, que possam vir outras e que estejam à mesa os operadores de Justiça, aqueles que trabalham efetivamente na produção dos

dados e aqueles que lêem os dados, para que, então, a gente possa ter um bom aproveitamento dessas pesquisas. É isso. Muito obrigada a todos. Eu encerro aqui os trabalhos.